

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

168 jul./set. 2010

ISSN 1413-1536

Entrevista: **Antônio Barros de Castro**

Brasil na
órbita da China

Ponto de vista:
Zélia Góis
Bases do
planejamento

Portos baianos
inibem crescimento

Breve diagnóstico
da população idosa
na RMS na última
década

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

168 jul./set. 2010

Sumário

5

Carta do editor

Economia em destaque

6

Economias brasileira e baiana: desempenho da conjuntura no primeiro semestre de 2010

Carla do Nascimento
Elissandra Britto
Jorge Tadeu Caffé
Rosângela Conceição

Entrevista

16

O Brasil na órbita da China

Antônio Barros de Castro

Artigos

22

Portos baianos: um gargalo que inibe o crescimento

Arthur Souza Cruz

34

Brasil: diminuição da participação relativa da indústria na economia

Marina da Silva Rapp
Vinícius Ferreira Lins

26

Desocupação, rendimento e distribuição: análise do panorama geral brasileiro

Camila Carvalho Rodrigues
Magali Alves de Andrade

42

População idosa na Região Metropolitana de Salvador: um breve diagnóstico dos anos 2000

Cidnéa da Silva Araújo
Eletice Rangel Santos
Leormínio Moreira Bispo Filho
Paulo Roberto Pinheiro Leal

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
ANTÔNIO ALBERTO VALENÇA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL
Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Jackson Ornelas Mendonça, Jair Sampaio Soares Junior, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Marcus Verhine, Roberto Fortuna Carneiro

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS
Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto
Rosângela Ferreira Conceição

EQUIPE TÉCNICA
Jorge Caffé

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO/NORMALIZAÇÃO
Raimundo Pereira Santos

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Márcia Santos

PADRONIZAÇÃO E ESTILO/EDITORIA DE ARTE
Elisabete Cristina Teixeira Barretto
Aline Santana (estagiária)

REVISÃO DE LINGUAGEM
Luiz Fernando Sarno

PRODUÇÃO EXECUTIVA
Anna Luiza Sapucaia

DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ILUSTRAÇÕES
Nando Cordeiro

FOTOS
Agecom, Luiz Carlos de Sousa, Mariana Gusmão, Stock XCHNG

IMPRESSÃO
EGBA – Tiragem: 1.000

51

A exploração dos serviços de água e esgoto dos municípios de Ilhéus e Itabuna: uma antiga polêmica

Ângela Maria Gordilho Barbosa

Ponto de vista

60

As bases do planejamento e suas ferramentas

Zélia Góis

Investimentos na Bahia

62

Estado da Bahia deve receber 655 investimentos industriais até 2013

Fabiana Karine Santos de Andrade

66
Livros

68
Conjuntura econômica baiana

Indicadores conjunturais

77

Indicadores econômicos

86

Indicadores sociais

95

Finanças públicas

Colaboraram com este número os jornalistas Luzia Luna, Mariana Gusmão e Luiz Carlos de Souza.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) –. Salvador: SEI, 2010.

n. 168

Trimestral

Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.

ISSN 1413-1536

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



Secretaria do Planejamento

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

Sim. Elas podem...

É pensando nas mulheres que a SEI, em parceria com a Sepromi, lança a revista C&P – Especial Mulher, para refletir sobre o novo papel das mulheres, os espaços conquistados e aqueles que ainda estão por ser alcançados.

Sim. Leia a revista e saiba que elas podem...



...muito mais.

Onde encontrar: www.sei.ba.gov.br

Carta do editor

Após a inflexão ocorrida em 2009, decorrente da crise internacional, a economia brasileira retoma os níveis pré-crise. Essa rápida recuperação deve-se, em parte, à continuidade do crescimento da economia chinesa e às políticas anticíclicas, de crédito e isenção fiscal. Os desafios e oportunidades para a economia brasileira foram avaliados pelos colaboradores para a revista *Conjuntura & Planejamento* nas seções de *Entrevista* e *Ponto de Vista*.

Assim, a edição de número 168 da *Conjuntura & Planejamento* traz uma entrevista com o renomado professor Antonio Barros de Castro, autor do livro *A economia brasileira em marcha forçada*, em parceria com Francisco Eduardo Pires de Souza. Na sua explanação, Castro chama a atenção para o momento de ruptura histórica, de dimensões inéditas, vivido não somente pelo Brasil, mas também pelos demais países do mundo. Para ele, é um momento único, é a emergência de uma economia que chamou de sinocêntrica, onde o processo de crescimento é completamente diferente.

Na seção *Ponto de Vista* a ideia apresentada é a da professora Zélia Góis, especialista em temas relacionados à administração pública. De maneira didática, apresenta as variáveis que preconizam o planejamento e os meios utilizados para sua realização. Na sua avaliação, o planejamento compreende racionalização de métodos e processos com o objetivo de alcançar determinado fim ou propósito.

Na seção *Artigos*, há trabalhos como o de Arthur Souza Cruz, intitulado *Portos baianos: um gargalo que inibe o crescimento*, e de Camila Carvalho Rodrigues e Magali Alves de Andrade, *Desocupação, rendimento e distribuição: análise do panorama geral brasileiro*. O primeiro discute sobre os gargalos logísticos que representam um entrave ao desenvolvimento do país, ressaltando a importância estratégica de reestruturar os portos baianos. O segundo aborda os ganhos sociais advindos com a redução da taxa de desocupação e os saldos positivos na geração de cargos com carteira assinada.

Como destaque, têm-se o texto da equipe de análise conjuntural, *Economias brasileira e baiana: desempenho da conjuntura no primeiro semestre de 2010*. Com base nos indicadores econômicos, descreve-se o cenário da economia baiana nos primeiros seis meses de 2010, ressaltando o crescimento do PIB comparativamente ao mesmo período do ano anterior, assim como apresenta-se a perspectiva para o segundo semestre de 2010, tanto para a economia brasileira como para a baiana.

A análise econômica pautada nos indicadores revela um cenário de otimismo quanto ao comportamento da economia nos próximos meses. Na tentativa de retratar esse cenário para a sociedade, a SEI, através da C&P, faz, brevemente, a análise dos fatores que têm determinado o desempenho das economias brasileira e baiana nos últimos meses e as consequências da sua adoção.

Economias brasileira e baiana: desempenho da conjuntura no primeiro semestre de 2010

Carla do Nascimento*
Elissandra Britto**
Jorge Tadeu Caffé***
Rosângela Conceição****

No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou taxa altamente positiva de 8,8% no segundo trimestre de 2010 (A ECONOMIA..., 2010), comparado ao mesmo período do ano anterior, após resultado também positivo (9,0%) no primeiro trimestre, confirmando as expectativas de recuperação da economia brasileira. Da mesma forma, a economia baiana manteve o resultado positivo e elevado em seu PIB (10,4%), taxa superior à observada no primeiro trimestre (9,5%) (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2010). Neste sentido, o PIB nacional e da Bahia acumularam no primeiro semestre, respectivamente, taxas de 8,9% e 10,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Quando analisado o comportamento do PIB por setor de atividade, no primeiro semestre de 2010, comparativo ao mesmo período do ano anterior, constatou-se que a indústria variou positivamente (14,2%), puxando o crescimento da economia brasileira, sendo acompanhada pelo setor agropecuário (8,6%) e pelo setor de serviços, que registrou um crescimento de 5,7% (A ECONOMIA..., 2010).

* Mestre pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carla.janira@sei.ba.gov.br

** Mestre pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduada em Ciências Econômicas pela UFBA. Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

*** Especialista em Planejamento Agrícola; graduado em Ciências Econômicas pela UFBA. Analista técnico da Seplan/SEI. tadeu@sei.ba.gov.br

**** Mestranda em Administração pela Universidade Salvador (Unifacs); especialista em Auditoria Fiscal pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); graduada em Matemática pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e em Ciências Econômicas pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rosangela310@oi.com.br

Na Bahia, o valor adicionado, no que se refere aos setores, resultou, em ordem de importância, do crescimento da indústria (13,3%), da agropecuária (10,4%) e dos serviços (8,3%), comparando-se o primeiro semestre de 2010 com igual período do ano anterior (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2010).

Desta forma, os indicadores econômicos para o primeiro semestre de 2010 sinalizaram a continuidade da dinâmica da economia brasileira, principalmente em relação à produção, vendas internas e externas (exportações) e emprego.

As estimativas da produção agrícola brasileira em julho, apresentadas pelo IBGE, no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (2010), indicaram que a safra de grãos de 2010 deverá registrar aumento anual de 9,2%, totalizando 146,4 milhões de toneladas, previsão 0,3% superior à safra recorde de 2008 (146,0 milhões de toneladas). Entre os produtos que têm perspectivas de elevações destacam-se soja (19,8%), trigo (7,4%) e milho (4,4%); em sentido contrário, os recuos são estimados para as safras de arroz (-10,3%) e feijão (-5,5%).

A produção física industrial nacional acumulou aumento de 16,2% no primeiro semestre de 2010, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) (2010b). Considerando-se as categorias de uso, destaca-se o setor de bens de capital, que apresentou a maior variação, com taxa de 29,6%. A categoria bens de consumo duráveis também registrou taxa positiva de 20,6%, além da produção de bens intermediários, que registrou acréscimo de 7,0%, e da produção de bens de consumo semi e não duráveis, que aumentou 7,5%. Esse conjunto de indicadores apontou para a recuperação da capacidade de produção do setor industrial e dos investimentos.

No período de janeiro a julho de 2010, as empresas brasileiras exportaram US\$ 106,9 bilhões, representando um aumento de 27,1% em relação ao ano anterior. Já as importações, com um volume de US\$ 97,6 bilhões, registraram um acréscimo de 45,1%. O maior incremento no percentual nas importações comparativamente às exportações

Os indicadores econômicos para o primeiro semestre de 2010 sinalizaram a continuidade da dinâmica da economia brasileira, principalmente em relação à produção, vendas internas e externas (exportações) e emprego

reduziu o superávit para US\$ 9,2 bilhões, contra US\$ 16,8 bilhões no mesmo período de 2009 (BRASIL, 2010). Considerando-se as exportações por fator agregado, na comparação com 2009, os produtos básicos cresceram 30,3% e os semimanufaturados e manufaturados aumentaram, respectivamente, 41,3% e 19,2%. Ressalta-se que as exportações de bens industrializados responderam por mais da metade (54,2%) do total exportado pelo Brasil nos primeiros sete meses de 2010.

Quanto aos blocos econômicos de destino, destacou-se a Ásia. Com aumento nas vendas de 39,6%, esse bloco econômico ocupa a primeira posição com participação de 27,8% no total das exportações brasileiras, superando o acréscimo nas exportações para a União Europeia (21,4%) e para a América Latina e Caribe (23,7%). Razão atribuída, basicamente, ao comportamento da economia chinesa, que continua a liderar com taxas de crescimento expressivas e a manter sua demanda por importações. As exportações brasileiras para a China atingiram US\$ 29,7 bilhões, representando um incremento de 25,0% e uma participação de 15,7% do total de produtos comercializados com a Ásia. A América do Sul e o Caribe tornaram-se o segundo maior parceiro comercial, respondendo por 42,2% das exportações, seguido pela União Europeia e EUA, com participações de 19,8% e 23,6%, respectivamente (BRASIL, 2010).

No primeiro semestre de 2010 foi registrado, de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (2010) do IBGE, crescimento de 11,5%, superior ao resultado obtido no mesmo período de 2009 (4,4%)

No âmbito do mercado nacional, o comércio varejista manteve-se em crescimento nos primeiros meses de 2010, beneficiado por fatores como a manutenção do nível de renda e a elevação do número de empregos, associados a um quadro de melhoria da confiança dos consumidores quanto ao desempenho da economia. No primeiro semestre de 2010 foi registrado, de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (2010) do IBGE, crescimento de 11,5%, superior ao resultado obtido no mesmo período de 2009 (4,4%).

Nesse período, o principal destaque no varejo ficou com o segmento de bens não duráveis, no caso o de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo – que registrou acréscimo significativo de 10,4%.

Na tentativa de evitar o crescimento da inflação, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa de juros de 8,75% para 10,75%¹, no transcorrer dos seis primeiros meses de 2010. Esse comportamento foi motivado pela elevada inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que alcançou a taxa de 5,17% em março de 2010, superando a observada em fevereiro de 2010 (4,83%).

¹ Segundo a ata da reunião do Copom de 20 e 21 de julho, “avaliando a conjuntura macroeconômica e as perspectivas para a inflação, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic para 10,75% a.a., sem viés. Considerando o processo de redução de riscos para o cenário inflacionário que se configura desde a última reunião do Copom, e que se deve à evolução recente de fatores domésticos e externos, o Comitê entende que a decisão irá contribuir para intensificar esse processo” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010).

O mercado de trabalho mostrou-se dinâmico no primeiro semestre de 2010, contribuindo para os bons resultados da economia brasileira. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2010) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nos seis primeiros meses do ano foram criados 1.473.320 novos postos de trabalho, o que significou um aumento de 4,5% em relação ao mesmo período de 2009. Em relação aos setores, o destaque foi para a construção civil, que, impulsionada pela expansão de novas moradias e pelas obras civis, principalmente em infraestrutura, apresentou um aumento de 10,2% na oferta de novas vagas. Vale ressaltar também o satisfatório desempenho da indústria de transformação, com uma taxa de expansão superior a 5%, refletindo o bom comportamento dos segmentos de calçados (11,7%) e metalurgia (7,3%). O setor de serviços, com taxa de crescimento de 3,7%, continuou sendo o segmento com maior criação de vagas em números absolutos (490 mil). De cada três novas vagas na economia, uma foi aberta no setor de serviços.

Essa expansão da população ocupada vem garantindo a manutenção do crescimento da massa salarial na economia brasileira. Após obter alta de 4,0% no ano de 2009, a massa salarial real habitualmente recebida registrou aumento de 5,3% nos primeiros seis meses do ano (PESQUISA MENSAL DO EMPREGO, 2010). Com a inflação sob controle, o crescimento do poder aquisitivo dos trabalhadores favoreceu a ampliação do consumo doméstico, justificando a expressiva contribuição do consumo das famílias no PIB brasileiro (8,0%).

Com a inflação sob controle, o crescimento do poder aquisitivo dos trabalhadores favoreceu a ampliação do consumo doméstico, justificando a expressiva contribuição do consumo das famílias no PIB brasileiro

É dentro desse panorama que as próximas seções foram destinadas a analisar mais detalhadamente o comportamento da economia baiana, do ponto de vista dos diferentes indicadores de atividade econômica. Ao mesmo tempo, enfocam as expectativas para o segundo semestre de 2010, considerando-as favoráveis, uma vez que não existem, no curto prazo, previsões de novos abalos no mercado internacional capazes de afetar a economia brasileira.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2010) do IBGE, de julho de 2010, a estimativa da safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas projeta uma produção superior em 9,2% à obtida em 2009. Por sua vez, a Região Nordeste figura com um volume de produção de 12,0 milhões de toneladas, destacando-se a soja e o milho. Na Bahia, a expectativa é de colher uma produção de grãos 11,3% maior que em 2009, traduzida em 6,7 milhões de toneladas, em que a soja e o milho devem contribuir como mais de 77% desse total, conforme ilustrado no Gráfico 1.

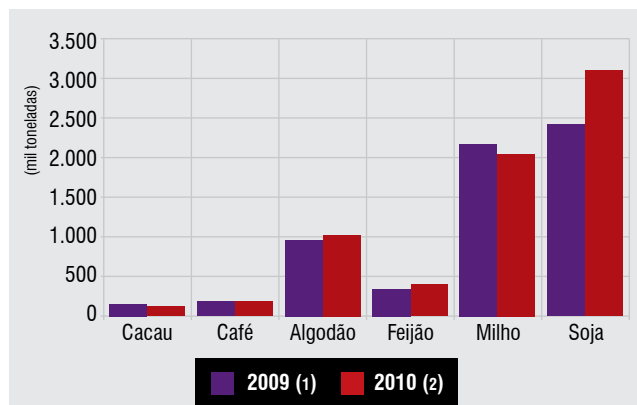


Gráfico 1
Estimativa da produção agrícola – Bahia

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Safra 2009.
(2) Safra 2010.

Culturas tradicionais

As exportações brasileiras de café no mês de julho foram as maiores dos últimos quatro anos, em receita e em volume, segundo o Conselho Brasileiro dos Exportadores

A redução nos preços da soja no mercado interno e o aumento dos preços dos insumos resultaram em uma combinação bastante negativa para o sojicultor brasileiro em 2010

de Café (CeCafé) (EXPORTAÇÕES..., 2010). Também em julho acontecem os tratos das culturas nos cafezais baianos. Espera-se, para o ano em curso, aumento de 1,4% na produtividade e crescimento na produção em torno de 7,0%, em comparação a 2009.

Ainda com base nos resultados apresentados pelo LSPA de julho, a safra baiana de cana-de-açúcar está com sua colheita em andamento. Aguarda-se incremento na produção da ordem de 11,0%, decorrente do aumento na área colhida, já que sua produtividade caiu (-1,3%) em 2010.

O cacau apresenta também colheita em andamento e estima-se uma queda na produção de 3,6%, estagnação na área plantada e queda na produtividade, algo em torno de 4,3%, no ano em curso.

Com queda de produção em patamar estimado de 6,5%, além de declínio da área colhida (5,8%) e também da produtividade (0,7%), a cultura da mandioca encontra-se com sua colheita em andamento, no mês de julho, na Bahia.

Grãos

A redução nos preços da soja no mercado interno e o aumento dos preços dos insumos resultaram em uma combinação bastante negativa para o sojicultor brasileiro em 2010. Tais fatores estão atrelados à grande oferta de soja e à defasagem do dólar em relação ao real. A soja é a cultura de maior destaque no rol dos grãos na Bahia,

com crescimento de 28,2% na produção em relação à de 2009. O calendário agrícola da soja, no mês de julho, é de entressafra, pois sua colheita já foi realizada entre os meses de fevereiro e abril.

O mercado externo do algodão em pluma continua em processo de valorização, porque os estoques mundiais desse produto vêm se reduzindo. Em julho, a cultura do algodão encontra-se em plena colheita, figurando com redução de área plantada e colhida em 2010. A despeito desse recuo, alcançou elevada produtividade (14,3%) em comparação ao ano passado, fato que refletiu diretamente no incremento da produção física (5%).

No primeiro semestre de 2010, o feijão apresentou, no mercado brasileiro, as maiores altas de preço entre os grãos. Na Bahia, essa cultura possui duas safras. A primeira foi colhida no primeiro semestre e a segunda encontra-se na fase dos tratos culturais. Quando somadas, apresentam incremento de produção em redor de 13,8%, em relação a 2009, atribuído ao crescimento da produtividade em 11,7%.

Quanto à cultura do milho, verifica-se que o excesso de oferta no mercado brasileiro vem prejudicando os produtores da Bahia e Nordeste. Na Bahia, a cultura do milho, a exemplo da cultura do feijão, também é conduzida por meio de duas safras. A primeira concluída em maio e junho de 2010 e a segunda na fase dos tratos culturais.

Para o ano em curso, a performance dessa cultura é de decréscimo em todos os indicadores levantados pelo IBGE: produção (-5,2%), área plantada (-10,1%) e área cultivada (-5,2%).

O sorgo na Bahia já teve sua colheita concluída no final do primeiro semestre de 2010. Sua performance foi positiva no que se refere à produção (5,4%) e área colhida (6,6%). Entretanto, apresentou queda na produtividade da ordem de 1,1% em relação a 2009. Esse grão é cultivado sobretudo na região de cerrados, como alternativa de segunda safra ao cultivo da soja. Os preços do sorgo mantêm correlação com os preços do milho, em razão desses produtos constituírem-se em bens substitutos, destinados à produção de rações balanceadas para animais.

INDÚSTRIA

A produção física da indústria baiana (transformação e extrativa mineral) no segundo trimestre de 2010 registrou acréscimo de 13,9%, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (2010) do IBGE, comparado com o mesmo período de 2009. Quando analisado o desempenho no primeiro semestre de 2010, em relação a 2009, verificou-se um incremento de 13,7%.

O desempenho da produção industrial no primeiro semestre de 2010 foi influenciado pelo resultado positivo

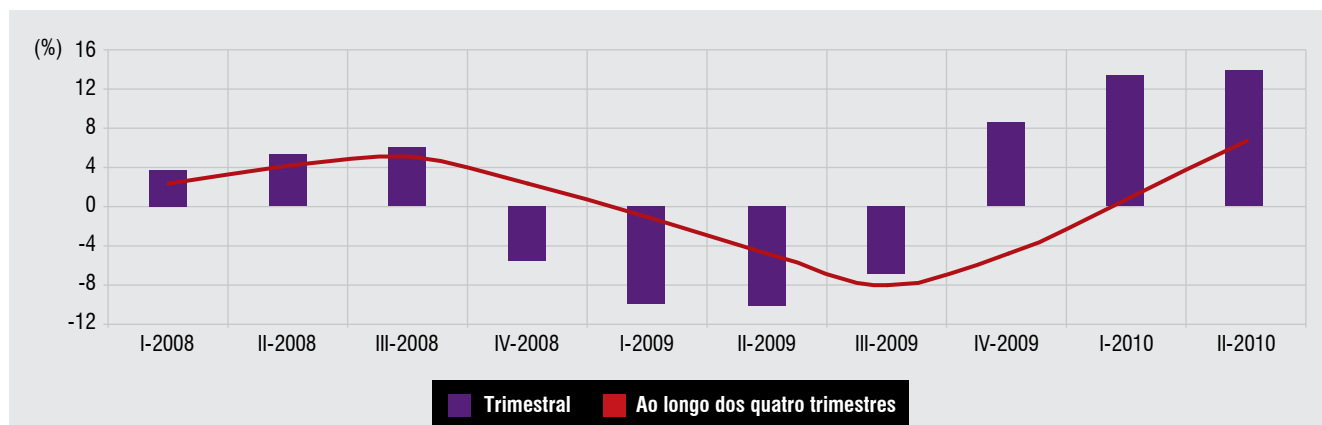


Gráfico 2
Variações trimestrais da produção física industrial (1) – Bahia – 2008/2010

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Em relação ao mesmo período ano anterior.

em todos os oito segmentos da indústria de transformação, que cresceu 14,0%. Os maiores impactos positivos foram observados em refino de petróleo e produção de álcool (39,1%), produtos químicos (5,7%) e metalurgia (16,9%).

A recuperação dos impactos da crise financeira internacional sobre a indústria baiana pode ser verificada no Gráfico 2, que ilustra o comportamento da indústria trimestralmente, durante o período mais crítico da crise, e os três períodos de aceleração de crescimento. A análise da curva do acumulado nos últimos quatro trimestres, de acordo com os dados da Pesquisa Industrial Mensal (2010), revelou que o setor recuperou-se a partir do último trimestre de 2009, mantendo trajetória ascendente da curva até o segundo trimestre de 2010.

A forte recuperação na produção física da indústria impactou o nível de emprego, que segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (2010) do IBGE, registrou acréscimo na indústria geral de 7,2% no segundo trimestre de 2010, comparando-se com o mesmo período de 2009. O indicador acumulado totalizou, no primeiro semestre de 2010, um acréscimo de 5,2%, comparado com 2009.

Como ilustrado no Gráfico 3, a curva de pessoal ocupado assalariado apresentou comportamento similar ao da produção física, reduzindo o nível de emprego industrial

a partir do quarto trimestre de 2008, e retomando no último trimestre de 2009. Para o acumulado em quatro trimestres foi registrado crescimento de 1,9% no segundo trimestre de 2010.

Entre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador semestral em 2010 destacaram-se calçados e couro (18,7%), alimentos e bebidas (7,1%) e produtos de metal (13,2%). Por outro lado, os principais segmentos que apresentaram contribuições negativas no número de pessoas ocupadas nesse período foram máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicação (-10,0%), produtos químicos (-5,8%) e têxtil (-10,9%).

COMÉRCIO EXTERIOR

As exportações baianas, no segundo trimestre, atingiram volume de US\$ 693 milhões, com aumento de 38,0%, comparado com igual período de 2009. As importações registraram acréscimo de 51,7%, com volume de US\$ 557 milhões. O saldo da balança comercial no período foi de US\$ 135 milhões.

No período compreendido entre janeiro e julho de 2010, a balança comercial baiana registrou exportações com valor total de US\$ 4,90 bilhões, acréscimo de 37,2% em comparação com o ano de 2009. As importações

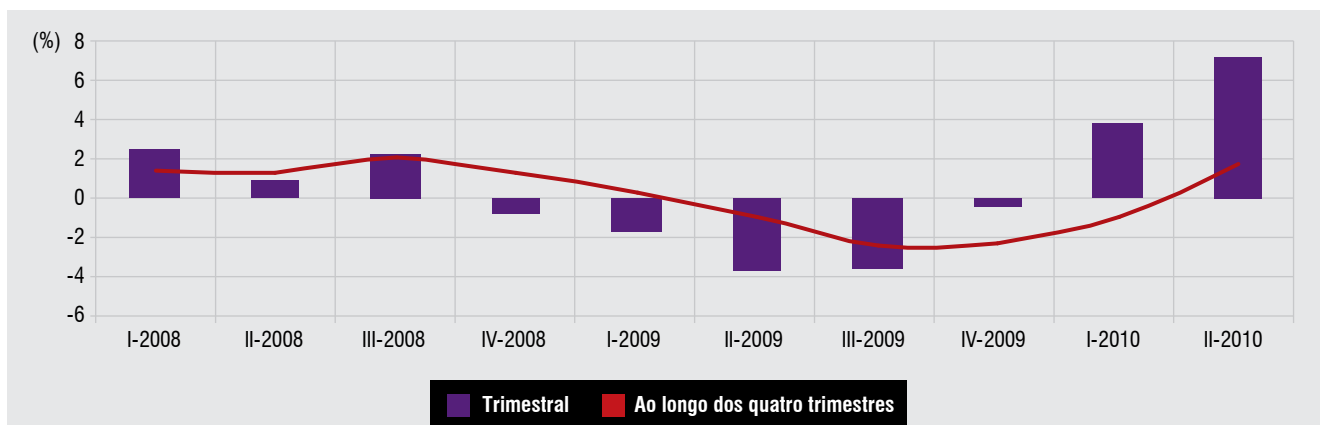


Gráfico 3
Variações trimestrais do pessoal ocupado assalariado na indústria geral (1) – Bahia – 2008/2010

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Em relação ao mesmo período ano anterior.

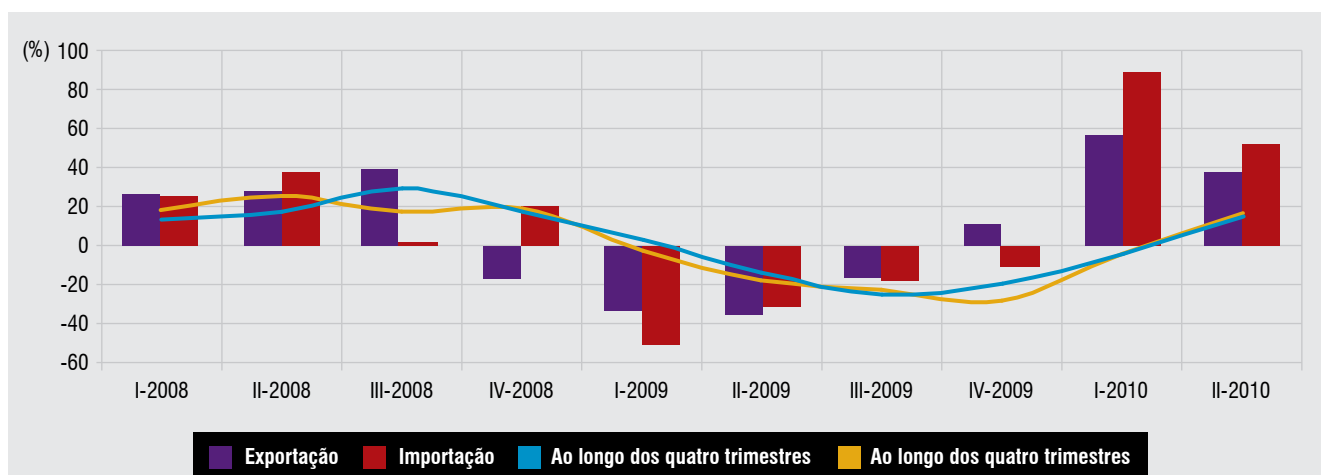


Gráfico 4
Variações trimestrais da balança comercial (1) – Bahia – 2008/2010

Fonte: Secex.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Em relação ao mesmo período ano anterior.

registraram aumento de 62,3% no período, com total de US\$ 3,81 bilhões. Esses resultados configuraram um superávit no saldo comercial de US\$ 1,08 bilhão, 11,2% inferior ao observado em 2009. A corrente de comércio exterior registrou aumento de 47,2%, atingindo US\$ 8,7 bilhões. Os três segmentos com maior participação, representando 57,6% no total das vendas externas, apresentaram crescimento significativo no período. Desta forma, petróleo e derivados cresceu 166,8%, seguido por químicos e petroquímicos (58,6%) e papel e celulose (32,6%) (BOLETIM DO COMÉRCIO EXTERIOR, 2010).

O Gráfico 4 mostra o desempenho das exportações e importações ao longo dos trimestres. No acumulado ao longo dos quatro trimestres, observa-se que as exportações e as importações mantêm saldos positivos, com taxas de crescimento da ordem de 15,3% e 16,6%, respectivamente.

Em relação ao fator agregado, no primeiro semestre destaca-se o acréscimo dos bens industrializados com taxa da ordem de 53,0%, comparado ao mesmo período do ano anterior, enquanto o setor de básicos cresceu 19,4% no período. Entre os produtos industrializados tem-se o acréscimo de 81,1% dos bens manufaturados no período.

COMÉRCIO VAREJISTA

O comércio varejista da Bahia, segundo a Pesquisa Mensal de Comércio (2010) do IBGE, registrou, no segundo trimestre, crescimento de 8,6% no volume de vendas, comparado com igual período de 2009. O resultado positivo contribuiu para o setor acumular, no primeiro semestre de 2010, taxa de 11,6% em relação ao mesmo período de 2009.

Tal como ilustrado no Gráfico 5, o comércio varejista baiano apresentou comportamento diverso dos demais setores de atividade, ainda que tenha mantido durante

O comércio varejista da Bahia [...] registrou, no segundo trimestre, crescimento de 8,6% no volume de vendas, comparado com igual período de 2009

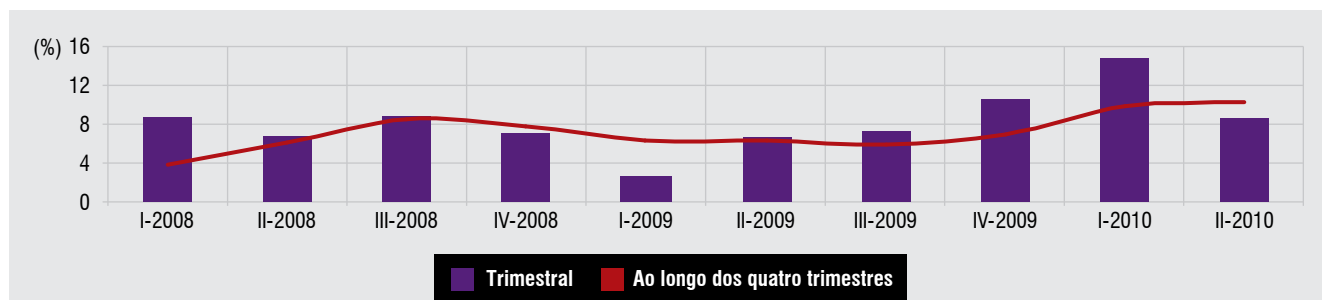


Gráfico 5
Variações trimestrais do volume de vendas do comércio varejista (1) – Bahia – 2008/2010

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Em relação ao mesmo período ano anterior.

todo o primeiro semestre taxas de crescimento altas e positivas, mas observa-se no segundo trimestre de 2010 uma desaceleração em relação ao trimestre anterior, quando a taxa anualizada passa de 9,9% para 10,3%, caracterizando assim a continuidade de uma conjuntura favorável à expansão mais branda, porém consistente, do varejo. O desempenho das vendas do varejo baiano no segundo trimestre evidenciou claramente o abrandamento do setor comparativamente ao primeiro trimestre de 2010 – período atípico em que ocorreram as isenções tributárias –, indicando que o consumo das famílias vem desacelerando o ritmo de crescimento, o que pode sugerir uma trajetória de expansão mais suave nos próximos trimestres.

Todos os segmentos do varejo apresentaram resultados positivos no primeiro semestre de 2010, com destaque para as atividades de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (27,9%), móveis e eletrodomésticos (25,0%), hipermercados e supermercados (8,6%).

MERCADO DE TRABALHO

As informações apuradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (2010), na Região Metropolitana de Salvador (RMS), indicaram redução na taxa de desemprego total, que registrou taxa de 16,7% no mês de junho ante 17,0% em dezembro, queda de 0,3 p.p. Esse resultado decorreu do aumento da taxa de desemprego aberto de 10,6% para 11,3% da PEA e da redução da taxa de desemprego

oculto de 6,4% para 5,3%, no mesmo período. Em junho de 2009, a taxa de desemprego era de 20,9%, indicando redução de 4,6 p.p.

Com relação ao total de ocupados, ocorreu variação positiva de 1,2% em junho, comparado ao mês de dezembro. Nesses seis meses, entre os ocupados por setores de atividade econômica, em termos relativos, a indústria de transformação e o setor de serviços apresentaram redução da ordem de 5,9% e 0,8%, respectivamente. Em sentido contrário, o comércio (11,1%) e outros setores (2,6%) cresceram neste mesmo período. Entre as categorias de posição na ocupação, os assalariados apresentaram acréscimo de 2,9%. Ressalta-se neste grupo o aumento de 8,1% dos assalariados com carteira assinada do setor privado. O nível de ocupação dos autônomos caiu 12,2% e o dos domésticos aumentou 10,4% no período.

Considerando-se apenas a geração de emprego formal no primeiro semestre de 2010, apurada pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2010), verifica-se a criação de 61.334 postos de trabalho na Bahia, representando um aumento de 4,3% no estoque de emprego. Tal resultado decorreu principalmente do aumento de postos nos setores da construção civil (17.547), serviços (13.455), agropecuária (12.625), indústria de transformação (11.730) e comércio (5.131). Ressalte-se ainda que o saldo do primeiro semestre foi superior ao contabilizado em igual período do ano anterior (23.098 vagas) e bem próximo em relação ao medido em todo o ano de 2009 (71.170 vagas).

Em termos espaciais, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) contribuiu positivamente, apresentando acréscimo de 27.111 novos postos de trabalho formais no primeiro semestre, representando um aumento de 3,6% no estoque de emprego, enquanto, os demais municípios baianos registraram um acréscimo de 5,1% na mesma comparação.

Neste sentido, destaca-se o município de Salvador com o maior saldo, de 15.431 empregos, no semestre, seguido por Camaçari e Feira de Santana, que contabilizaram 5.016 e 4.858 empregos formais, respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro semestre de 2010 marcou a expansão do crescimento da economia baiana evidenciado tanto pelo resultado do PIB, que, no período, registrou crescimento de 10,0% comparativamente ao mesmo período do ano anterior, como pelos resultados dos indicadores econômicos favorecido pela expansão da indústria, pela ampliação nas vendas do comércio varejista, pela manutenção do crescimento do saldo das exportações e pela criação de empregos.

As perspectivas para o segundo semestre de 2010, tanto para a economia brasileira como a baiana, nos setores de produção agrícola, indústria e serviços, especialmente, comércio, apontam para um desempenho bastante positivo.

Para a produção agrícola nacional, a previsão de safra é superior à registrada em 2009. Também na Bahia, a expectativa é de colher uma produção de grãos 11,3% superior à de 2009, que em relação ao volume representa 6,7 milhões de toneladas, a maior safra de grãos de todos os tempos.

Em relação ao comércio exterior, espera-se melhora no saldo da balança comercial, com uma corrente de comércio superior à observada em 2009. As exportações deverão crescer, tanto em volume como em valores, porém as exportações de produtos manufaturados continuarão enfrentando dificuldades em razão dos efeitos da valorização do real frente ao dólar. No entanto, a grande

ameaça consiste no aumento das taxas de crescimento das importações superior ao das exportações, que poderá conduzir para saldo negativo nos próximos meses. Nos resultados relativos para o período de janeiro a julho de 2010, já pode ser observado comportamento negativo para o saldo da balança comercial (-11,1%), comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

O setor industrial deverá manter o nível de produção elevado para aumentar os estoques de produtos acabados, respondendo às demandas encomendadas, tradicionais neste período. Aqui chama-se a atenção para o fato de que seu desempenho está condicionado ao comportamento da atividade econômica mundial, na medida em que parcela significativa dos bens produzidos pela Bahia destina-se ao mercado externo.

O comércio varejista deve continuar em ritmo equivalente ao observado no segundo trimestre de 2010, favorecido pelo crédito, emprego e renda.

A taxa de desemprego ao longo do segundo trimestre apresentou contínuo recuo em relação ao primeiro trimestre, com taxas bem menores. No segundo semestre de 2010, é possível que essa trajetória de queda continue. A manutenção do significativo crescimento do PIB no primeiro semestre, resultante do aquecimento no nível de atividade de transformação industrial e do setor de construção civil, deverá impulsionar o volume de contratações, sobretudo aquelas com carteira assinada.

A despeito do otimismo quanto ao desempenho da atividade econômica no próximo semestre, os elevados juros persistem como um dos principais entraves para a retomada mais dinâmica do nível de produção. A elevação da taxa Selic para o patamar de 10,75%, nas últimas três reuniões do Copom (abril, junho e julho), ocorreu como medida para conter o ambiente inflacionário. No entanto, espera-se a manutenção dessa taxa, nesse mesmo patamar, nos dois últimos trimestres de 2010, uma vez que já observam-se taxas de inflação praticamente nulas nos meses de junho e julho de 2010.

Outro obstáculo refere-se às incertezas do mercado internacional. A economia americana, mesmo com o crescimento razoável nos dois primeiros trimestres de

2010 (2,4% e 3,2%, respectivamente), apresentou elevadas taxas de desemprego, propiciando o aumento do endividamento das famílias. Caso ocorra desaceleração da economia americana, todos os demais países podem ser afetados. A China, que registrou um crescimento de 10,3% no segundo trimestre, pode ser um dos principais países afetados, dada a relação comercial que este país tem com os Estados Unidos. A Zona do Euro também apresentou crescimento nos dois primeiros trimestres de 2010, com taxas de 0,8% e 1,9%. Esses dados indicam que não obstante o cenário internacional incerto, as principais economias mundiais registraram crescimento nos dois primeiros trimestres do ano (EUROSTAT, 2010).

Por fim, os programas de investimentos deverão ser intensificados, haja vista a necessidade de inversões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016. Cabe ressaltar ainda o caráter eleitoral de 2010, quando normalmente observa-se grande volume de investimentos para conclusão de obras.

REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Ata do Copom 20 e 21 jul. 2010*. [Brasília]: BACEN, 2010. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2010.
- BOLETIM DO COMÉRCIO EXTERIOR. Desempenho do comércio exterior baiano. Salvador: SEI, jul. 2010. Boletins Técnicos. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Estatísticas do comércio exterior – DEPLA*. [Brasília]: MDIC, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2010.
- CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. Brasília: MTE, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2010.
- A ECONOMIA brasileira no 2º trimestre de 2010: visão geral. *Contas Nacionais Trimestrais*: indicadores de volumes e valores correntes. Rio de Janeiro, abr./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 3 set. 2010.
- EUROSTAT NEWSRELEASE. Euroindicators 127/2010. 2 set. 2010. Disponível em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/euroindicators/peeis/>>. Acesso em: 8 set. 2010.
- EXPORTAÇÕES de café crescem 25,8% em receita, a us\$ 391,8 mil. Disponível em: <<http://salaodocafe.blogspot.com/2010/08/exportacoes-de-cafe-crescem-258-em.html>>. Acesso em: 12 ago. 2010.
- LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2010.
- PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. Diminui a taxa de desemprego pelo terceiro mês consecutivo. Salvador: SEI, jun. 2010. Boletins Técnicos. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2010.
- PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2010a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2010.
- PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2010.
- PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Índices especiais de categoria de uso por atividade. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2010b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2010.
- PESQUISA MENSAL DO EMPREGO. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2010.
- PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2010.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *PIB baiano cresceu 10,4% no 2º trimestre*. Salvador: SEI, 2010. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 6 set. 2010.



Antônio Barros
de Castro

O Brasil na órbita da China

Encarregado de fazer a palestra de abertura do VI Encontro de Economia da Bahia (VI EEB), evento realizado em setembro, o professor emérito do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Antônio Barros de Castro, fez uma intervenção marcada pela lucidez e também por uma profunda crítica ao pensamento econômico atual. “A crise chegou da forma espetaculosa que todos sabem, mas, fundamentalmente, ninguém previu. É claro que alguns previram parcialmente, mas ninguém na realidade previu, lato sensu, enquanto movimento social, enquanto instituição ou enquanto



**A China cria
outra ambiência,
redistribui
oportunidades,
ameaças, cria uma
nova dinâmica.
Estou trabalhando
até mesmo com a
hipótese de que cria
novos mecanismos
econômicos**

C&P – Uma nova ordem econômica-financeira mundial vem se constituindo e a China se destaca neste processo. Como o senhor enxerga esta atual configuração da economia?

Antônio Barros de Castro – O meu primeiro artigo a esse respeito foi mostrado ao governo há quase cinco anos. Neste texto, eu tratava da emergência progressiva de uma economia que eu chamei de sinocêntrica, eu questionava como crescer numa economia “sinocêntrica”. A China cria outra ambiência, redistribui oportunidades, ameaças, cria uma nova dinâmica. Estou trabalhando até mesmo com a hipótese de que cria novos mecanismos econômicos. Há como se fosse outra microeconomia se desenvolvendo a partir da China. A explosão chinesa tem como impactos maiores, numa primeira fase, o rebaixamento dos custos das manufaturas, causado inicialmente pelos salários baixos chineses, ridicularmente baixos, que se desdobra numa fome absurda de

governo”, argumentou. Porém, o ponto principal que tem marcado as reflexões do economista é a perspectiva de um gradual deslocamento do eixo de gravidade da economia mundial em direção à Ásia, mais precisamente à China. Conforme fica claro na entrevista a seguir, na avaliação do professor, o desafio que se coloca para a economia brasileira é manter o crescimento sustentável, numa economia “sinocêntrica”. Barros de Castro possui uma extensa produção bibliográfica, que inclui oito livros, além de uma série de artigos, dentre os quais se destaca *No espelho da China*, no qual analisa, de maneira arguta, a crescente preponderância da economia chinesa no contexto atual.

matérias-primas e energia, e vai provocar uma explosão dos preços de energia, alumínio, cobre, níquel, aço etc. Então você cria uma mudança na dinâmica de preços que muda a sorte dos países emergentes. Neste contexto, cada emergente vai buscar suas novas chances. Até então, se supunha que um país, para crescer, tinha que fazer todas as reformas institucionais, mas a forte demanda da China por produtos básicos derruba este pressuposto. Veja o caso de Angola, que sai de uma guerra civil de 15 anos, com a infraestrutura em pandarecos, com as instituições inexistentes, entregue à loucura de uma corrupção em escala completamente desconhecida no Brasil, e passa a crescer 15%, 20% ao ano. Quer dizer, não fez nada do que era preciso para crescer, mas cresce muito mais do que se supunha possível. Esse é um desmentido extraordinário de algumas convicções, e esse desmentido se multiplica na América Latina.

C&P – Como esta economia “sino-cêntrica” evolui?

ABC – A China aprofunda a sua inserção e não está mais contente

Até então, se supunha que um país, para crescer, tinha que fazer todas as reformas institucionais, mas a forte demanda da China por produtos básicos derruba este pressuposto

em comprar. Ela já tinha feito uma revolução. A revolução consistia em permitir que os países emergentes comprassem muito barato e vendessem muito caro. Que tal? Razoável, não? Imaginem poder vender muito caro e comprar muito barato. Não é à toa que explode. Isso era a primeira etapa. Mas a segunda etapa é entrar nos países e investir, investir pesadamente. Isso já começou em vários países. Há dois anos eu tive informação de um instituto de pesquisa de que já havia um milhão de chineses trabalhando na África. E com isso vão investimentos etc. O Brasil só entra nisso agora, este ano praticamente. Em 2009, os investimentos chineses no Brasil foram uma brincadeira: 92 milhões de dólares, uma gorjeta. Neste ano de 2010 poderão ser 10 bilhões de dólares. E o que se prevê para daqui a dois, três anos é que eles sejam claramente os principais investidores no Brasil. Então, essa segunda etapa é de uma importância crucial. É óbvio que não foi prevista. Devo até dizer que quando eu escrevi um par de artigos que anteciparam várias coisas, eu errei, não previ isso, não previ que chegasse a esse ponto, que viesse também sob a forma de investimentos em massa no caso do Brasil.

C&P – Qual o papel do Brasil nesta nova ordem econômica-financeira? Será de exportador de commodities e importador de produtos com maior agregação de valor?

ABC – Nós estamos vivendo um momento único, um grande momento. Quando eu falo “nós”, eu me refiro a nós no mundo. No Brasil, é mais do que um grande momento, é um

Em 2009, os investimentos chineses no Brasil foram insignificantes: 92 milhões de dólares, uma gorjeta. Neste ano de 2010 poderão ser 10 bilhões de dólares

momento mágico. Eu estudo o Brasil há muito tempo. Uma vez, nesses quase 50 anos que eu estudo o Brasil, houve algo semelhante. Este é um momento realmente excepcional. Eu diria agora o seguinte: estamos diante de outro mundo. É nada menos do que isto, são mudanças de natureza sistêmica. Do ponto de vista chinês, os emergentes, ou os países em geral, mas os emergentes em particular, que são o foco deles, são divididos em dois grupos: países ricos em recursos naturais e países ricos em população. Vocês já sacaram que o Brasil é um caso muito especial, porque ele é rico em recursos naturais e rico em população. Ele cruza os dois critérios. Nesse sentido ele é candidato a uma aliança formal/informal, pensada/impensada, voluntária/involuntária muito forte. Só que isso, resumidas as contas, me leva à seguinte pergunta: e como é que a gente se coloca frente a isto? Uma atitude bastante errada e problemática é querer dizer: “Não, o Brasil não vai voltar a ser exportador de produtos primários. Isso é o fim da picada, é voltar ao passado”. Por que isso é errado? Primeiro porque isso não é

Houve uma deterioração da teoria econômica, que sofreu um enorme empobrecimento. O que importa dizer é que num certo momento, no terceiro trimestre de 2008, o mundo parecia que iria ruir

voltar ao passado, por várias razões. Não é voltar ao passado porque a demanda de primários que havia no passado era pífia. A questão é outra. Hoje o Brasil é uma economia muito mais complexa, e tem capacidades que o permitem voar em várias direções.

C&P – A crise financeira internacional de 2008 foi um divisor de águas, tendo obrigado a economia mundial a se reorganizar sob vários aspectos. Como o senhor avalia a posição do Brasil frente a crise?

ABC – De fato, a crise chegou da forma espetacular que todos sabem, e que fundamentalmente ninguém previu. É claro que alguns previram parcialmente, mas ninguém previu, lato sensu, enquanto movimento social, enquanto instituição ou enquanto governo. A ponto da rainha da Inglaterra, quando entrou na London School of Economics (LSE), perguntar: “Mas vocês só fazem estudar economia! Por que não me avisaram do que vinha por aí? Ninguém

me falou nada disso!”. Ela, com sua ingenuidade, pôs o dedo numa ferida terrível, pois houve uma deterioração da teoria econômica, que sofreu um enorme empobrecimento. Mas, ao contrário de situações anteriores, o Brasil, desta vez, esteve preparado para superar a crise. Segundo Nouriel Roubini, o mais agudo dos observadores e analistas da crise internacional, o Brasil entrou de vítima nessa história. Ou seja, estava recompondo a sua dinâmica de crescimento e foi completa e espetacularmente atropelado por esse incidente brutal. Mas essa é uma visão parcial. O Brasil ficou atordado, o presidente se referiu ao fato como uma marolinha, pela qual o país passaria facilmente. Outros previram um desastre, no qual todos os poderes da economia viriam à tona e se agravariam, e teríamos, então, um período difícilíssimo pela frente. Mas o que é que acontece de rigorosamente imprevisível? O Brasil estava se armando para manter o crescimento, manter o ciclo de investimentos, mesmo com o Banco Central travando, mesmo com uma parte do governo tendo uma atitude altamente cautelosa. Quer dizer, sustentar o crescimento em condições adversas era toda a preparação do Brasil, não era? Pois bem, então essa preparação vai ganhar outro significado agora. Resultou numa mutação em que aquilo que era para travar acaba sendo algo para compensar a crise internacional. Muda o significado. Não é mais para segurar a mão do Banco Central, não é mais para segurar o excesso de cautela, a trava sistemática etc., é para aguentar a crise. Muitos analistas denunciaram o governo dizendo o seguinte: “Ele está apresentando como anticíclica uma política que não era nada disso”.

Ora, convenhamos, não importa. O fato é que o Brasil estava armado para compensar algo. O algo mudou. Não é mais a preocupação com a repicada inflacionária. O algo é a crise internacional, que é muito maior. E sendo maior, com muito mais razão, ele deve entrar em campo compensando. A crise surge como uma espetacular crise de mercado, e desinibe o governo, que entra com tudo. As consequências desse “entrar com tudo” são verdadeiramente históricas, no sentido de que algumas das mudanças que o governo já estava tentando implantar passam a ganhar um significado muito maior.

C&P – E quais seriam estas mudanças?

ABC – Basicamente a formação do mercado de massas e a reconstituição da capacidade de investir por parte do Estado e do seu sistema financeiro. Essas duas mudanças são agora referendadas, corroboradas, impulsionadas pela crítica situação

O fato é que o Brasil estava armado para compensar algo. O algo mudou. Não é mais a preocupação com a repicada inflacionária. O algo é a crise internacional, que é muito maior. A crise surge e desinibe o governo, que entra com tudo

trazida pela crise. E quanto pior a crise, melhor para o lançamento desnecessário de decisões dessas dimensões. Então acontece algo extraordinário, que é o seguinte: o Brasil entra na crise com um plano B. Há uma série de razões para que devamos enfatizar isso, mas, sobretudo, por uma razão básica: um grande número de países não tem este plano B. O Japão, por exemplo, começou a ratear em 1990, 1991, portanto está há 20 anos rateando, e literalmente não tem plano B. Mas não é só o Japão não, a Espanha também. A Espanha foi a economia mais exitosa da Europa até os primeiros anos do século XXI. Durante cerca de 10 a 15 anos ela crescia mais rápido, era um brilho. Ela passou a Itália, coisa que ninguém previa também. Só que hoje se sabe que parte do crescimento dela era falso. Falso em que sentido? A Espanha criou, alimentada por um capital financeiro curto-prazista, ávido de ganho etc., uma especulação imobiliária absolutamente inassimilável. A Espanha chegou a ter anos em que construía mais residências – isso é um dado de relatório espanhol – que a França, a Alemanha e a Itália somadas. Ela se entupiu de residências para quê? Primeiro que não vai continuar minimamente assim. Há um colapso óbvio do investimento. Só que ocupava muito e contribuía muito para o delta PIB. Isso tudo é caco, é espuma hoje. Quando Nouriel Roubini disse que nós entramos como vítima, é porque não temos nada disso. Não temos os defeitos do sistema bancário, não temos os investimentos errados da Espanha – não só da Espanha, a Espanha é apenas um caso limite. Agora, o Brasil tem plano B, que

nasceu antes da crise, e que foi fortalecido pela crise. Não foi lucidez, não se previu a crise. Mas era tanta a frustração com o não crescimento de vinte e tantos anos, com a mediocridade do crescimento em 2,5% em média, era tanta a irritação e a hostilidade às autoridades monetárias que sempre “cortavam o barato” da expansão que, errado ou certo, se represou um conjunto de decisões que se transmutaram num plano B anticrise.

C&P – Mas ainda há um desafio de que o país se coloque devidamente diante do contexto “sino-cêntrico”. Quais as dificuldades que o Brasil poderá ter nos próximos anos diante de uma economia capitaneada pela China?

ABC – Há que reconhecer que o Brasil também tem, e terá crescentemente pela frente, alguns problemas complicados. Ele não tem o plano C. Ele tem o plano B. Ele foi muito bem no plano B. Convenhamos também o seguinte: muitos países foram relativamente bem no plano B. Por quê? Porque a China suga muito, uma demanda enlouquecedora. Então ela sustenta com o oxigênio da demanda. É fácil ter um planinho B se está soprando vento para seu lado. Mas o plano C é o plano do que fazer diante da China. Isso não quer dizer que o país não esteja fazendo investimentos. Pelo contrário. Muitos dos investimentos, especialmente em infraestrutura, são mais do que bem-vindos. E quando eu digo mais do que bem-vindos, eu quero dizer que eles já deviam estar aí há muito tempo. Mas isso não é o que há de novo. Não tenho dúvidas de que um plano C deve herdar características

do plano B. Por exemplo, continuar expandindo o mercado de massa. Não tenho dúvida alguma de que isso é um veio. Aliado a isso, é necessário continuar reforçando a capacidade de planejar do Estado. É preciso definir as novas frentes estratégicas, como o que se quer realmente do pré-sal e do etanol. Eu acho que absolutamente não se trata de meramente completar cadeias. Isso é uma visão preguiçosa da questão. Por exemplo, as ilhas automatizadas que a Petrobras tem que ter. Com isso, por um lado ela até reduz custos, facilita operações etc., e sobretudo ela rasga horizontes para o Brasil em indústrias do tipo automação, software avançado, novos materiais etc. Então, eu jogo muito mais nessa fronteira que o pré-sal obriga a entrar do que em fazer a cadeia para trás.

C&P – Em relação à questão dos investimentos, o senhor escreveu, há alguns anos, um artigo acerca das vantagens da estagnação.

É preciso definir as novas frentes estratégicas, como o que se quer realmente do pré-sal e do etanol. Eu acho que absolutamente não se trata de meramente completar cadeias. Isso é uma visão preguiçosa da questão

Ela [a estagnação] congelou oportunidades. E agora quando a gente degela isso, estes investimentos tornam-se muito mais lucrativos

Agora, que o país retoma os investimentos, como o senhor avalia este assunto?

ABC – Em 1978, 1979 e 1980 já discutíamos coisas como “cararaô baba-quara”. Sabe o que é isso? São os dois aproveitamentos na volta grande do Xingu, que hoje se chamam Belo Monte. Já se discutia isso há quase três décadas. A duplicação da São Paulo–Curitiba, da Belo Horizonte–São Paulo, e uma série de outras coisas são pedras cantadas há muitos anos. Então, alguns dos investimentos que nós estamos realmente

enfrentando agora são mais do que óbvios, são mais do que necessários, são mais do que merecedores de aplausos. E o BNDES, como figura central nesse campo, deve receber todos os aplausos. Esta seria a vantagem da estagnação. Ela congelou oportunidades. E agora, quando a gente degela isso, estes investimentos tornam-se muito mais lucrativos. O BNDES tem plena consciência de que boa parte dos investimentos que estão sendo feitos tem o seu retorno praticamente garantido pelo próprio fato de que estão atrasados.

C&P – Além do desenvolvimento do mercado de massa e investimentos em infraestrutura, faz parte do “plano C” uma ação mais agressiva, em termos de conquistar novos mercados internacionais?

ABC – O mercado interno está se tornando cada vez mais gigantesco, e o mercado internacional bestialmente competitivo para tudo que não for recurso natural. Portanto, é

melhor pensar no mercado nacional. É preciso produzir para o mercado doméstico, conseguir vencer a competição aqui dentro, o que não é fácil. Quanto a exportar, só se for realmente uma excepcionalidade. A inserção externa tem que ser cuidadosamente rediscutida.

C&P – Quanto a novos episódios de crise financeira, a exemplo de 2008, o Brasil passa por algum risco, apesar do nosso sistema financeiro ser completamente saneado?

ABC – O último relatório do Banco de Compensações Internacionais (BIS) aponta o Brasil como próxima vítima potencial desses mecanismos de jogo de futuro, jogo de derivativo etc. Apesar de ter um sistema bancário excelente, a verdade é que existe um sistema bancário na sombra, que se desenvolve fora dos balanços, e isso está, sim, ameaçando o Brasil. E a luz amarela do BIS é muito importante, a meu ver.



Portos baianos: um gargalo que inibe o crescimento

Arthur Souza Cruz*

O porto é uma estação intermodal, elo dos modais terrestres com o marítimo. Responsável por mais de 95% do movimento de cargas brasileiras, os portos, no transporte de carga, assumem um especial papel no comércio exterior.

Conforme observado por Samir Keedi (2010), especialista em transportes internacionais,

[...] enquanto não tivermos portos adequados ao comércio internacional, nossa logística continuará extremamente cara. E sem uma logística portuária compatível com o nível internacional, não teremos as mesmas condições de competição de outros países.

Os gargalos logísticos, que dificultam e encarecem o escoamento da produção, sobretudo para exportação, são um entrave ao desenvolvimento maior do país. Na Bahia, por exemplo, a precariedade dos portos, estradas e ferrovias converteu-se em pesadelo para o investidor, confinando o escoamento da produção em gargalos a cada dia mais problemáticos e, como consequência, prejudicando o desempenho da economia do estado.

A política de desenvolvimento para os portos em vigor nesse estado durante os últimos 25 anos resultou em falta de investimentos e na perda de competitividade frente aos portos de Suape, Pecém e Itaqui, administrados pelos governos de Pernambuco, Ceará e Maranhão, respectivamente, que colocaram a questão portuária como estratégica.

* Pós-graduado em Economia pela Universidade Salvador (Unifacs), graduado em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnico especialista em Comércio Exterior da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). arthurcruz@sei.ba.gov.br

Nos últimos dez anos, novos terminais privativos foram implantados no estado, como o do Moinho Dias Branco em Salvador, Miguel de Oliveira (Ford) em Candeias, Aracruz em Caravelas e Veracell em Belmonte, destinados a suprir as deficiências da Companhia Docas. Frise-se que o terminal Dias Branco praticamente desativou o Porto de Ilhéus, conquistando quase toda a sua movimentação de grãos.

Por conta da carência crescente, já em 2006, 23,4% do valor das exportações baianas haviam sido escoadas por portos e aeroportos de outros estados, percentual que vem crescendo ano após ano, chegando a 32,2%

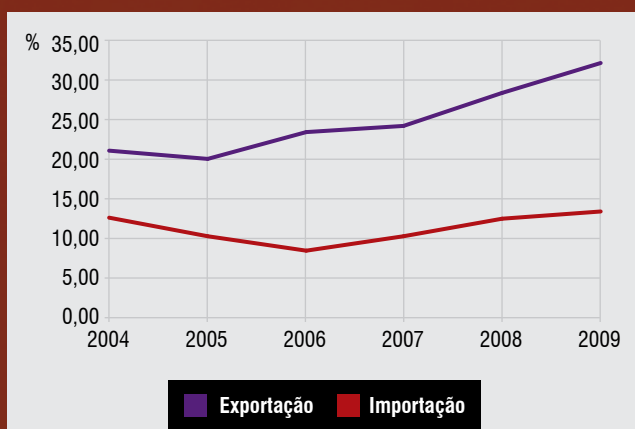


Gráfico 1
Evolução da participação do comércio exterior baiano por portos de outros estados – 2004-2009

Fonte: MDIC/Secex.

em 2009. Esse quadro também se repete em relação às importações, com 8,5% de participação em 2006, e 13,5% em 2009 (Gráfico 1).

Assim, o presente artigo traz para o centro da discussão uma questão estratégica para o desenvolvimento econômico do estado baiano. Ao apresentar as dificuldades existentes para o escoamento da produção na Bahia, especificamente por meio do Porto de Salvador, busca-se chamar atenção para a relevância da implementação de políticas que tenham como objetivo intensificar os investimentos em infraestrutura, a fim de que os problemas estruturais dos portos na Bahia sejam colocados na ordem do dia.

REVITALIZAÇÃO DO PORTO DE SALVADOR

O Porto de Salvador defronta-se com problemas críticos, que reduzem a sua atratividade, como possuir apenas um berço especializado em contêiner, retroárea limitada, custos altos de armazenagem e congestionamento rodoviário. A fragilidade da sua infraestrutura portuária tem se refletido na movimentação de cargas. A dificuldade em atender ao comércio exterior leva, de forma crescente, ao escoamento das mercadorias por portos de outros estados, como Espírito Santo, Pernambuco e Ceará (Quadro 1).

Porto/embarque	(Valores em US\$ 1000 FOB)			(Peso em toneladas)		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Salvador – Porto	2.909.844	3.432.023	2.660.363	2.141.874	2.673.073	3.074.815
Aratu – Porto	2.519.527	2.713.736	1.989.396	3.903.535	3.765.814	3.440.226
Vitória – Porto	905.405	1.482.472	1.180.864	1.980.971	2.624.864	2.855.250
Santos	345.450	292.682	293.097	214.688	194.355	192.883
São Paulo – Aeroporto	125.851	169.442	211.234	3.316	3.991	5.444
Rio de Janeiro – Porto (Sepetiba)	64.951	139.516	131.822	39.517	54.551	54.034
Uruguaiana – Rodovia	69.131	89.887	81.018	25.388	23.974	19.888
Ilhéus	157.880	46.474	72.992	650.017	138.147	165.112
São Francisco do Sul	89.454	46.358	69.032	33.805	22.068	25.498
Pecém – Porto	43.965	31.313	57.445	31.506	19.931	25.102
Porto de Rio Grande	9.945	13.164	39.735	647	958	11.528
Salvador – Aeroporto	28.797	39.276	31.379	15.199	15.024	13.795
Vitória – Aeroporto	-	-	30.800	-	-	2.501
Recife – Porto (Suape)	13.703	39.398	28.364	8.057	27.647	20.401
Demais portos	124.826	160.429	133.259	92.840	76.528	75.931
Total	7.408.729	8.696.170	7.010.800	9.141.360	9.640.925	9.982.408

Quadro 1
Exportações baianas por portos de embarque – 2007/2009

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI.

Segundo estimativas da Associação de Usuários dos Portos da Bahia (Usuport), a limitação e deficiências no porto têm criado um custo adicional de R\$ 150 milhões por ano para o empresariado baiano. Além de gerar uma perda de cerca de R\$ 300 milhões por ano em serviços que deixam de ser feitos no estado. Negligenciado durante as últimas três décadas e sem sofrer intervenções de grande porte na infraestrutura há seis anos, o porto soteropolitano tem ficado para trás no quesito movimentação de contêineres. Em 2002, a Bahia era o sexto estado do país com maior movimento na modalidade. Crescendo em ritmo lento, caiu para a oitava colocação nos últimos seis anos.

O esgotamento da capacidade do terminal de contêineres do Porto de Salvador é uma realidade inequívoca. Não há perspectiva de melhora para o porto sem investimentos em infraestrutura. O governo do estado está atento a esta demanda e em conjunto com o governo federal procura resolver os grandes problemas do porto por meio de obras já anunciadas e em processo de licitação/execução:

1. Construção da Via Expressa Baía de Todos os Santos, que ataca os problemas de acesso rodoviário ao porto. A obra está orçada em R\$ 381 milhões, sendo R\$ 339,3 milhões do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e R\$ 41,7 milhões dos cofres do governo do estado. A primeira fase da obra, que custa R\$ 204 milhões, já está em execução.
2. Já está em execução a obra para a dragagem do Porto de Aratu, enquanto a do Porto de Salvador está prevista para iniciar em 09 de agosto de 2010. Orçada em R\$ 89 milhões, faz parte do Plano Nacional de Dragagens, que investirá R\$ 1,5 bilhão em recursos do PAC na dragagem de 17 portos em todo o Brasil. Na Bahia, o calado dos portos passará de 12 para 15 metros de profundidade, o que vai permitir que navios de grande porte possam atracar nestes dois locais. A dragagem, que consiste na retirada de sedimentos para aumentar a profundidade dos canais do cais, vai possibilitar a atracação de navios maiores, movimentando, assim, mais mercadorias. Essa prática configura-se como uma tendência no comércio mundial.
3. O governo do estado entende que a ampliação do porto e os investimentos na Via Expressa são obras gêmeas, ou seja, devem acontecer juntas. A tendência, até

pelo prazo previsto para a execução das duas obras, é buscar-se a ampliação do atual terminal e a licitação do 2º terminal. O atual arrendatário do terminal já anunciou que está disposto a investir o equivalente a R\$ 154 milhões na ampliação (construção de um berço até 2010 e um segundo berço para 2017, ainda não orçado). Não é pouca coisa manter um compromisso dessa monta quando, em todos os cantos, a notícia é de retração dos investimentos, além do que o Decreto 6620/08, emitido pela Presidência da República, permite a ampliação de áreas arrendadas, como a do Porto de Salvador, sem licitação imediata.

4. Resolução da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), publicada no DOU de 05/08/2010, autorizou a ampliação da Ponta Norte do Porto de Salvador, cujo berço de atracação deverá ganhar mais 165 metros em extensão. A intervenção, orçada em cerca de R\$ 100 milhões, será feita mediante um aditamento do contrato com a Tecon, empresa da Wilson Sons, responsável pela operação do porto. Prevista para ser realizada em dez meses, a obra ampliará em 50% a capacidade de movimentação de cargas do porto.

Em que pesem as providências que vêm sendo adotadas, há uma série de propostas, inclusive com projeções de demanda até o ano de 2020, feitas pela Associação de Usuários dos Portos da Bahia (Usuport), indicando a necessidade de uma intervenção maior, compatível com o crescimento da demanda de cargas no estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É entendimento predominante que a ampliação do Porto de Salvador poderá ser realizada tanto por um processo licitatório quanto por uma alteração do contrato de arrendamento, tendo para tanto que ser observados estudos de viabilidade técnica, operacional e econômica, além, claro, de decisão política quanto à oportunidade, conveniência e prazos. O que determinará a ação, portanto, é o interesse da administração pública, e esta deve tomar a frente das decisões.

A afirmativa de que o governo do estado assume seu papel frente à iniciativa de expansão do porto é aceitável,

dados os investimentos estratégicos que estão previstos e anunciados para o setor. Nesse sentido, em setembro de 2009 foi criada a Secretaria Extraordinária da Indústria Naval e Portuária (SEINP), para tratar especificamente da requalificação dos portos baianos em sinergia com a Secretaria da Infraestrutura e Codeba.

Hoje a ampliação do terminal é mais que necessária, é urgente, e o governo estadual sabe disso. Deve-se, entretanto, procurar uma solução de longo prazo em que sejam contempladas a modernização permanente e a ampliação competitiva dos portos do estado. A própria administração portuária, na sua configuração atual, representa um obstáculo à modernização dos portos.

Ao longo das últimas décadas, as Companhias Docas só têm sido eficientes na cobrança de tarifas. Fica a cada dia mais evidente o despreparo dessas empresas para lidar com problemas básicos dos portos, tais como apoio logístico aos novos parceiros, mobilização rápida de agentes fiscalizadores, administração de conflitos entre empresas operadoras e entre estas e os trabalhadores, redução de custos, aprimoramento de serviços, expansão de áreas, criação de mecanismos para atrair cargas, enfim, tudo que envolva preparação para as permanentes mudanças e para o desenvolvimento futuro.

Para dar prosseguimento aos avanços e investimentos conquistados, há um consenso da necessidade da decisão política começar pela estadualização da administração dos portos baianos. O desenvolvimento da Bahia não pode ficar encalhado numa trama em que os portos do estado são controlados por um ente federal que tende para a acomodação regional de interesses.

Por esta razão, e por tratar-se de um tema de relevância estratégica, os portos baianos, inclusive o projetado Porto Sul¹, precisam ser controlados pelas autoridades estaduais. É uma forma concreta e segura de contornar conflitos, unificar a gestão e, ao mesmo tempo, assegurar a toda a economia baiana a infraestrutura para continuar a crescer.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO DE USUÁRIOS DOS PORTOS DA BAHIA. *Institucional/Opinião*. Salvador: USUPORT, 2010. Disponível em: <<http://www.usuport.org.br>>. Acesso em: 6 ago. 2010.
- BAUMANN, Renato. Uma avaliação das exportações intrafirma do Brasil: 1980-1990. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, dez. 1993. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/820/758>>. Acesso em: 27 ago. 2010.
- BRASIL. Secretaria de Portos. *Licitações/Avaliações Setoriais*. Brasília: SEP, 2010. Disponível em: <<http://www.portosdo-brasil.gov.br>>. Acesso em: 2 ago. 2010.
- DIAS, Rodnei Fagundes. *Qual o destino das exportações baianas?* Conjuntura & Planejamento, Salvador, n.157, p. 64-71, out./dez. 2007. Disponível em: <http://www.nec.ufba.br/artigos/Artigos/Revista_Conjuntura_e_Planejamento/2007.4%C2%BA%20trimestre%20-20Qual%20o%20destino%20das%20exporta%C3%A7%C3%B5es%20baianas.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2010.
- KAPPEL, Raimundo F. *Portos brasileiros – novo desafio para a sociedade*. Salvador: CODEBA, [2010]. Disponível em: <<http://www.codeba.com.br>>. Acesso em: 2 ago. 2010.
- KEEDI, Samir. *A importância de construir portos*. Salvador: USUPORT, 2010. Disponível em: <<http://www.usuport.org.br>>. Acesso em: 27 jul. 2010.
- MAGALHÃES, Oswaldo Campos. *A Tragédia portuária baiana*. Salvador: USUPORT, 2010. Disponível em: <<http://www.usuport.org.br>>. Acesso em: 26 jul. 2010.
- MARTINS, Marco. *Portos baianos: porque me importo*. Salvador: USUPORT, 2010. Disponível em: <<http://www.usuport.org.br>>. Acesso em: 26 jul. 2010.
- OLIVEIRA, Carlos Tavares. *Os gargalos do sistema portuário*. Salvador: USUPORT, 2010. Disponível em: <<http://www.usuport.org.br>>. Acesso em: 27 jul. 2010.
- REZENDE, Leonardo. *Portos: centros de custo, lucro e competitividade*. Salvador: USUPORT, 2010. Disponível em: <<http://www.usuport.org.br>>. Acesso em: 29 jul. 2010.

¹ O Complexo Intermodal Porto Sul, a ser construído numa área de 1.771 hectares, na localidade de Ponta da Tulha, no sentido Ilhéus-Itacaré, promete tornar-se a solução para o gargalo existente nos principais portos baianos.

Desocupação, rendimento e distribuição: análise do panorama geral brasileiro¹

Camila Carvalho Rodrigues*
Magali Alves de Andrade**

Na década de 1990, a remuneração da força de trabalho empregada na indústria realizava-se na forma de compressão dos salários, possivelmente por causa da combinação de variação baixa do produto com uma forte competitividade dos produtos estrangeiros (MELO; MATOS, 2005). Nesse contexto, houve uma diminuição dos salários, além de ter sido um período de altas taxas de desemprego, o que facilitava a compressão dos salários. Um elevado índice de desemprego não significa apenas a recessão da economia, mas há efeitos para frente e para trás que distribuem seus reflexos sociais de forma expressiva para a população, com a privação dos meios de produção e, conseqüentemente, a deterioração das condições de vida (OLIVEIRA, 1992).

Recentemente pôde-se observar uma contínua redução da taxa de desocupação e saldos positivos na geração de cargos com carteira assinada, com resultados sociais dos mais diversos, extensivos a várias áreas. No ano de 2010, por exemplo, os indicadores mensais vêm apresentando sucessivos recordes, na comparação com os mesmos períodos de anos anteriores, tanto por causa do “efeito estatístico” – da base baixa do ano de 2009 – quanto pelo atual resultado econômico expansivo.

* Graduada em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC/FCE-UFBA-SEI). millacarvalho@gmail.com

** Mestranda em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC/FCE-UFBA-SEI). magalialvesdeandrade@gmail.com

¹ Artigo elaborado sob a orientação do Professor Antônio Plínio Pires de Moura (FCE/UFBA).



O comportamento geral do emprego tendeu a ser homogêneo entre os estados, apresentando pequenas variações entre eles. A despeito do bom resultado apresentado pelos dados das regiões metropolitanas (RMs), a existência da dicotomia entre estas e as não metropolitanas com relação ao mercado de trabalho deve ser levada em conta. Tal situação dicotômica é ressaltada pela diferença de mais de 20% entre as taxas de crescimento do nível de emprego formal. O próprio comportamento entre RMs é diversificado, com algumas apresentando-se acima da média nacional e outras, abaixo (RAMOS, 2007).

DESOCUPAÇÃO E SALDO DE EMPREGOS

Ao longo dos últimos anos, o Brasil apresentou uma redução continuada da sua taxa de desocupação. O ano de 2006 apresentou um pico de 10,8% no mês de julho, entretanto, com uma reversão de tendência no segundo semestre e uma redução da desocupação no final do ano, atingiu 8,4% no mês de dezembro. Já em 2007, o pico foi mantido por três meses, de março a maio, com 10,2%, porém, como efeito da sazonalidade do fim de ano, fechou dezembro com a taxa de 7,5% – uma das menores já verificadas desde janeiro de 2006. Os anos de 2008 e 2009 não apresentaram grandes variações. As taxas de 2008 foram menores que em 2009, uma vez que houve reflexos da Crise Mundial, mesmo que não tão

intensos. Assim, o ano de 2009 iniciou com taxas de desocupação de 8,2%, chegando a 9% em março, mas logo depois, com a recuperação da economia, fechou o ano com a taxa igual à de 2008, 6,8%. Em 2010, essas taxas mantiveram-se em um patamar abaixo de 8%. A queda do patamar da taxa de desocupação vem mantendo-se entre 7,0% e 7,6%, havendo expectativa de que caia no final do ano para níveis ainda mais baixos, quando por efeitos sazonais tende a apresentar as menores taxas de desocupação anuais (Gráfico 1).

As taxas de desocupação para todos os meses de 2010 são as menores observadas para os respectivos meses. Isso mostra que a reação dos empresários, principalmente no segmento industrial, foi exagerada no primeiro semestre de 2009, já que o mercado interno pôde (e continua a poder) sustentar a dinâmica da economia brasileira. Pode-se dizer que, como o setor informal tem grande peso na economia, os índices de desemprego estavam “camuflados”, uma vez que a informalidade não está dentro das principais estatísticas oficiais (COUTO, 2010).

Assim, foi mantida certa estabilidade e confiança dos agentes econômicos (família, firma e governo), dado o efeito psicológico positivo causado pelo não desemprego. Tal efeito pode ser acentuado por alguns fundamentos macroeconômicos adotados, a exemplo das políticas de

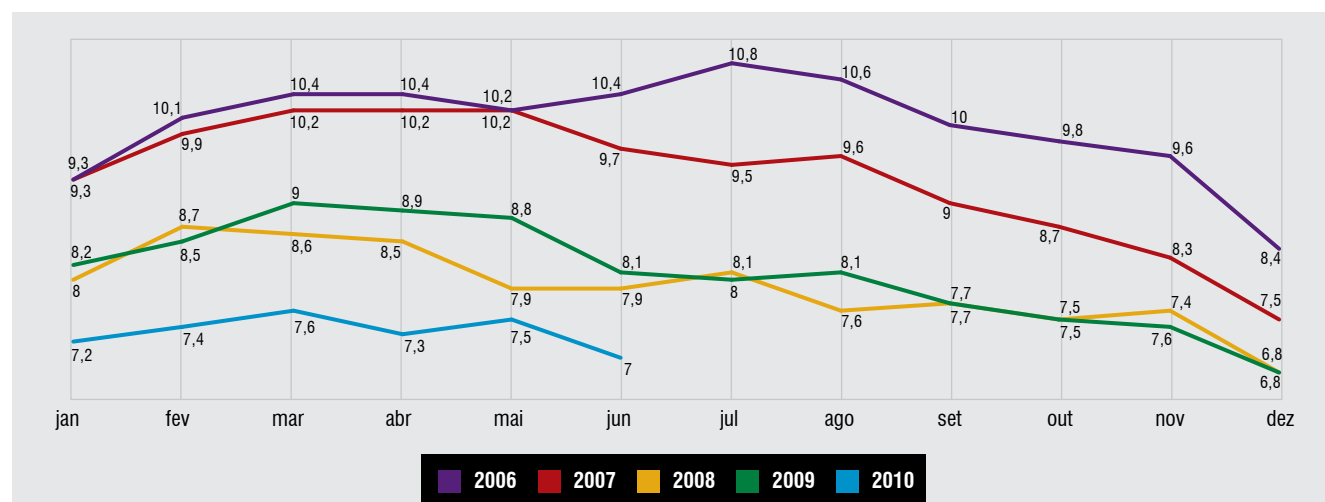


Gráfico 1
Taxa de desocupação (%) de todas as regiões pesquisadas – 2006-2010

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Trabalho e Rendimento—Pesquisa Mensal de Emprego.

As obras de infraestrutura, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e a reestruturação das cidades foram essenciais para a manutenção dos investimentos do governo

redistribuição de renda, como o Programa Bolsa Família e o aumento do poder de compra dos aposentados, e a facilitação do crédito (consignado).

O Estado brasileiro também desempenhou um papel essencial no fomento dos setores mais empregadores, a exemplo da construção civil, tanto de casas populares, como a expansão de crédito para a aquisição de financiamento imobiliário pela classe média, além da desoneração de alguns insumos básicos, como o cimento. A desoneração atingiu também o setor industrial, em especial a linha branca e os automóveis. As obras de infraestrutura, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC),

e a reestruturação das cidades foram essenciais para a manutenção dos investimentos do governo.

Assim, em um panorama geral, a desocupação tem diminuído continuamente nos últimos anos, o que exemplifica a melhoria do mercado de trabalho no Brasil. Outra forma de perceber essa melhoria é o saldo de empregos com carteira assinada abrangidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ou seja, os celetistas. O número de empregos celetistas vem crescendo, com exceção do ano de 2009, que nos primeiros meses apresentou as menores taxas de geração de emprego, chegando ao máximo de 131.557 empregos gerados, reflexo de toda a desaceleração da economia mundial (Gráfico 2).

A recuperação no ano de 2010 ocorre de forma crescente, apresentando variações de até 15% de um mês para o outro. No geral o número de celetistas em 2010 vem crescendo a uma média de 5% ao mês.

Esses resultados corroboram com a queda da taxa de desocupação. No entanto, em razão do conceito de taxa de desocupação (porcentagem de pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas), pode-se subestimar a taxa real de desocupação, dependendo da classificação de ocupação, sem determinação qualitativa desta. Assim, o aumento de emprego celetista representa o aumento do emprego formal, geração de

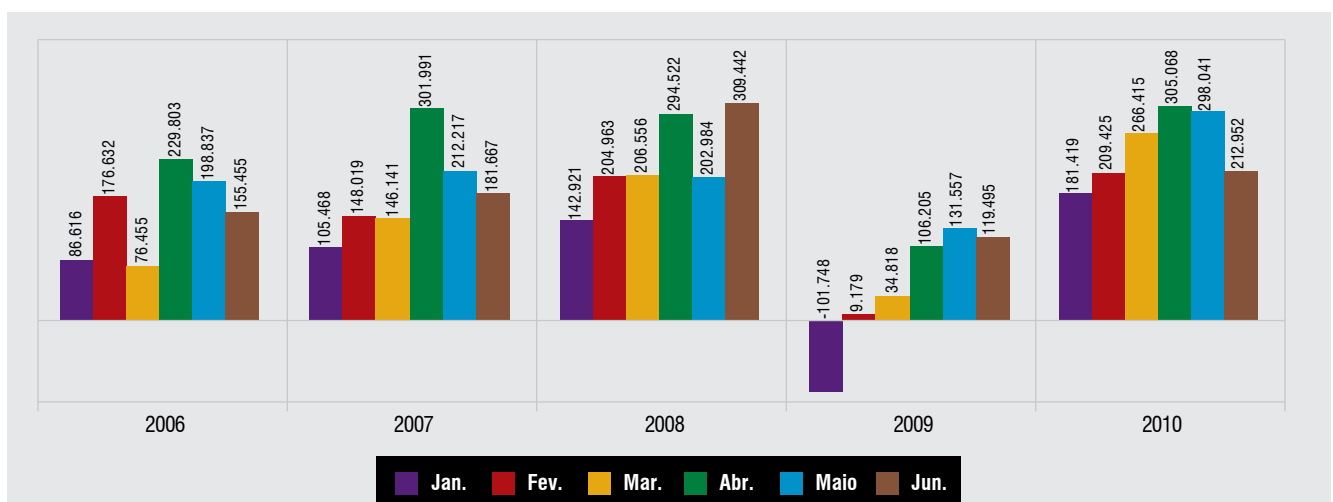


Gráfico 2
Evolução do emprego celetista – Brasil – 2006-2010

Fonte: MTE-Caged (Lei nº 4.923/65).

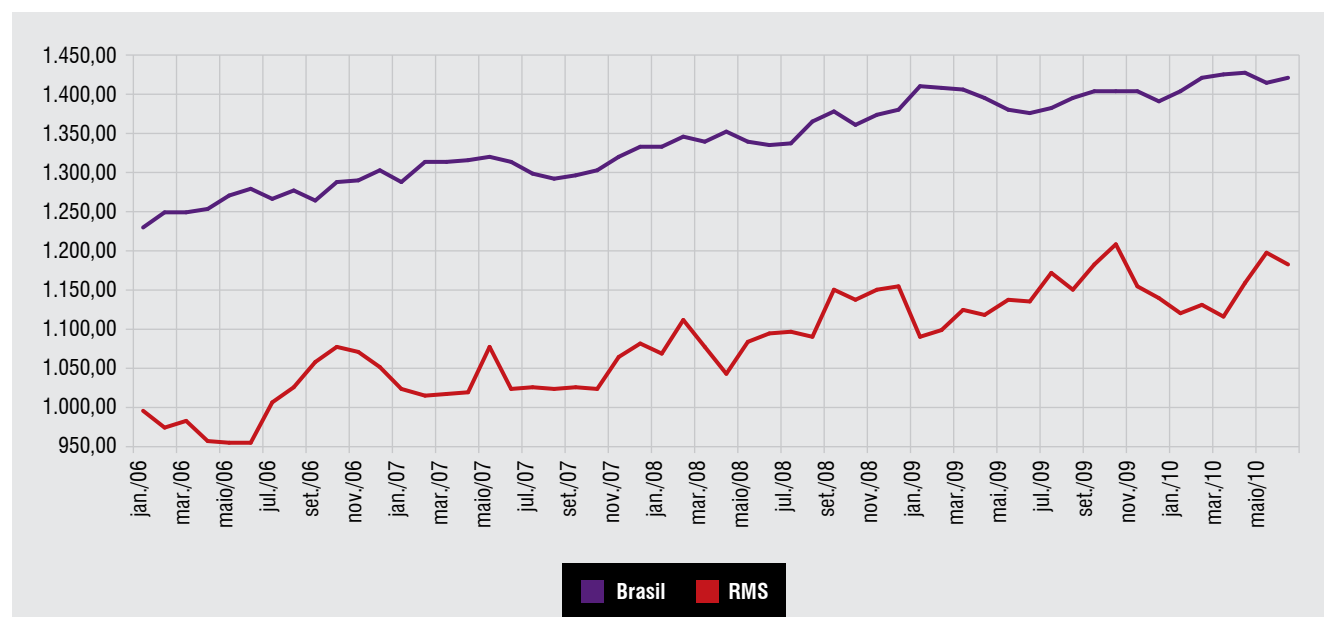


Gráfico 3

Evolução do rendimento médio real – Brasil/RMS – jan. 2006/jun. 2010

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Trabalho e Rendimento–Pesquisa Mensal de Emprego.

emprego fixo ou por um período prolongado, enquanto na taxa de desocupação não há relação com o tipo de ocupação, se permanente ou temporário. Atualmente a queda na taxa de desocupação está sendo acompanhada por um aumento do número de empregos com carteira assinada, seguindo a tendência de melhoria no mercado de trabalho brasileiro.

OS RENDIMENTOS E A DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO

O crescimento do número de postos de trabalho criado influencia o aumento da remuneração, isto é, a diminuição do número de pessoas desocupadas. Consequentemente, a menor oferta de mão de obra faz com que a sua remuneração seja elevada, e o comportamento da remuneração média é tendenciosamente influenciado para uma aglutinação na base da faixa salarial inferior (MELO; MATOS, 2005). Quando as taxas de desemprego são elevadas, a tendência geral do mercado é a de diminuição salarial.

No Brasil, o rendimento médio da população ocupada vem mantendo uma trajetória de crescimento desde 2006. O cenário atual do mercado de trabalho brasileiro está

representado pela queda da desocupação e o aumento do rendimento médio habitual (Gráfico 3).

Na formulação ortodoxa de inspiração neoclássica diz-se que uma redução do desemprego gera uma menor quantidade de mão de obra livre, e a escassez do produto eleva o preço. Menor a oferta, maior o preço. Contudo, a Teoria de Salário Eficiência (STIGLITZ, 1987) explicaria a elevação dos salários como forma de evitar problemas de informação assimétrica (seleção adversa, risco moral e erros sistêmicos), em busca da maior produtividade². A conclusão preliminar a que se pode chegar é que no contexto atual da economia brasileira está acontecendo uma redução na taxa de desocupação e saldos positivos de geração de empregos celetistas.

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL E POR SETORES DO EMPREGO

A análise da distribuição geográfica e setorial da criação de postos de trabalho permite avaliar o desempenho e os

² Contudo não se sabe resultados ou comprovações empíricas da ocorrência do salário eficiência. Tal tema não será abordado neste trabalho.

efeitos da expansão do mercado trabalho, comparando o comportamento nacional e por regiões subnacionais. No acumulado dos últimos 12 meses, o Brasil apresentou uma variação de 6,71%, somando só nos primeiros meses de 2010 quase um milhão e meio de saldo, representando uma boa recuperação da economia nos primeiros meses do ano, com geração de emprego. Todavia, no Nordeste, foi verificado um saldo de mais de 400 mil, variação positiva de 8,45% no acumulado dos últimos 12 meses, sendo apenas 2,21% referentes aos primeiros meses do ano. O Nordeste apresentou um ritmo de crescimento mais acelerado que o Brasil, situando-se seu acumulado em 12 meses acima do nacional em quase 2 p.p. Esta região foi a que sofreu o menor impacto na crise, uma vez que o estímulo ao consumo das famílias via políticas de redistribuição de renda impediu o declínio da atividade econômica. Não só houve uma manutenção dos níveis de emprego, como também o Nordeste foi responsável por 17,5% do total dos empregos criados no mês de junho de 2010 (Tabela 1).

A Bahia, acompanhando a dinâmica do Nordeste, também apresentou crescimento acima do nacional no acumulado dos últimos 12 meses (7,89%), com um saldo de empregos de 109.406, ou seja, 27% daquele do Nordeste e 5% do total do país.

No primeiro semestre de 2010, a Bahia apresentou taxa de crescimento de 4,28%, maior que a do Nordeste (2,21%), sendo responsável, respectivamente, por 4% e 54% de

Tabela 1
Evolução do emprego por nível geográfico
Nordeste/Bahia

Local	Jun. 2010		Jan. a jun. 2010		Últimos 12 meses	
	Saldo	(%)	Saldo	(%)	Saldo	Var. (%)
Total	212.952	0,62	1.473.320	4,46	2.168.924	6,71
NE	37.365	0,72	113.194	2,21	407.614	8,45
BA	3.705	0,25	61.334	4,28	109.406	7,89

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET—Caged (Lei nº 4.923/65).

toda a geração de emprego no Brasil e no Nordeste nesse período (Tabela 1).

Na análise da performance das RMs, pode-se observar que Salvador vem apresentando taxas de ocupação abaixo da média de todas as regiões metropolitanas. No entanto, a maior variação entre os dois níveis de ocupação foi atingida nos meses de setembro a dezembro de 2008, 6%, mantendo de janeiro de 2006 até junho de 2010 uma média de 3% abaixo do total das RMs (Gráfico 4).

Outra importante avaliação a ser feita no mercado de trabalho é o destino dessa geração de emprego, sinalizando para quais atividades econômicas está sendo canalizada essa mão de obra, mediante a análise da distribuição dos saldos do emprego por setores. Nota-se que os setores que apresentaram maior saldo de emprego no acumulado dos últimos 12 meses foram:

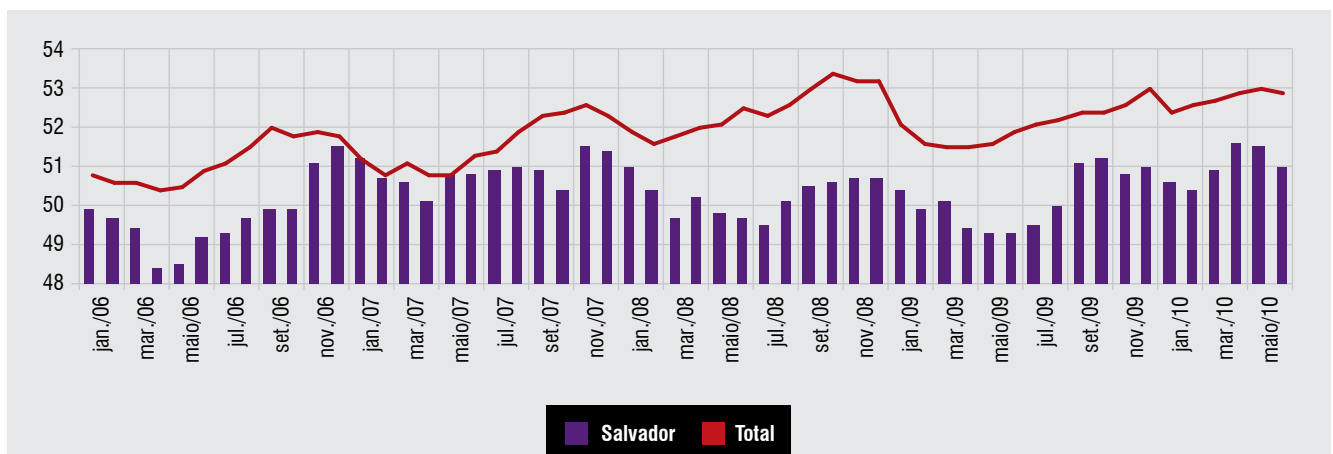


Gráfico 4
Evolução do nível de ocupação em percentual – total/RMS – jan. 2006/jun. 2010

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Trabalho e Rendimento—Pesquisa Mensal de Emprego.

Serviços, Indústria de transformação, Comércio e Construção civil. Este último setor foi impulsionado, sobretudo, pelas políticas econômicas, como o Programa de Aceleração do Crescimento II (PAC II), o Programa Minha Casa Minha Vida, de financiamento da casa própria por meio da Caixa Econômica Federal, e a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para materiais de construção.

Inserida nesse contexto, a construção civil acumulou mais de 300 mil empregos nos últimos 12 meses, respondendo-se por 15% de todo o emprego gerado nesse período e por mais de 200 mil só nos primeiros meses de 2010, aproximadamente 15% de todo o emprego do período (Tabela 2).

O setor de *Serviços* correspondeu a 35% do total do saldo apresentado no acumulado dos últimos 12 meses; *Indústria de transformação*, 25%; e *Comércio*, 22%, além de 15% referentes à *Construção civil*, responsável por quase todo o saldo de empregos. Já nos primeiros meses de 2010, essa participação passa para 33%, 27%, 10% e 16%, respectivamente. O setor com menor saldo nos últimos 12 meses foi o da *Administração pública*, com 8.175 postos, que representam quase 0,5% do total desse período, seguido de perto pelo setor *Extrativo* com 12.398, 0,57% do saldo (Tabela 2).

Assim, percebe-se que há uma grande concentração na geração de emprego em poucos setores da economia.

Construção civil, Comércio, Serviços e Indústria de transformação detêm juntos mais de 95% do saldo de empregos, sendo expressiva a concentração de pessoas ocupadas no setor de *Serviços*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia brasileira vem apresentando desde o ano passado sinais de recuperação, gerando emprego e renda para a sua população. O número de desocupados vem diminuindo e o número de empregos formais com carteira assinada aumentando, com expansão dos empregos celetistas.

O rendimento médio dos trabalhadores vem elevando-se, gerando impactos positivos na circulação econômica de bens e mercadorias, fazendo com que a economia fique mais aquecida.

Observou-se uma regionalização no aumento do emprego, cujos dados de geração apresentam discrepâncias entre as regiões, podendo ocasionar migração para as áreas onde a oferta de trabalho é maior, concentrando ainda mais não só o mercado de trabalho, mas toda a economia. O que não é desejável, pois o crescimento proporcional da oferta de trabalho entre as regiões do país, assim como dos estados com relação às regiões, é importante para um crescimento homogêneo e sustentável da economia nacional.

Tabela 2
Evolução do emprego por setor de atividade econômica – RMS

Setores	Jun. 2010		Jan. a jun. 2010		Últimos 12 meses	
	Saldo	(%)(1)	Saldo	(%)(2)	Saldo	(%)(3)
Total	212.952	0,62	1.473.320	4,46	2.168.924	6,71
1. Extrativa	1.441	0,81	8.801	5,14	12.398	7,39
2. Indústria transformação	44.485	0,57	394.148	5,31	549.490	7,56
3. Serv. ind. util. púb.	1.139	0,32	9.862	2,8	11.215	3,2
4. Construção civil	24.825	1,01	230.019	10,16	327.799	15,14
5. Comércio	26.631	0,35	144.135	1,95	474.270	6,71
6. Serviços	57.450	0,42	490.028	3,72	754.770	5,84
7. Administração pública	1.614	0,21	21.277	2,87	8.175	1,08
8. Agropecuária, extração vegetal, caça, pesca	55.367	3,5	175.050	11,98	30.807	1,92

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET–LEI 4.923/65.

(1) A variação mensal do emprego toma como referência o estoque do mês anterior.

(2) A variação acumulada no ano toma o estoque do mês em questão e o de dezembro do ano anterior.

(3) A variação dos últimos 12 meses toma o estoque do mês em questão e o do referido mês no ano anterior.

Assim como a concentração regional pode ser maléfica para o crescimento da economia, a dependência de alguns poucos setores também pode ocasionar resultados negativos, sendo desejável políticas de incentivo à geração de emprego em setores diversificados para garantir um crescimento sustentado da economia brasileira.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. CAGED. Brasília: MTE, [2010]. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 26 jul. 2010.
- COUTO, Vitor de Athayde. *Economia brasileira contemporânea*. Salvador: FCE-UFBA, 2010. Notas de aula da Disciplina Economia Brasileira Contemporânea do Curso de Graduação em Economia da FCE-UFBA.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa mensal de empregos*. Rio de Janeiro: IBGE, [2010]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 jul. 2010.
- MELO, R. O. L. de; MATOS, E. N. Estrutura do emprego e especialização industrial do Nordeste nos anos noventa. In: HANSEN, D. L. et al. *Estudos econômicos sobre tecnologia e desenvolvimento regional*. Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005.
- OLIVEIRA, Graziela de. *Pobreza nos Estados Unidos*. São Paulo: Loyola, 1992.
- RAMOS, Lauro. Evolução e realocação espacial do emprego formal. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.89-112, jul. 2007.
- STIGLITZ, Joseph E. The Causes and consequences of the dependence of quality on price. *Journal of Economic Literature* Vol. XXV, p. 1-48, mar. 1987. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2726189> Acesso em: 24 fev. 2010.

Brasil: diminuição da participação relativa da indústria na economia¹

Marina da Silva Rapp*
Vinícius Ferreira Lins**

No final da década de 1990, o Brasil passou por diversas mudanças de caráter neoliberal relacionadas ao Consenso de Washington e implantadas com base no Acordo com o Fundo Monetário Internacional. Pode-se citar, entre as medidas adotadas no acordo, além das privatizações, “a disciplina fiscal, o plano de metas inflacionárias com a necessidade de elevados superávits primários, um câmbio de mercado, a eliminação das restrições ao movimento de capitais, a desregulamentação do mercado de trabalho e a abertura comercial” (SOUZA, 2010, p. 15). Tais mudanças levaram o país a um processo de rompimento de cadeias produtivas que se tornou perceptível a partir do ano de 2006.

Os crescentes desequilíbrios setoriais na balança comercial, associados a uma sobrevalorização cambial, resultaram em uma diminuição da importância relativa da indústria na economia brasileira, levando a um processo de desindustrialização precoce e a uma reprimarização² da pauta de exportações, acelerados pelo elevado preço internacional das commodities e intensificados pela crise internacional deflagrada em 2008.

* Graduanda em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC/FCE-UFBA-SEI). marina.rapp@gmail.com

** Graduanda em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC/FCE-UFBA-SEI). viniciusflins@hotmail.com

¹ Os autores agradecem as contribuições oferecidas pelo prof. Antonio Plínio Pires de Moura (FCE/UFBA)

² Aumento da participação dos produtos primários na pauta de exportação de um país.

O atual formato do crescimento chinês – locomotiva mundial – e a crise fiscal na Europa em um cenário brasileiro de câmbio ainda sobrevalorizado, provavelmente, levará as empresas a não alterarem suas estratégias de comércio exterior, tornando crescentes os desequilíbrios na balança comercial brasileira. O aumento relativo de produtos intensivos em recursos naturais na pauta de exportações poderá submeter o país a um modelo de divisão internacional do trabalho, de reprimarização que postergaria o desenvolvimento nacional.

Este artigo objetiva indicar em suas cinco seções que houve uma diminuição relativa da participação da indústria na economia brasileira, preponderantemente entre 2000 e 2010. Após a introdução, a segunda seção deter-se-á sobre os diversos tipos e causas de desindustrialização; na terceira, procurar-se-á mostrar o desequilíbrio na balança comercial por fator agregado em intensidade tecnológica; na quarta seção, abordar-se-á o crescimento e participação do segmento manufatureiro no Produto Interno Bruto (PIB) atual da economia brasileira, sinalizando pistas identificadoras do processo de desindustrialização relativa; já na quinta e última parte, apresentar-se-á as principais conclusões a que se chegou neste texto.

TIPOS E CAUSAS DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Faz-se necessário na questão do processo de desindustrialização defini-lo como uma redução contínua da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região (ROWTHORN; RAMASWANY, 1999), ou, mais amplamente, uma situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria reduzem-se como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente (TREGENNA, 2009).

A partir do ponto de inflexão da relação renda-emprego industrial, prevalecem os setores de serviço e alta intensidade tecnológica, que demandam pouco emprego, diminuindo a participação relativa do trabalho industrial na economia

Alguns países, a partir de certo nível elevado de renda per capita, tendem a desindustrializar-se naturalmente, pois existe “uma mudança na relação entre a elasticidade-renda da demanda por produtos manufaturados e serviços e o crescimento mais rápido da produtividade na indústria do que no setor de serviços” (OREIRO; FEIJÓ, 2010, p. 222). A partir do ponto de inflexão da relação renda-emprego industrial, prevalecem os setores de serviço e alta intensidade tecnológica, que demandam pouco emprego, diminuindo a participação relativa do trabalho industrial na economia. Os países desenvolvidos, especialmente os da União Europeia, iniciaram esse processo entre as décadas de 1960 e 1970 e os em desenvolvimento com alta renda do Oriente Asiático, na década de 1980.

Destarte, o processo de desindustrialização não está necessariamente associado à questão do “mal holandês”, que consiste no desvio de recursos produtivos para determinados setores no contexto de o preço de mercado de certa mercadoria ser maior que seu custo marginal social, proporcionando dessa forma ganhos suficientemente maiores a ponto de inflarem o referido setor em detrimento dos demais. Nota-se ainda a compatibilidade do processo de desindustrialização com o aumento da produção no que se refere ao *quantum*, haja vista tratar-se de uma questão relativa (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

A “DOENÇA HOLANDESA”

A diferença entre os países que precisam de superávit na balança comercial industrial para cobrir os déficits na balança comercial de produtos primários daqueles países que entram no processo de desindustrialização primarizando sua pauta de exportações mostra-se tanto nas causas como nas consequências deste processo. O primeiro tipo ocorre naqueles países que, já tendo alcançado níveis maduros de industrialização e bem-estar social, não sofrem impacto sobre o campo social. Já o segundo tipo, segundo a visão heterodoxa de que o crescimento econômico é setor específico e a indústria é o motor do crescimento de longo prazo, tem este campo comprometido. Assim, a “doença holandesa” é geralmente consequência de descoberta de recursos naturais ou do desenvolvimento do setor de serviços.

No caso dos países da América Latina, particularmente o Brasil, que ainda não atingiram elevado nível de renda per capita e tampouco uma forma de industrialização madura, mas que sofreram de uma desindustrialização precoce, segundo Palma (2005, p. 22) estariam apresentando a “doença holandesa”, que teria como causas

O fim das políticas industriais e comerciais, aliado às mudanças nos preços relativos, nas taxas de câmbio efetivas, na estrutura institucional das economias, na estrutura dos direitos de propriedade e nos incentivos de mercado em geral levaram esses países de volta a sua posição ricardiana “natural”, isto é, aquela mais de acordo com sua dotação tradicional de recursos.

Para o economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), André Nassif, a desindustrialização não seria um processo de perda de importância da indústria (no emprego e no valor adicionado), mas de mudança na estrutura interna da própria indústria em direção a setores intensivos em recursos naturais e trabalho (NASSIF, 2008).

CÂMBIO

No caso brasileiro, é importante destacar a importância da valorização cambial do período estudado nos resultados da balança comercial e em sua composição. No início do Plano Real, a busca da estabilidade monetária e da eliminação da inflação foi o eixo central da política econômica concretizada com o sistema de metas de inflação. A forma de aliviar as pressões inflacionárias foi manter o real valorizado em relação ao dólar norte-americano, estimulando as importações para segurar os preços internos: a âncora cambial.

Entretanto, com a crise de 1999 e o consequente acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o câmbio tornou-se teoricamente flutuante, mas na prática prosseguiu uma trajetória de desvalorização cujo auge ocorreu em 2003.

A partir daquele ano, houve uma valorização nominal do câmbio, com uma ligeira reversão da tendência em 2009, em virtude da crise econômica, prosseguindo-se

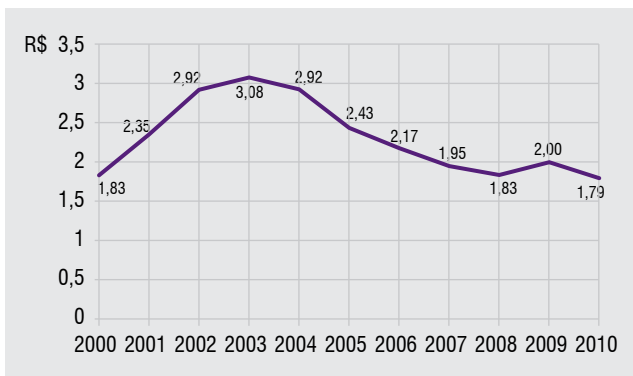


Gráfico 1
Brasil: taxa nominal de câmbio – R\$/US\$ – comercial – compra – média – 2000-2010

Fonte: Banco Central do Brasil.

com a valorização nominal, portanto com o real ainda sobrevalorizado, como visualiza-se no Gráfico 1.

PREÇO DAS COMMODITIES

Os preços internacionais das *commodities* foram outro fator de relevante importância nesse processo de desindustrialização. Eles subiram de 2002 a 2005 como consequência da combinação de três fatores principais: 1) o crescimento da China, que, no primeiro trimestre de 2010, era o principal comprador do Brasil, respondendo por 11,9% das exportações brasileiras, e o segundo maior importador no mundo, com 8% das importações mundiais, perdendo somente para os Estados Unidos; 2) as

condições macroeconômicas mundiais; e 3) o choque de oferta de origem climática gerado pelo fenômeno El Niño, que afetou a produção de algumas *commodities* agrícolas (PRATES, 2007, p. 323-344). Não obstante, a princípio, esta tendência altista ter sido desacreditada pelo mercado, as expectativas provaram-se contrárias na atualidade, com a persistência da elevação dos preços, talvez em decorrência do peso do crescimento da economia chinesa no comércio mundial.

BALANÇA COMERCIAL

Neste tópico procurou-se, com os dados da balança comercial por intensidade tecnológica, segundo classificação da Organização Econômica de Cooperação e Desenvolvimento (OECD), identificar sinais da existência da “doença holandesa” no Brasil. Percebeu-se que 2006 foi um ponto de inflexão no crescimento da participação dos manufaturados na pauta de exportação, quando passou-se a registrar sua acentuada queda e, concomitantemente, os produtos primários ganharam espaço. Naquele ano, o valor percentual das exportações era em torno de 57%. No final de 2007, os produtos primários chegaram a superar em participação nas exportações os manufaturados, cujo valor fora de quase 61% no ano de 1991; nesta primeira metade de 2010, sua participação nas exportações foi de aproximadamente 37%, isto é, queda de 20 pontos percentuais comparado com 2006, como se vê no Gráfico 2. Os valores da participação de bens primários nas exportações

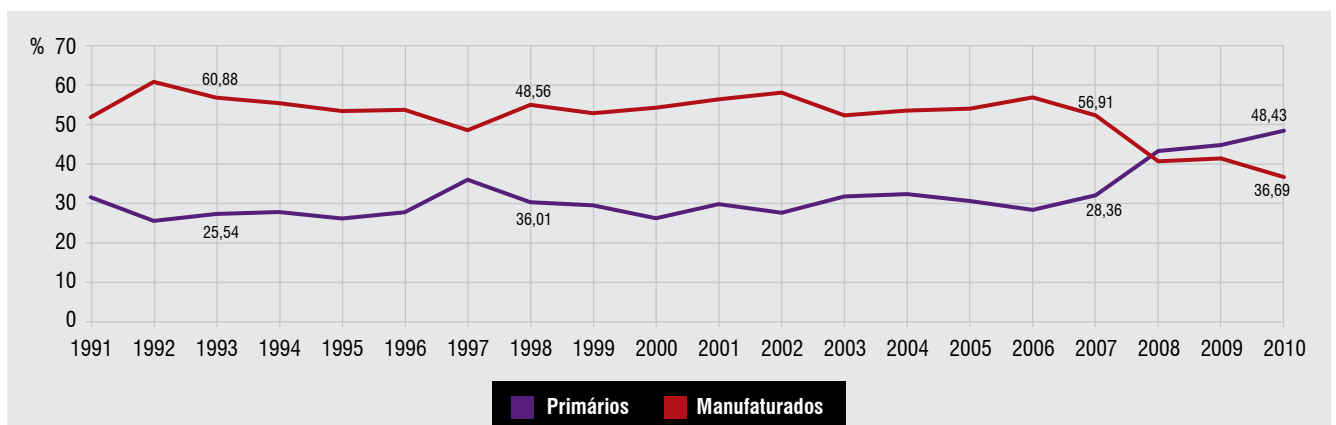


Gráfico 2
Participação nas exportações, em percentual – Brasil – 1991-2010

Fonte: MDIC.

para 2006 e para a primeira metade de 2010 são de 28,36% e 48,43%, respectivamente, dados que apontam para um aumento do item *commodities* e uma redução da contribuição dos manufaturados no quinquênio.

Houve um movimento oposto nas importações, que refletiu a estratégia empresarial adotada no Brasil. Ocorreu uma redução relativa de importações de matérias-primas e produtos intermediários. Em 2003, essa categoria tinha 53,5% de participação nas importações brasileiras, caindo, de janeiro a maio de 2010, para 47,2%, o segundo menor percentual dos últimos dez anos, como se vê no Gráfico 3. O pior desempenho das importações de matérias-primas e produtos intermediários foi em 2009, quando sentiu-se fortemente o impacto da crise internacional na indústria doméstica.

A importação de bens de capital, após uma queda entre 2001 e 2004, apresentou melhora e uma certa estabilidade até 2008. Como há um *delay* na resposta de investimento pelos empresários, em 2009, houve um significativo aumento daquelas importações em virtude do crescimento econômico anterior, ampliando a capacidade instalada. No período jan-mai 2010, por outro lado, apresentou-se queda como consequência da crise, que teve sua maior expressão em 2009.

Dada a valorização do real e o preço externo das *commodities*, as empresas preferiram exportar *commodities* e bens de pouco valor agregado e importar bens com mais valor agregado. Isso refletiu-se no crescimento das importações dos bens de consumo de 2004 para cá (de 10,9% para 16,9 %, em 2010). Já o movimento das exportações foi o contrário. Não só houve uma reprimarização na pauta, como uma diminuição da intensidade tecnológica nas exportações do setor industrial: a indústria de alta tecnologia teve redução de 8,1%, em 2008, para 7,2%, no primeiro trimestre de 2010, enquanto a indústria de baixa tecnologia cresceu em participação no mesmo período, de 35,8% para 40,1% (BRASIL, 2010b).

Como aponta o Gráfico 4, a balança comercial classificada por intensidade tecnológica, segundo metodologia da OECD, aponta a redução nos superávits da categoria industrializados de 2005 até 2008, quando uma trajetória de crescentes déficits tem início.

O pior desempenho foi o da indústria de média-alta tecnologia, seguido daquela de alta tecnologia. Ambas apresentaram quedas abruptas no saldo da balança comercial em 2005 e continuação da tendência de queda até o fim do quinquênio. Já a categoria dos não industrializados, entretanto, indicou uma tendência de alta nos superávits.

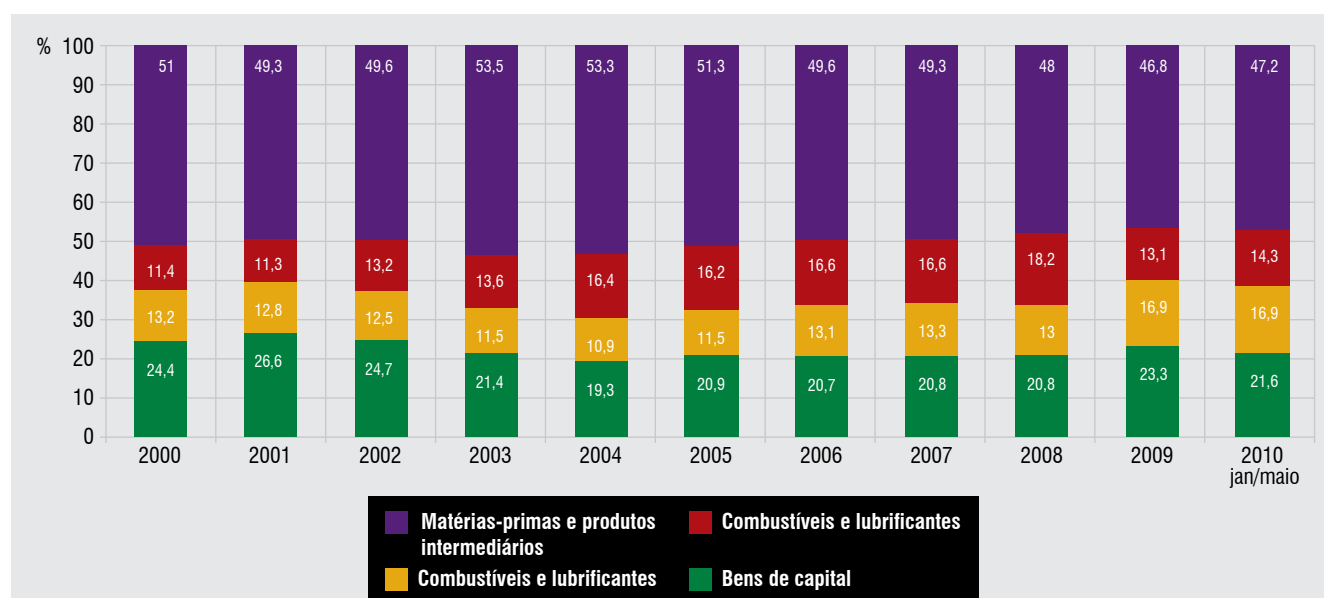


Gráfico 3
Brasil: importações por categoria de uso, por participação, em percentual – 2000/ jan.-maio 2010

Fonte: MDIC/Secex.

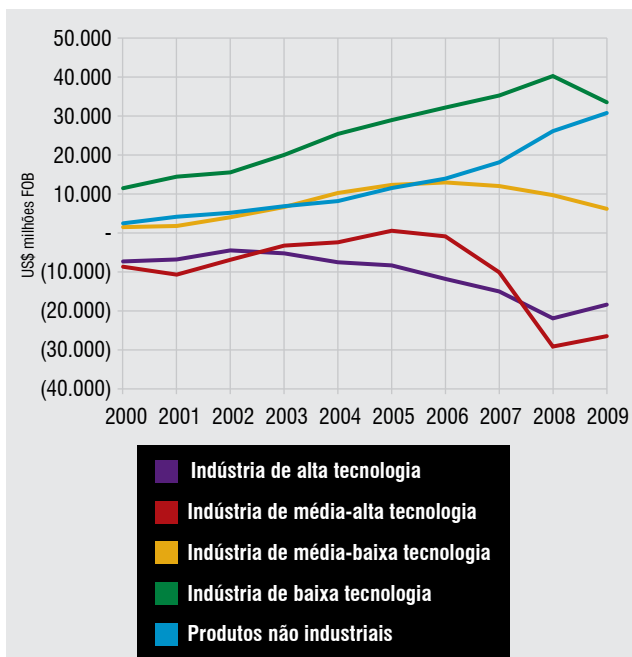


Gráfico 4
Saldo da balança comercial por intensidade tecnológica – Brasil – 2000-2009

Fonte: MDIC.

O COMPORTAMENTO RECENTE DO SEGMENTO INDUSTRIAL E A CONTROVERSA QUESTÃO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

O comportamento da indústria brasileira no decênio 2000-2010 mostra significativo aumento na produção física (Gráfico 5). Especialmente nos últimos meses, o

crescimento tem sido acentuado, frente fraca base de comparação do ano 2009, momento em que se sentiu intensamente os impactos da crise do *subprime* na economia real. O crescimento em termos absolutos da indústria nesse período é compatível com o processo de desindustrialização, haja vista que este fenômeno dá-se em termos relativos.

O Brasil, segundo dados do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), ao longo dos últimos decênios, passou por uma mudança de perfil produtivo, registrando uma redução na participação relativa da atividade manufatureira em sua estrutura produtiva. Na média do período 1972/1980, esse setor respondia por 30% do valor adicionado total, contra 23,7% em 2007, o que representa 6,3 pontos percentuais a menos, caracterizando um razoável indício de desindustrialização relativa na economia brasileira.

Por outro lado, na comparação com o cenário mundial no que se refere a médias percentuais do valor adicionado da indústria como um todo e indústria de transformação, infere-se que nas últimas quatro décadas o país não tem logrado maior representatividade de sua indústria de transformação doméstica no contexto internacional, mostrando um frágil marca-passo.

Em relação a valores, nos anos 1980 o valor adicionado da atividade manufatureira representou em média 2,9% do valor adicionado da indústria de transformação mundial, arrefecendo-se ao longo do tempo, como registrado pela

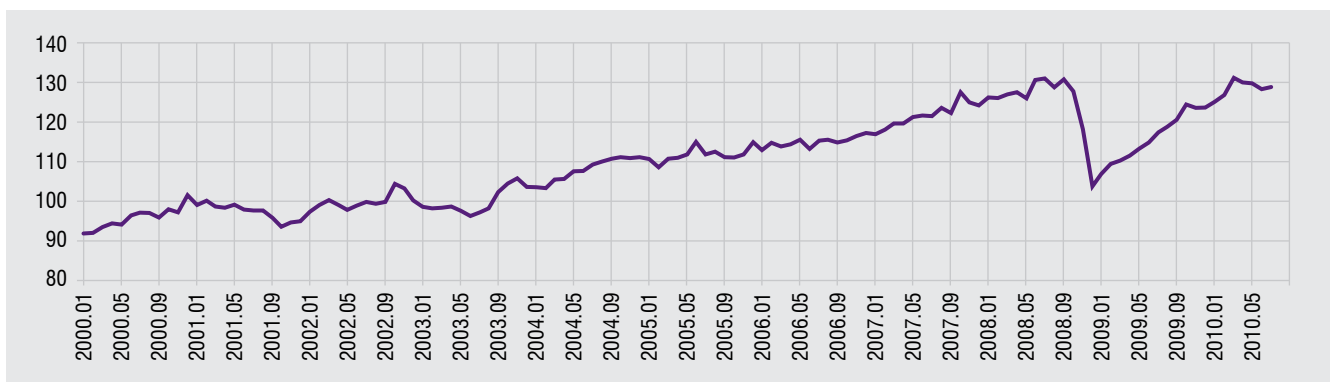


Gráfico 5
Produção industrial – Quantum – Brasil – jan. 2000-jul. 2010

Fontes: Ipeadata, IBGE.

Tabela 1
Participação do Brasil no valor adicionado mundial
Indústria – 1970/2007

	(%)	
Média	Indústria	Indústria de transformação
1970-1979	2,3	2,5
1980-1989	2,8	2,9
1990-1999	2,5	2,5
2000-2007	2,4	2,3

Fonte: IEDI.

média de 2000-2007 (2,3%). A despeito dessa perda de relevância, a indústria de transformação segue tendo um peso no Brasil ligeiramente superior ao que a indústria mundial tem na economia global.

Deu-se concomitantemente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma perda de influência do peso da indústria na economia brasileira, pois a participação relativa do setor industrial encolheu de 30,1 por cento em 2004 para 25,4 por cento do PIB no ano passado (Gráfico 6).

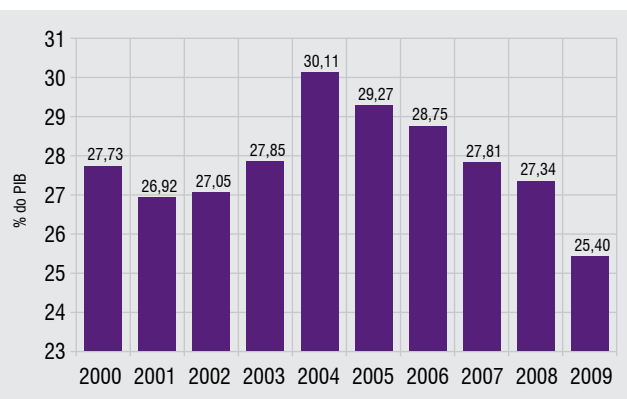


Gráfico 6
Brasil: PIB industrial – valor adicionado – 2000-2009

Fonte: IBGE.

Um estudo do Instituto de Estudo para Desenvolvimento Industrial (IEDI), com base em dados extraídos do National Accounts Main Aggregates Database – United Nations Statistics Division, para o valor adicionado dos setores dos principais países do globo, mostrou que várias economias cuja média das taxas de crescimento anual foi igual ou superior a 5%, entre 1970 e 2007, atestaram aumento da participação da indústria de transformação em suas

estruturas produtivas, destacando-se neste particular a China e a Coreia do Sul.

Os dados levantados pelo IBGE parecem indicar que, nesta segunda metade da década de 2000, teria ocorrido um processo precoce de perda relativa de importância do setor industrial na formação do valor adicionado do PIB brasileiro, fenômeno observado particularmente nas economias maduras, o que não é o caso da economia nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados levantados anteriormente parecem apontar que, ao longo das duas últimas décadas, ocorreu um processo de desindustrialização precoce no país, isto é, perda de participação da indústria na formação do PIB nacional. Este fenômeno estaria ligado a medidas de abertura comercial que, associadas a uma política de controle de inflação ancorada em uma taxa cambial de real sobrevalorizado, levaram ao rompimento de cadeias produtivas particularmente em setores estruturantes como o de autopeças.

Aquele mesmo tipo de política levou à redução da competitividade da indústria brasileira, que, associada à transnacionalização de diversos segmentos manufatureiros, conduziu várias empresas de grande porte a desconsiderarem os interesses nacionais. Esta mesma perda atrai e incentiva a formação de manufaturas maquiladoras, nas quais “monta-se” produtos de algum valor agregado e então estes são exportados para países com melhores condições de competitividade.

O elevado patamar do preço das *commodities* nos mercados internacionais desde meados da última década, aliado a outros fatores já citados, provocou a reprimarização da pauta de exportações brasileiras. Associado a isso, houve perda relativa da participação da indústria no valor adicionado ao PIB nacional. Não obstante esta situação caracterizar o que na literatura especializada passou-se a chamar de “doença holandesa”, há dúvidas quanto à validade de uso da etiqueta para o caso do Brasil, tendo em vista que a “doença holandesa” ocorreu no passado apenas em economias avançadas, com altas rendas per capita, ambientes econômicos muito diversos do brasileiro.

À guisa de encaminhamento de resposta à questão abordada no artigo, poder-se-ia responder que está ocorrendo um processo de reprimarização da economia brasileira, isto é, perda de importância relativa do segmento industrial na formação do PIB, não havendo, contudo, volta ao passado, ou seja, a uma economia colonial.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Balança Comercial Brasileira – dados consolidados*. jan./mar. 2010a. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1281725749.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2010.
- _____. *Outras Estatísticas do Comércio Exterior*. [2010b]. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=608>>. Acesso em: 26 jul. 2010.
- INDÚSTRIA – passado e futuro da indústria. *Análise IEDI*, [São Paulo], 17 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=73&infoid=4508>>. Acesso em: 19 jul. 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Base de dados*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2010.
- IPEADATA. [2010]. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 1 set. 2010.
- LINS, Vinícius et al. *Brasil: indústria “tira as barbas de molho” e investe para atender crescimento da demanda*. 2010. Artigo não publicado pertencente ao Núcleo de Estudos Conjunturais da FCE/UFBA.
- _____. *Contrariando o anseio dos urubus a economia brasileira continua crescendo*. 2010. Artigo não publicado pertencente ao Núcleo de Estudos Conjunturais da FCE/UFBA.
- MELO, Carlos. *A crise cambial brasileira de 1999, a literatura de seus protagonistas e a compreensão do fato*. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/revistaurora/ed6_v_outubro_2009/artigos/download/ed6/6_3_Carlos_Melo.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2010.
- NASSIF, André. Há evidências desindustrialização no Brasil. *Revista de economia política*, São Paulo, v. 28, n. 1, jan./mar. 2008. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/109-4.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2010.
- OREIRO, Jose Luis; FEIJÓ, Carmem Aparecida. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 2, abr./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/118-3.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2010.
- PALMA, José Gabriel. *Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”*. São Paulo: FIESP, 2005. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/download/publicacoes_economia/jose_gabriel_palma.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2010.
- PRATES, Daniela Magalhães. A alta recente do preço das commodities. *Revista de economia política*, v. 27, n. 3, p. 323-344, jul./set. 2007. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/107-1.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2010.
- ROWTHORN, Robert; RAMASWANY, Ramana. Growth, Trade and Deindustrialization. *IMF Staff Papers*, v. 46, n. 1, 1999. Disponível em: <<http://www.bssysu.com/ccssr/new/uploadfile/2008680616637.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2010.
- SOUZA, Pablo. *Política cambial e a inserção externa da economia brasileira*. 2010. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador, 2010.
- TREGENNA, Fiona. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. *Cambridge Journal of Economics*, v. 33, 2009. Disponível em: <http://econpapers.repec.org/article/oupcombje/v_3a33_3ay_3a2009_3ai_3a3_3ap_3a433-466.htm>. Acesso em: 18 jul. 2010.

População idosa na Região Metropolitana de Salvador: um breve diagnóstico dos anos 2000

Cidnéa da Silva Araújo*

Eletice Rangel Santos**

Leormínio Moreira Bispo Filho***

Paulo Roberto Pinheiro Leal****

O envelhecimento populacional é um fenômeno que vem ocorrendo mundialmente desde o final da década de 1940, e tem se manifestado de forma intensa, sobretudo em consequência das mudanças no comportamento da fecundidade e mortalidade, que são as variáveis demográficas importantes na transformação da estrutura etária da população. Esse processo resulta em um aumento da participação relativa da população adulta, em especial da idosa, em relação aos demais grupos etários, com consequente diminuição relativa dos grupos mais jovens, podendo trazer implicações relevantes sobre o mercado de trabalho (KRELING, 2009).

* Bacharel em Secretariado Executivo pela Universidade Católica de Salvador (UCSal). Técnica da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador. cid.araujo@ig.com.br.

** Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador. eleticerangel@yahoo.com.br.

*** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnico da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador. leorminiomoreira@sei.ba.gov.br.

**** Bacharel em Estatística pela Escola Superior de Estatística da Bahia (ESEB). Técnico da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador. pauloleal@sei.ba.gov.br.

Nos países mais desenvolvidos esse fenômeno vem acontecendo de forma gradativa em um cenário de progresso socioeconômico e da melhoria das condições de vida da população, que passa a ter um amplo sistema de proteção social (KRELING, 2009). Nestes países o fenômeno deve-se, sobretudo, ao fato deles terem um sistema de saúde que produz resultados satisfatórios no controle de doenças características da população idosa (CERQUEIRA NETO, 2006).

De forma diferente, nos países em desenvolvimento o processo de envelhecimento ocorre de maneira rápida, em um contexto socioeconômico pouco propício à expansão de um sistema de proteção social, que, aliás, sempre teve uma estrutura precária, não atingindo o conjunto da população (KRELING, 2009). Nesses países, o fenômeno do envelhecimento acontece principalmente em razão da queda acentuada da natalidade e de forma muito mais rápida que nos países desenvolvidos (CERQUEIRA NETO, 2006). Segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), esse processo poderá levar, nos próximos 50 anos, a uma redução do número de pessoas na força de trabalho e à sobrecarga dos sistemas de saúde (KRELING, 2009).

O americano Warren Thompson propôs em 1929 um modelo para explicar o processo de transição demográfica (SOUZA, apud KIELING, 2009, p. 22). Esse é compreendido considerando quatro fases que representam modificações acontecidas nas populações humanas, desde o período das altas taxas de natalidade e mortalidade até o das baixas taxas de natalidade e de mortalidade. A primeira fase acontece em sociedades rurais em que ocorrem oscilações rápidas da população em razão de eventos naturais como, por exemplo, secas prolongadas e/ou doenças. Como consequência, cresce a população jovem. No Brasil essa fase já foi ultrapassada, mas ainda é a fase de vários países da África, por exemplo.

Na segunda fase estão as sociedades em que houve melhora nas técnicas agrícolas, maior acesso à tecnologia e à educação. Nesse momento, as taxas de mortalidade caem rapidamente em razão da maior oferta de alimentos e da melhoria das condições sanitárias.

Como consequência há aumento da expectativa de vida e redução das doenças infectoparasitárias. Por outro lado, há crescimento da taxa de natalidade, aumentando a população. Essa fase também já foi praticamente ultrapassada no Brasil, e somente em algumas áreas do país ainda se observa aumento da natalidade.

A terceira fase é caracterizada pela urbanização, acesso à contracepção, melhora da renda, redução da agricultura de subsistência, melhora da posição feminina na sociedade e queda da taxa de nascimentos. A tendência é a estabilização da população. Atualmente, o Brasil encontra-se no final dessa fase, aproximando-se do período seguinte.

A quarta fase é a das taxas baixas de natalidade e mortalidade, acompanhadas de taxas de fecundidade que ficam abaixo da linha de reposição populacional. Há três consequências desse fenômeno: i) diminuição da população; ii) aumento da proporção de idosos; e iii) necessidade de imigrantes para trabalhar nos empregos de mais baixo salário. Essa é uma situação bastante comum em países da Europa, como Itália e Portugal. No Brasil, a cidade de São Paulo é o exemplo típico desse fenômeno (KIELING, 2009).

Com base nessa análise tem-se que, enquanto os países desenvolvidos se encontram na última fase, a maior parte dos países em desenvolvimento encontra-se na segunda fase. No entanto, o declínio da fecundidade nestes últimos vem ocorrendo de forma muito mais rápida do que o registrado nos países mais desenvolvidos.

Os dados do Censo demográfico mostram os efeitos dessa transição demográfica na distribuição da população brasileira por sexo e grupos de idade (Figura 1). Pode-se observar que a parcela relativa da população representada pelos indivíduos de 0 a 9 anos de idade vem diminuindo sua participação ao longo das décadas seguintes. Por outro lado, gradativamente, as idades mais elevadas apresentaram um aumento relativo na sua participação ao longo deste período. Dessa forma, ocorreram movimentos simultâneos de estreitamento da base e alargamento do topo das pirâmides etárias de 1991 e 2000 em relação a 1980.

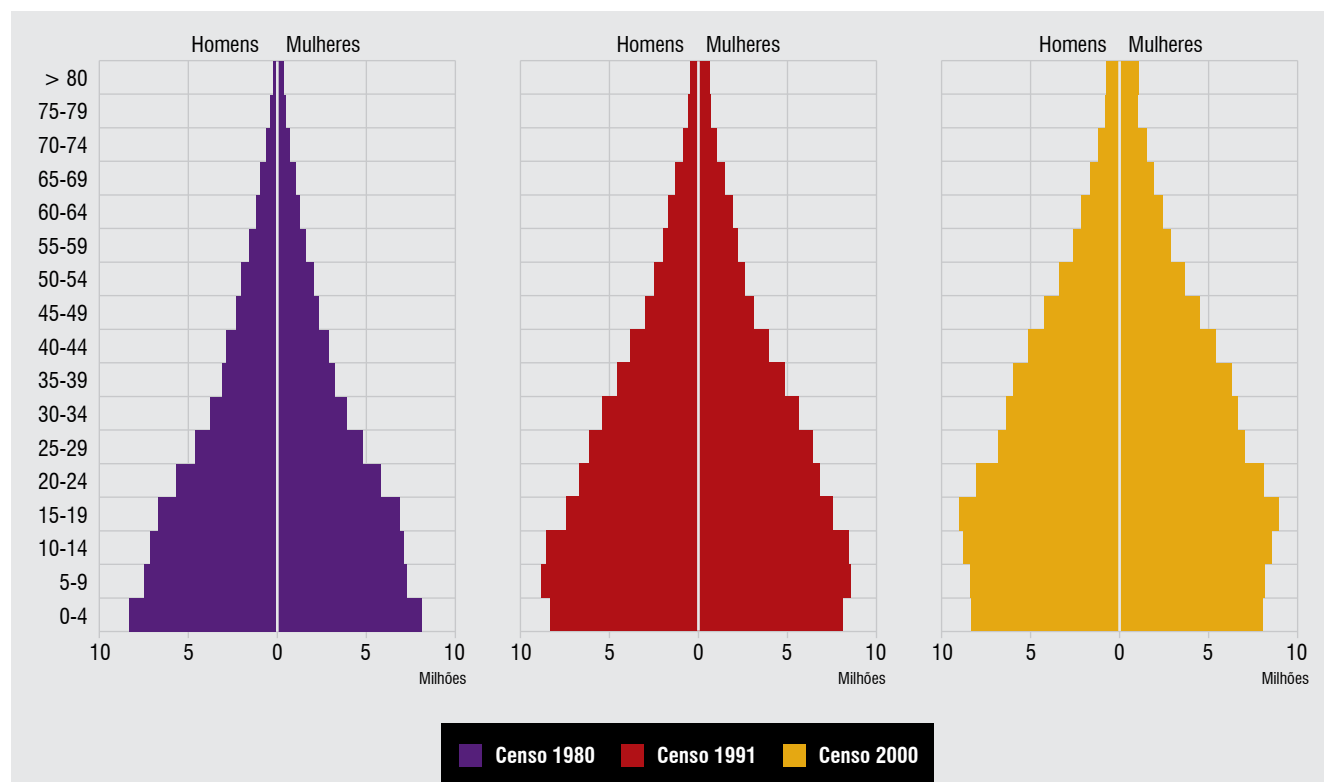


Figura 1
População residente total por sexo e grupos de idade – Região Metropolitana de Salvador, Bahia – 1980/1991/2000

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.

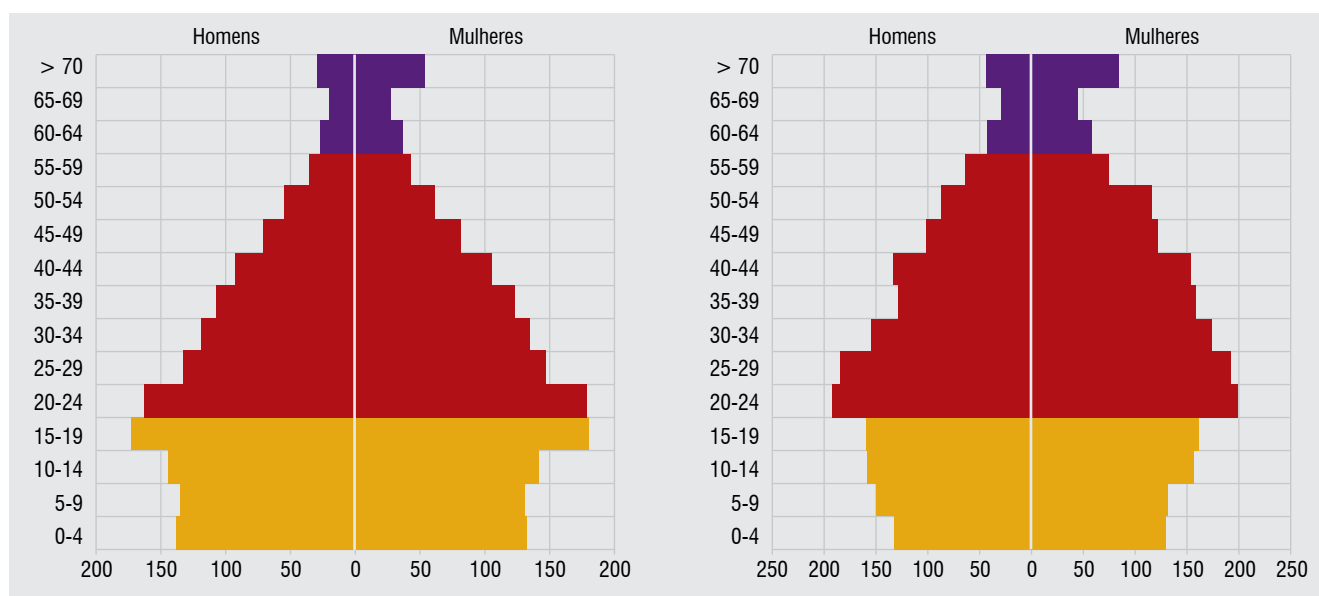
Em nosso país, a redução das taxas de natalidade e o aumento da expectativa de vida podem acontecer concomitantemente sérios problemas sociais e econômicos, entre eles problemas no financiamento do sistema de proteção social. Tais alterações tornam necessária a definição de políticas públicas voltadas para a saúde, previdência social e mercado de trabalho.

Um sistema de saúde precário significa limitação e/ou até mesmo redução em sua força de trabalho. O aumento na expectativa de vida está ligado ao desenvolvimento socioeconômico e também a melhorias nas condições de vida. Sendo assim, torna-se necessário criar e manter um sistema de saúde adequado às reais necessidades da população idosa de tal forma que possa atender a um volume maior dessa população, que demanda cuidados diferentes por apresentar quadro de morbididade diferenciado. A situação é agravada nos países em desenvolvimento, onde os idosos encontram-se em pior situação de saúde. Diferentemente dos países desenvolvidos, onde tem-se um sistema de saúde eficaz.

Quanto à previdência social é importante destacar que o modelo de financiamento que é utilizado no Brasil é o de repartição, no qual os valores dos benefícios dos aposentados são pagos principalmente pelas contribuições dos trabalhadores¹. Entretanto, uma parcela considerável dos trabalhadores não contribui para o financiamento do sistema, isso concomitantemente o envelhecimento da população poderá gerar problemas, pois haverá uma quantidade menor de trabalhadores para garantir o pagamento das aposentadorias futuras.

O comprometimento do sistema de seguridade social brasileiro pode fazer com que os idosos busquem prolongar sua permanência no mercado de trabalho ou reinserirem-se nesse mercado com o objetivo de

¹ As principais fontes de financiamento da previdência social são: a contribuição sobre a folha de salários, a receita dos concursos de prognósticos, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica (CSLL) (VARSANO; MORA, 2007).

**Figura 2****População residente total por sexo e grupos de idade – Região Metropolitana de Salvador, Bahia – 2000/2008**

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

buscar uma fonte de renda complementar à da previdência pública (CERQUEIRA NETO, 2006). Por outro lado, pode-se cogitar que outros fatores, como os programas sociais de distribuição de renda² e a política de valorização do salário mínimo³, podem levar os idosos a saírem do mercado de trabalho ou não buscarem reinserção.

Os anos 2000 foram marcados por comportamentos diferenciados nos indicadores do mercado de trabalho. Até 2003 as taxas de desemprego e as taxas de participação⁴ eram relativamente altas. A partir de 2004 houve uma melhoria nos indicadores do mercado de trabalho, quais sejam aumentos reais de salários médios dos trabalhadores qualificados, crescimento do mercado de trabalho formal. A partir de 2004 essas taxas

apresentaram movimento contrário, com redução acentuada nos últimos anos da década, a despeito da crise internacional ocorrida no ano de 2008, cujos efeitos se refletiram sobre todo o ano de 2009.

Diante da importância e dos novos desafios que o envelhecimento populacional e os impactos decorrentes dos movimentos do mercado de trabalho impõem, o presente artigo visa traçar um breve perfil dos idosos⁵ na Região Metropolitana de Salvador, nos anos 2000, com ênfase para o ano de 2009, utilizando para isso os dados da Pesquisa de Emprego e Emprego (PED).

PERFIL DOS IDOSOS NA RMS

A análise da pirâmide etária da RMS (Figura 2) no ano de 2000 já evidencia que o envelhecimento populacional está presente e segue a tendência verificada para o Brasil. Os dados de 2008⁶ revelam um estre-

² Um exemplo de programa social de distribuição de renda é o Bolsa Família, criado em 2004 e que abrange famílias de baixa renda.

³ A política de valorização do salário mínimo vem ocorrendo desde 2003, com reajustes acima da inflação, possibilitando ganhos reais para os aposentados que, em sua maioria, possuem esse nível salarial.

⁴ De acordo com o conceito utilizado pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), a Taxa Global de Participação é a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA) e indica a proporção de pessoas com dez anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho, como ocupados ou desempregados. É medida pela seguinte fórmula: $PEA/PIA \times 100$.

⁵ Neste trabalho, será adotada a definição estabelecida no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741), aprovado em 2003, que considera pessoas idosas aquelas com 60 anos ou mais.

⁶ Foram utilizados os dados mais recentes da PNAD disponíveis no site do IBGE.

tamento maior da base em relação ao ano de 2000 e um alargamento do topo da pirâmide etária em razão do crescimento da população com 60 anos e mais de idade. É importante ressaltar a maior participação das mulheres nessa faixa.

Os indivíduos com 60 anos e mais de idade formam uma parcela de importância crescente na composição da População em Idade Ativa (PIA)⁷ da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Em 2000, representavam 8,8% do total, passando, em 2009, para 12,3% (Gráfico 1). A evolução dessa tendência confirma que a população continua envelhecendo rapidamente, o que destaca a importância de estudar o perfil desse grupo populacional.

A participação dos aposentados na população com mais de 60 anos de idade é expressiva e crescente na RMS. Podemos observar na Tabela 1 que o percentual de aposentados cresceu entre 2000 e 2009, alcançando 71,7% do total no último ano. Tal fato decorreu em grande medida da redução na participação dos indivíduos que vivem exclusivamente de ajuda, bem como da diminuição da parcela de pessoas ocupadas⁸ nessa população.

Com efeito, os idosos que vivem exclusivamente de ajuda representavam 5,4% do total de pessoas com 60 anos de idade ou mais em 2000, atingindo no ano de 2009 a participação de 2,3%. Já os ocupados apresentaram uma redução de 16,5% no início da década para 15,0% no final do período analisado.

Analisando a distribuição da PIA com 60 anos e mais de idade, segundo atributos pessoais, percebe-se que as mulheres, os negros e os chefes de domicílio representam uma maioria expressiva. No ano de 2009 as mulheres constituem 55,5% da PIA com 10 anos ou

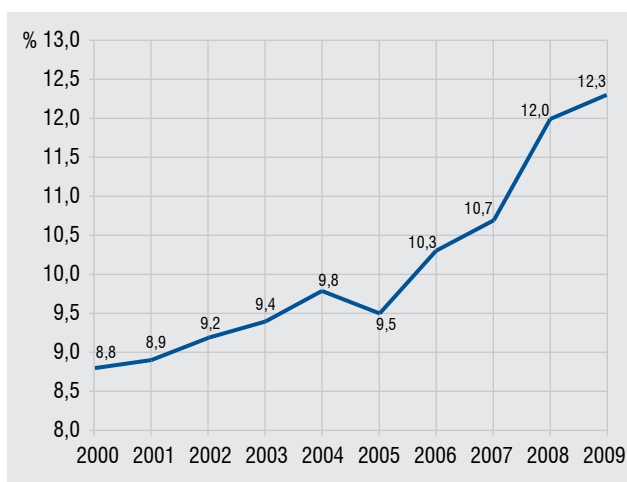


Gráfico 1
População em Idade Ativa – indivíduos com 60 anos e mais de idade
Região Metropolitana de Salvador, Bahia – 2000–2009

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT). Nossos cálculos.

Tabela 1
Distribuição da População em Idade Ativa (PIA)
segundo situação ou condição principal
Indivíduos com 60 anos e mais de idade
Região Metropolitana de Salvador, Bahia – 2000-2009
Em porcentagem

Período	PIA (1)	Aposentados	Afazeres domésticos	Vive de ajuda	Ocupados
2000	100,0	66,4	8,9	5,4	16,5
2001	100,0	68,1	9,1	4,2	16,1
2002	100,0	65,8	9,6	4,9	17,1
2003	100,0	67,1	8,9	4,1	17,3
2004	100,0	67,7	9,1	4,2	16,5
2005	100,0	68,6	9,3	3,5	16,4
2006	100,0	69,4	9,1	3,4	16,1
2007	100,0	70,5	7,9	2,8	16,7
2008	100,0	69,5	9,2	2,5	16,5
2009	100,0	71,7	8,9	2,3	15,0

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT). Nossos cálculos.

(1) Inclui desempregados e outras condições de atividades que não permitem desagregação.

mais de idade e 61,9% da PIA de idosos, o que realça uma característica específica desse contingente, que é a maior longevidade (Tabela 2).

Em relação à composição racial, é importante ressaltar a participação dos negros nesse grupo etário, calculada em 78,7%, no ano de 2009. Esse percentual é menor que o observado para o conjunto da PIA (86,3%).

⁷ De acordo com a definição utilizada pela PED, corresponde à população com dez anos ou mais de idade.

⁸ A PED conceitua como ocupados os indivíduos que possuem: a) trabalho remunerado exercido regularmente; b) trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias; c) trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

Tabela 2
Distribuição da População em Idade Ativa (PIA)
segundo atributos pessoais
Indivíduos com 60 anos e mais de idade
Região Metropolitana de Salvador, Bahia – 2000-2009
Em porcentagem

Atributos pessoais	2000	2003	2006	2009
Sexo				
Masculino	38,3	37,6	38,3	38,1
Feminino	61,7	62,4	61,7	61,9
Cor				
Não negra	25,0	21,5	19,1	21,2
Negra	75,0	78,5	80,9	78,7
Posição no domicílio				
Chefe	66,2	67,4	68,7	69,4
Outras	33,8	32,6	31,3	30,6
Grau de instrução				
Analfabetos	23,0	19,2	18,0	14,7
Fundamental incompleto	44,8	43,6	41,5	41,1
Fund. completo + médio incompleto	9,3	9,4	9,5	9,7
Médio comp. + superior incompleto	15,6	18,5	20,6	24,4
Superior completo	7,1	9,1	10,5	10,0

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT). Nossos cálculos.

A maioria dos idosos são chefes do domicílio. O número de idosos nessa condição cresce a cada ano. Em 2000, os idosos chefes de família representavam 66,2%, e em 2009 alcançaram 69,4%.

Em relação à escolaridade, constatou-se que mais da metade dos idosos é analfabeta ou não concluiu o ensino fundamental, e apenas um em cada grupo de dez concluiu o curso superior. A análise dos dados, contudo, mostra

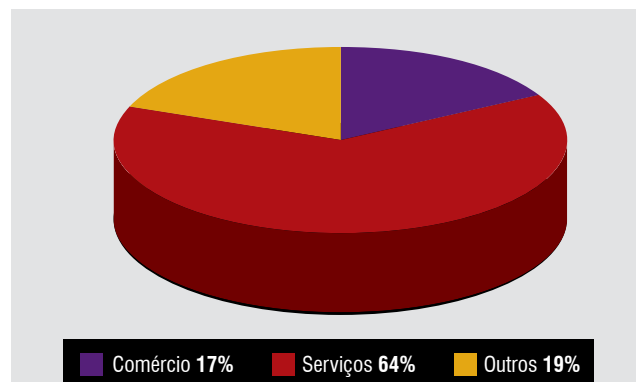


Gráfico 2
Distribuição da População em Idade Ativa segundo
setor de atividade econômica
Indivíduos com 60 anos e mais de idade
Região Metropolitana de Salvador, Bahia – 2009

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT). Nossos cálculos.

que tem havido uma melhoria no grau de instrução dessa população nos últimos anos em razão dos ganhos de escolaridade observados na população brasileira nas últimas décadas.

Na população idosa que permanece trabalhando em 2009, observa-se que quase dois terços estavam inseridos no setor de *Serviços*, sugerindo que outros setores como *Comércio*, *Indústria* e *Construção civil* preferiam uma mão de obra mais jovem e mais escolarizada (Gráfico 2).

O trabalho autônomo é a posição ocupacional que ocupa a maior parcela de idosos (42,3%), seguido do trabalho assalariado (40,2%) e das outras posições (17,5%). Ao

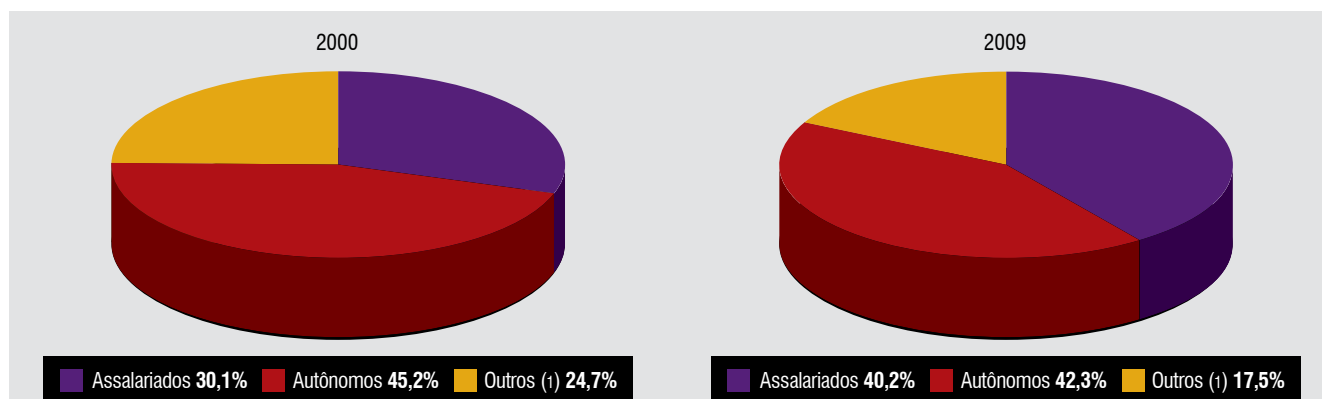


Gráfico 3
Distribuição dos ocupados segundo posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador, Bahia – 2000/2009

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT). Nossos cálculos.

(1) Inclui empregadores, donos de negócios familiar, trabalhadores domésticos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial e outros.

comparar a posição na ocupação dos idosos no ano de 2009 com o ano de 2000 observa-se que os assalariados obtiveram um crescimento significativo, passando de 30,1% para 40,2%. Com esse movimento, a importância do assalariamento entre os idosos aproxima-se da registrada para a PIA total (Gráfico 3).

Como esperado, os idosos possuem uma baixa taxa de participação, apresentando níveis inferiores a 20% em todo o período analisado. A observação do Gráfico 4 sugere uma forte correlação positiva entre as taxas de

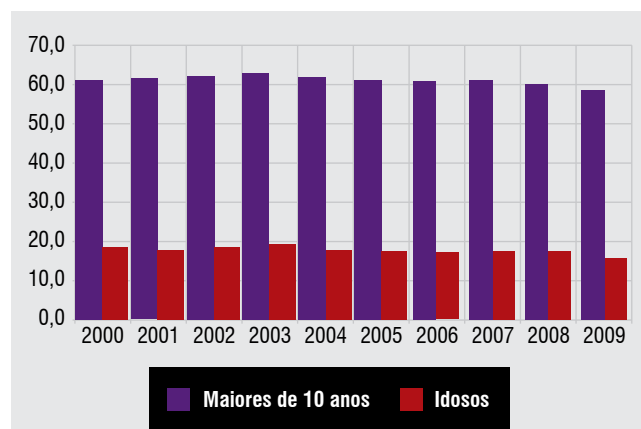


Gráfico 4
Taxas de participação
Região Metropolitana de Salvador, Bahia – 2000-2009

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT). Nossos cálculos.

Tabela 3
Rendimento médio real e mediana dos ocupados (1)
Região Metropolitana de Salvador, Bahia – 2000-2009
Em Reais

Período	Total de ocupados		Idosos ocupados	
	Média	Mediana	Média	Mediana
2000	982	501	1.293	504
2001	966	517	1.300	537
2002	961	497	1.157	498
2003	861	452	1.067	470
2004	882	468	1.148	502
2005	888	492	1.145	512
2006	888	505	1.043	562
2007	926	555	1.132	593
2008	1.012	591	1.342	658
2009	1.022	620	1.332	670

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT). Nossos cálculos.

(1) Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês

(3) Inflator utilizado: IPC-SEI, junho de 2010.

participação dos idosos e as da população total. Em 2009 foram observados os menores valores tanto para idosos (15,8%) como para o conjunto (58,5%).

Embora os trabalhadores idosos tenham menor instrução, a análise dos rendimentos médios auferidos no trabalho principal revela que são sempre superiores aos obtido pelo conjunto de ocupados no mesmo período. Entretanto, a análise da distância entre a média e a mediana dos rendimentos indica que existe maior disparidade entre os rendimentos recebidos pelos ocupados com 60 anos e mais de idade em relação aos do conjunto dos ocupados da RMS. Em 2009 os idosos receberam, em média, R\$ 1.332,00, face a R\$ 1.022,00 do total dos ocupados (Tabela 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As implicações de ordem demográfica, econômica e social do processo de envelhecimento produzem seus efeitos em nosso país, tanto do ponto de vista das mudanças na composição da força de trabalho, quanto da alteração de vida dos indivíduos (KRELING, 2009).

O envelhecimento da População Economicamente Ativa (PEA) demandará ajustes no que se refere à flexibilidade do mercado de trabalho, que deverão atender a uma força de trabalho mais madura, mais sujeita a riscos físicos e com menor agilidade e força física (KRELING, 2009).

A dinâmica do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador apresentou comportamentos diferenciados nos últimos anos. Desde os anos finais da década de 1990 até o ano de 2003 observou-se taxas de desemprego bastante elevadas, com aumento das taxas de participação. A partir daí constatou-se queda das taxas de desemprego e concomitante redução das taxas de participação, indicando a ida das pessoas para a inatividade.

A RMS apresentou um comportamento similar ao verificado para o Brasil no que diz respeito ao envelhecimento populacional, com estreitamento da base e alargamento do topo da pirâmide etária. Os indivíduos com 60 anos e mais de idade estão aumentando a sua participação na

População em Idade Ativa, registrando 12,3% em 2009. Nesta faixa etária, as mulheres e os chefes de domicílio se destacam representando uma participação de 61,9% e 69,4%, respectivamente. Embora os negros sejam maioria entre os idosos, possuem uma representatividade proporcionalmente inferior ao observado para toda a PIA.

A maioria dos idosos encontra-se na situação de aposentado (71,7% em 2009), mas vale a pena destacar que o percentual de idosos que vivem exclusivamente de ajuda tem se reduzido no período analisado, assim como o percentual de ocupados.

Embora tenham melhorado sua escolaridade, estruturalmente os idosos ainda têm um nível de escolaridade muito baixo, visto que mais da metade não chegou a concluir o nível fundamental (cerca de 55,8% no último ano).

A taxa de participação dos indivíduos com 60 anos e mais de idade é estruturalmente baixa. Em 2009, o percentual de ocupados nesta faixa etária foi de 15,0%. Quase dois terços dos idosos ocupados estavam inseridos no setor de Serviços. No mesmo ano, a população idosa ganhou, em média, R\$ 1.332,00, rendimento superior ao obtido pelo conjunto de ocupados no mesmo período.

As políticas públicas devem ser orientadas para um melhor tratamento dos idosos, levando em consideração a legislação já existente para que esta acabe por gerar resultados de forma mais efetiva.

É importante incentivar outros estudos que recuperem análises de maior profundidade sobre o tema em apreço, talvez até mesmo sob uma nova abordagem, e que já incorporem os resultados do próximo censo, que está sendo realizado neste ano.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA NETO, J. B. A emergência da questão do idoso da terceira idade e o trabalho do idoso na RMS. *Bahia Análise & Dados*: 10 anos de PED, Salvador, v.15, n. 4, p. 593-599, mar. 2006.

KIELING, R. I. *Janela de oportunidade demográfica*: um estudo sobre os impactos econômicos da transição demográfica no Brasil. 2009. 102 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

KRELING, N. H. *O envelhecimento do trabalhador impõe novos desafios às políticas públicas*. Porto Alegre: FEE, 2009. 29 p. (Textos para discussão FEE, n. 71). Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/tds/071.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2010.

CARRERA-FERNANDEZ, J.; MENEZES, W. F. O idoso no mercado de trabalho: uma análise a partir da Região Metropolitana de Salvador. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 32, n. 1, p. 52-67, jan./mar. 2001. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Publicacoes/REN-numeros_Publicados/docs/ren2001_v32_n1_a3.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2010.

SOUZA, L. E. S. *Elementos de demografia econômica*. São Paulo: LTC, 2006.

VARSANO, R.; MORA, M. Financiamento do regime geral de previdência social. In: TAFNER, P.; GIAMBIAGI, F. (Org.). *Previdência no Brasil*: debates, dilemas e escolhas. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. p. 321-347.

APÊNDICE

Distribuição da População em Idade Ativa (PIA) segundo atributos pessoais Região Metropolitana de Salvador, Bahia – 2000-2009 Em porcentagem

Atributos pessoais	2000	2003	2006	2009
Sexo				
Masculino	46,2	46,4	46,2	45,5
Feminino	53,8	53,6	53,8	54,5
Cor				
Não negra	14,7	13,7	12,9	13,7
Negra	85,2	86,3	87,1	86,3
Posição no domicílio				
Chefe	31,6	33,1	34,6	35,7
Outras	68,4	66,9	65,4	64,3
Grau de instrução				
Analfabetos	5,8	4,8	4,4	3,5
Fundamental incompleto	46,3	39,5	35,9	32,7
Fund. completo + médio incompleto	17,5	18,7	17,5	16,3
Médio comp. + superior incompleto	24,5	30,4	34,6	38,9
Superior completo	5,9	6,5	7,5	8,6

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT). Nossos cálculos.

Os autores agradecem a Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos e a José Basílio Cerqueira Neto pelas valiosas contribuições ao trabalho.



A exploração dos serviços de água e esgoto dos municípios de Ilhéus e Itabuna: uma antiga polêmica

Ângela Maria Gordilho Barbosa*

OS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DE ILHÉUS

Em 1907, a cidade de Ilhéus passa a ter água encanada com a construção de uma barragem ainda em barro e pedra na localidade do Lavadouro (hoje, Rua 31 de março), onde desembocavam vários riachos. Este trabalho foi executado pelo engenheiro italiano Emanueli Da Rin e o engenheiro Arquimedes Gonçalves, que constituíram neste mesmo ano a Empresa de Águas de Ilhéus – Da Rin Gonçalves e Cia. Esta empresa foi também responsável pela primeira tubulação de esgoto de Ilhéus, feita para 500 casas, em 1912.

Como a água não era tratada, a população continuou a consumir a água da fonte da Cruz, que era transportada em potes ou barricas de forma manual ou por animais e vendida por “aguadeiros”. A outra fonte, da Boa Vista, situava-se numa propriedade particular e fornecia água apenas para a família e amigos do proprietário¹.

* Doutora em Urbanismo pela Universidade Paris XII, França; mestre em Administração Pública pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAD/UFBA); graduada em Sociologia pela UFBA. Professora da Estácio/FIB, Centro Universitário da Bahia; pesquisadora do Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas Públicas da Escola de Administração da UFBA. agordilho@terra.com.br

¹ Esta propriedade pertencia a José Gomes do Amaral Pacheco, avô do Dr. Raymundo Sá Barreto. Entrevista concedida em Ilhéus pelo Dr. Sá Barreto, em 08/07/2002.

A empresa concessionária começa a inquietar-se com a modalidade de indenização prevista neste contrato firmado em 1927, alegando que este já não mais se adequava às condições atuais

A Empresa de Águas de Ilhéus – Da Rin Gonçalves e Cia constrói o primeiro reservatório de água no bairro de Conquista, verificando-se depois a necessidade de sua substituição pelo manancial situado na fazenda Esperança, distante aproximadamente seis quilômetros da cidade. Em 1927 foi aí construída a barragem da Esperança, já em cimento armado, com capacidade para armazenar 300 mil metros cúbicos de água, protegida por uma reserva florestal. Passa então Ilhéus a ser abastecida de água tratada, cuja distribuição é também feita pela citada empresa.

Na gestão do prefeito Mário Pessoa, essa empresa aumenta suas instalações particulares em benefício da higiene pública, sendo-lhe assegurada formalmente a continuidade da concessão, por meio de contrato firmado em 22 de novembro de 1927.

Nesse período, com a alta do preço do cacau no mercado internacional, entra como sócio para financiar a empresa o Sr. Misael Tavares, conhecido como o “rei do cacau” (SÁ BARRETO, 1988). A empresa passa a ser denominada Empresa de Águas de Ilhéus Ltda.

A empresa faz o planejamento, mas adia para 1933 a montagem de filtros e a execução dos trabalhos de aproveitamento dos mananciais da Esperança, diante da elevação do custo de materiais e mão de obra, decorrentes dos problemas causados na exportação do cacau pela crise mundial de 1929. A partir de 1930, já no início da gestão do prefeito Eusínio Lavigne, que modifica o

aspecto urbano da cidade com grandes obras de saneamento (BARBOSA, 1994), a empresa passa a alegar que este serviço exigia constantemente novas inversões de capital, o que não poderia ser feito sem a elevação das tarifas e modificação das cláusulas contratuais. Informação transmitida em relatório do prefeito ao interventor do Estado, Tenente Juracy Magalhães (BAHIA, 1933). Instala-se aqui uma relação da iniciativa privada com o setor público pautada na preocupação com o comprometimento dos seus lucros.

A postura da empresa diante da crise no abastecimento de água que se inicia

Essa situação se agrava com a perspectiva ainda remota de encampação da empresa por parte do município, pois o contrato de concessão vigente expiraria seu prazo somente no ano de 1947. A cláusula 34ª do contrato previa o prazo de 20 anos para a encampação do serviço pelo município. A empresa concessionária começa a inquietar-se com a modalidade de indenização prevista neste contrato firmado em 1927, alegando que este já não mais se adequava às condições atuais, completamente mudadas desde aquela época.

Tornava-se cada vez mais urgente a necessidade de expandir o serviço de água de Ilhéus, e em 25 de agosto de 1948 a Prefeitura, por meio da Diretoria de Obras Públicas, lança o Edital de Concorrência Pública para elaboração do projeto de águas, esgotos pluviais e sanitários

A empresa de Águas de Ilhéus Ltda. se exime de qualquer responsabilidade no caso de haver um colapso do serviço, diante da perspectiva de uma indenização contratual não atualizada

da cidade. Pensava-se que a encampação não tardaria (JORNAL OFICIAL, 1948b).

A empresa de Águas de Ilhéus Ltda. se exime de qualquer responsabilidade no caso de haver um colapso do serviço, diante da perspectiva de uma indenização contratual não atualizada. E insiste com o município em conceder a atualização das tarifas para remunerar as novas inversões de capital, sugerindo, por último, modificação das cláusulas contratuais, de modo que a encampação fosse calculada com base no valor efetivo das instalações e não na receita líquida (JORNAL OFICIAL, 1948a).

Em resposta, a Prefeitura declara que a empresa não vem efetuando a conservação dos serviços e a tubulação é precária, não tendo ocorrido nenhuma substituição da rede. Daí a escassez de água em numerosos bairros da cidade, a exemplo do bairro de Conquista.

No contrato de concessão a empresa estava obrigada a estender a tubulação ao bairro de Pontal, o que não foi feito. Quanto ao aumento das taxas, a Prefeitura não concorda, pois feriria os interesses da comunidade (JORNAL OFICIAL, 1948a).

A polêmica em torno da encampação do serviço – o poder político local é chamado a interferir

O prefeito em exercício, Artur Leite da Silveira (1948-1951), compreendendo não ser possível prolongar a situação aflitiva da população, em face de um serviço já passível de colapso, promete entendimentos com a Câmara de Vereadores objetivando encampar o mais breve possível o serviço de águas da cidade, ora patrimônio da Empresa de Águas de Ilhéus Ltda, diante do problema do abastecimento, que se agrava assustadoramente (JORNAL OFICIAL, 1948a).

De acordo com o ofício nº 58, datado de 9 de março de 1948, o prefeito já havia passado à Câmara dos Vereadores a documentação referente à encampação do serviço de águas, e ressaltado que o governador do estado se pronunciou favorável a encampação da empresa pela

Em ofício datado de 7 de abril de 1948, o relator da Comissão de Finanças, Viação e Obras Públicas da Câmara de Vereadores, Juvêncio Pery Lima, resalta a relevância da decisão para os interesses coletivos

Prefeitura, salientando que: “Cabe aos poderes locais decidir no particular, e em definitivo, consoante for da conveniência da Municipalidade, já constando, deste processo, parecer favorável do Departamento Estadual das Municipalidades”.

O convite feito ao Dr. Saturnino de Brito Filho² para avaliar o estado das instalações da empresa concessionária e estudar os meios de melhorar e ampliar os serviços de água e esgoto de Ilhéus foi aceito, ficando ele de elaborar os projetos nos termos do contrato que foi submetido à aprovação do Departamento Estadual das Municipalidades, de acordo com o ofício n. 32, de 11 de fevereiro de 1947.

Diante disto, estaria a Prefeitura habilitada a optar seguramente ou pela encampação da atual empresa concessionária ou pela promoção dos meios de adquirir e explorar outro manancial que lhe fosse indicado de modo idôneo.

Em ofício datado de 7 de abril de 1948, o relator da Comissão de Finanças, Viação e Obras Públicas da Câmara de Vereadores, Juvêncio Pery Lima, resalta a relevância da decisão para os interesses coletivos e emite parecer favorável a que o prefeito contrate um

² Pelo Decreto n. 6320, de 25 de junho de 1929, o escritório do Dr. Saturnino de Brito, situado no Rio de Janeiro, já havia sido confirmado para execução dos projetos de serviços de água e esgoto de Salvador.

técnico competente para tais estudos. E em ofício datado de 19 de abril de 1948, os vereadores fortalecem o nome do Dr. Saturnino de Brito para conduzir os referidos estudos, não somente pela sua capacidade profissional, como pelo seu conhecimento abalizado da região.

O Jornal Oficial n. 1.051, de 25 de agosto de 1948, publica o pronunciamento dos vereadores Wandick Badaró, João Batista de Souza e Humberto Badaró a favor das encampações da Companhia Luz e Força, da Empresa de Águas, da Empresa de Telefone e do Porto de Ilhéus. Com isso se teria realizado o que eles chamavam na época de “centralização dos serviços públicos”, o que proporcionaria ao município novas fontes de renda, uma vez que o seu atual nível de desenvolvimento não comportava mais ter como única fonte de receita a arrecadação de impostos. Além disso, a receita que adviria destes serviços, aliada ao aval do governo do estado e do “prestígio” dos deputados da região cacauzeira nas Câmaras de Deputados Estadual e Federal, eram fatores considerados indispensáveis à consecução de empréstimos junto à Caixa Econômica Federal. Neste sentido, os citados vereadores sugerem ao prefeito que:

[...] determine rigoroso estudo por uma comissão da qual fará parte um membro desta Câmara, para levantar o ativo e o passivo das empresas para que sejam efetuados os cálculos para as encampações e negociem com os devidos estabelecimentos bancários a aquisição dos empréstimos necessários, naturalmente com prazo longo e em boas condições de pagamento (JORNAL OFICIAL, 1948c).

Em ofício nº 367, de 8 de outubro de 1948, o prefeito informa à Câmara de Vereadores o interesse dos sócios da Empresa de Águas de Ilhéus Ltda. por informações do valor da encampação do serviço, e no ofício nº 392, de 22 de outubro de 1948, menciona que aguarda o laudo de avaliação encomendado ao Dr. Saturnino de Brito.

A marcha para a encampação do serviço de água é noticiada na imprensa local. O Diário da Tarde nº 6.202, de 6 de abril de 1949, publica a exposição do sócio da

Em ofício nº 367, de 8 de outubro de 1948, o prefeito informa à Câmara de Vereadores o interesse dos sócios da Empresa de Águas de Ilhéus Ltda. por informações do valor da encampação do serviço

empresa, senhor Misael Tavares, “o jovem capitalista conterrâneo”, assim tratado pelos jornalistas da época, para justificar a encampação do serviço, que podem ser assim resumida:

- na vontade do prefeito em unificar a administração dos serviços de água e esgoto;
- na maior disponibilidade de rendas de diversas origens para investir no setor;
- no pronunciamento favorável do governo do estado em fornecer garantia ao empréstimo que a Prefeitura deveria contrair para financiar as despesas com a encampação.

Na ocasião também salienta a impossibilidade de vigorarem cálculos para indenização com base nas cláusulas do contrato de concessão de 1927, que definem a indenização com base na receita líquida dos últimos cinco anos, uma vez que não foi possível modificar também retroativamente as tarifas para torná-las adequadas ao progressivo aumento do custo do serviço. Alega o empresário o aumento da despesa com custeio de 1933 a 1948, conforme balancetes de outubro de 1942 a 30 de setembro de 1947, publicados como Atos Oficiais em 1949.

Ainda em defesa da encampação dos serviços, o empresário declara os esforços da empresa concessionária em bem servir a comunidade e que às vezes foi além do previsto no contrato, como por exemplo: a filtração da

água e o emprego de material que atingiu preços superiores a 500% depois da última guerra mundial.

O empresário justifica também que não levou água ao bairro de Pontal, pois:

[...] uma vez escolhido o manancial Esperança do lado da margem esquerda do rio Cachoeira, o bairro do Pontal ficou sempre isolado do centro urbano, pois a ponte projetada, ainda hoje se luta para construir, e a municipalidade não fez cumprir a obrigatoriedade garantida pelo contrato. Ao contrário, procurou instalar chafarizes que prejudicaram ainda mais a renda da empresa... (O ABASTECIMENTO..., 1949).

Diante do exposto, salienta que já foram perdidos dois anos desde a ideia da encampação do serviço, e que por isso esta não deve ser mais adiada. E acrescenta:

[...] a empresa serviu Ilhéus com desvelo durante 40 anos, e das poucas cidades do interior do estado da Bahia dotadas de água encanada, talvez não haja outra melhor abastecida. É de esperar, pois, que os dignos vereadores, emanação da vontade do povo que agora são chamados a solucionar o problema, o façam no mais breve prazo possível (O ABASTECIMENTO..., 1949).

A crise se agrava, e a presença do governo do estado torna-se indispensável na negociação final

Os moradores dos bairros de Conquista e Pontal manifestam-se encaminhando um abaixo assinado ao prefeito criticando a atuação da Empresa de Águas de Ilhéus Ltda (JORNAL OFICIAL, 1949).

Em abril de 1950, a situação torna-se insustentável e o prefeito Artur Leite da Silveira encaminha relatório à Câmara de Vereadores solicitando apoio para obtenção dos financiamentos necessários à encampação e renovação dos serviços que se fazem urgentes (BAHIA, 1950).

Em 13 de setembro do mesmo ano, o prefeito encaminha proposta de financiamento ao Banco do Brasil,

O Banco da Bahia concederia o empréstimo para a reforma, cujo projeto e execução das obras previstas para o ano de 1951 seriam realizadas pelo SESP, depois que a encampação do serviço tivesse sido solucionada

que é recusada. Em 23 de novembro, tenta mais uma vez, apelando até para o presidente da República e o Ministro da Educação, Doutor Clementi Mariani, que por ser também presidente do Banco da Bahia promete conceder o empréstimo para a encampação, devendo ficar a reforma a cargo do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP).

No entanto, o ministro faz outra negociação com o governo do estado, que resolve assumir os custos da encampação da Empresa de Águas de Ilhéus Ltda., sem nenhum ônus para o município. O Banco da Bahia concederia o empréstimo para a reforma, cujo projeto e execução das obras previstas para o ano de 1951 seriam realizadas pelo SESP, depois que a encampação do serviço tivesse sido solucionada.

Da mesma forma, estas despesas seriam assumidas pelo governo do estado e estariam na dependência da "marcha" para encampação do serviço.

Em 15 de dezembro de 1950, o governo do estado paga a indenização à empresa, efetivando, portanto, a sua compra, conforme escritura de compra e venda lavrada no cartório do 1º Ofício da capital do Estado da Bahia. Em seguida, faz a doação do serviço para a prefeitura.

A princípio, a participação do governo do estado no processo de encampação se limita às informações prestadas pelo prefeito, evoluindo para uma relação de maior

interferência durante o processo decisório, que se dá em articulação com o poder econômico, representado pela oligarquia local e o setor financeiro.

O ônus da encampação dos serviços, ao ser assumido pelo governo do estado, bem demonstra a relação de dependência do município frente a esta esfera de governo, cujo interesse em solucionar esta questão justificava-se pela importância econômica da região cacauzeira para a economia baiana, destacando-se Ilhéus como um município que já polarizava na época, importantes investimentos públicos e privados.

OS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DE ITABUNA

Na ausência de um sistema de distribuição domiciliar, a água no município era retirada das fontes Antique e Mucugê e transportada em potes e barricas de forma manual ou por animais e vendidas pelos aguadeiros.

A preocupação em torno da implantação de um sistema de abastecimento de água para Itabuna é despertada na década de 1930, com a criação da Diretoria de Obras do Município por meio da Lei nº 160 (JORNAL OFICIAL, 1931).

O problema se inicia com a polêmica em torno da questão de águas “próximas ou distantes” para o

A preocupação em torno da implantação de um sistema de abastecimento de água para Itabuna é despertada na década de 1930, com a criação da Diretoria de Obras do Município por meio da Lei nº 160

Este período é marcado pelas negociações entre o prefeito de Itabuna, Claudionor Alpoim, e o governador do estado, Juracy Magalhães, para obtenção e fórmula de amortização de empréstimo

abastecimento da cidade. O prefeito solicita pronunciamento do engenheiro Saturnino de Brito sobre esta questão, cujo parecer, em carta datada de 20 de novembro de 1934, considera antieconômica e cheia de erros técnicos³ a solução do diretor da Repartição de Saneamento do Estado, que defende a alternativa de “águas distantes por gravidade”.

O escritório de Saturnino de Brito defende a alternativa de aproveitamento de “águas próximas”, com prévio tratamento para o abastecimento (Rio Cachoeira à montante da cidade) e descarga de efluente dos esgotos, após tratamento, no referido rio, à jusante da cidade⁴. No Jornal Oficial nº 222, de 22 de junho de 1935 (A EXPOSIÇÃO..., 1935), a Inspetoria de Engenharia Sanitária do Município apresenta um parecer elogiando este projeto, e anunciando a sua exposição pública no “Cinema Elite”, juntamente com 38 desenhos elucidativos das redes de água e esgoto a serem instaladas na cidade.

Este período é marcado pelas negociações entre o prefeito de Itabuna, Claudionor Alpoim, e o governador

³ Esta polêmica técnica se aproxima do que Barraqué (2002) considera “idade quantitativa” da indústria da água. Na Europa, no século XIX, o serviço público de água se desenvolveu sob a ideia de um abastecimento a partir de fontes distantes das cidades. Contudo, em contrapartida, as cidades podiam obter financiamentos privilegiados, ou mesmo subvenções do Estado para realizar as infraestruturas hidráulicas necessárias.

⁴ Este posicionamento corresponde à “idade da qualidade”, ou seja, em vez de procurar água de fontes distantes, se traz de mais perto e trata-se (BARRAQUÉ, 2002).

do estado, Juracy Magalhães, para obtenção e fórmula de amortização de empréstimo para as obras junto à Caixa Econômica Federal.

Em 27 de janeiro de 1936 foram iniciadas as obras pela Companhia Construtora Nacional, com sede no Rio de Janeiro e filial na capital baiana. A fiscalização coube ao escritório de Saturnino de Brito, que de acordo com o contrato publicado no Jornal Oficial de nº 281, de 15 de agosto de 1936 (CONTRATO..., 1936a), obrigava-se a exercer em nome da Prefeitura a fiscalização da execução das obras de abastecimento de água e esgoto sanitário da cidade de Itabuna, de acordo com o projeto elaborado pelo referido escritório e aprovado pelo Decreto Estadual nº 9.632, de 2 de agosto de 1935.

O Ato de nº 257 do Poder Executivo, de conformidade com o artigo 50 da Lei nº 42, de 24 de janeiro de 1936, considera de utilidade pública os serviços de água e esgoto desta cidade e decreta a desapropriação dos prédios e terrenos particulares, considerados necessários a sua implantação.

A população demonstra interesse e satisfação no avanço destas medidas e colabora com a gestão do município, a exemplo do Coronel Berilo Guimarães, que faz doação à Prefeitura de importante faixa de terreno necessária à instalação de filtros e reservatórios para abastecimento de água da cidade (JORNAL OFICIAL, 1936).

No Jornal Oficial nº 277, de 18 de julho de 1936 (O CONTRATO..., 1936b), foi publicado para execução dos serviços o contrato de empréstimo com a Caixa Econômica Federal da Bahia, envolvendo o município de Itabuna e o governo do estado da Bahia.

No Jornal Oficial (1938b), a Diretoria de Obras do Município avisa à população que já está em funcionamento o serviço de água em alguns domicílios da cidade, mas que a água não se encontra em condições de ser bebida, por falta do produto químico, e que as ligações já efetuadas precisam ser legalizadas mediante apresentação por parte do usuário do projeto de instalação e do pagamento correspondente às despesas com materiais, mão de obra e administração. Em seguida, esta diretoria informa, em nota publicada no Jornal Oficial

**No Jornal Oficial nº 277,
de 18 de julho de 1936 [...],
foi publicado para execução
dos serviços o contrato de
empréstimo com a Caixa
Econômica Federal da Bahia**

(1938a), que os serviços de instalação da rede de água, para serem bem executados, devem requerer mão de obra capacitada, dotada de inscrição na Repartição de Saneamento. Este mesmo jornal publica o Regulamento Geral dos Serviços de Água e Esgoto de Itabuna, que utiliza os critérios estabelecidos pelo Escritório de Saturnino de Brito para o cálculo do consumo de água e das taxas que seriam cobradas, com base no valor locativo do imóvel.

A crise financeira se instala

Ainda no final da década de 1930, problemas financeiros começam a surgir, o que pode ser visto por meio do “Memorial” datado de 4 de fevereiro de 1938, no qual o prefeito de Itabuna expõe ao governo do estado a dificuldade da Prefeitura em saldar sua dívida do empréstimo autorizado pelo Decreto nº 9.632, com a Caixa Econômica Federal.

De todo modo, a década de 1940 dá continuidade à execução das obras e consolida o processo de regulação e gerenciamento dos serviços, sob a responsabilidade da Diretoria de Obras, que transforma-se, a partir de 1945, em Secretaria de Viação e Obras Públicas do Município de Itabuna.

A crise do serviço é evidenciada na década de 1950. O Jornal Voz de Itabuna de 20 de abril de 1951 denuncia: “O serviço de água da cidade há tempos construído, até hoje não foi inaugurado, nem poderia ser, pois ainda não

foi totalmente concluído. Haja descuido das administrações passadas”.

No Jornal Oficial nº 1.037, de 1952 (LUZ..., 1952), na matéria intitulada “Luz e Água”, a Prefeitura declara: “Quanto ao serviço de água, temos empregado esforços para remediar uma situação quase insustentável.”

Destaca ainda a matéria que em caráter emergencial a Prefeitura contou com o apoio da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP) para fazer uma limpeza completa da adutora, aumentando a descarga de água para os filtros, além de adquirir um aparelho de cloro, evitando-se assim o consumo de água contaminada. E anuncia: “Dentro em breve teremos água potável.”

Estas medidas, sem dúvida, fizeram com que a cidade fosse abastecida de forma mais regular. No entanto, tornava-se necessária a ampliação dos serviços para que o fornecimento de água atingisse os bairros da periferia, destaca a mensagem do Prefeito a Câmara de Vereadores (JORNAL OFICIAL, 1955).

O apoio da FSESP ao serviço de abastecimento de água continua marcante na década que se inicia. A Lei nº 489, de 14 de julho de 1960, no seu artigo 1º, estabelece que para execução do serviço sejam utilizados os projetos já elaborados pela FSESP, a exemplo do projeto de construção de um poço artesiano no bairro

de Caixa D'Água, autorizado pela Lei nº 478, de 9 de julho de 1960.

Assim, conclui-se que o município de Itabuna, durante as décadas de 1930, 1940, 1950 e início de 1960, assume diretamente a gestão e regulação dos seus serviços de água e esgoto, tornando-se, porém, imprescindível o apoio técnico-financeiro do governo do estado e dos órgãos do governo federal, a exemplo da FSESP e da Caixa Econômica Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto fica claro que a polêmica que envolve o setor de saneamento não é nova, é antiga, e a defesa dos vários interesses em jogo está sempre presente. Assume apenas conotações específicas a depender do período histórico e da realidade considerada.

Diferentemente do passado, uma nova oportunidade de discussão para planejar e executar os serviços de saneamento inicia-se agora, em um contexto democrático e de disputa pelo exercício da cidadania. Pela Lei n. 11.445/07 cabe ao titular dos serviços de saneamento formular a política pública de saneamento básico, ação indelegável a outro ente, devendo para tanto elaborar o Plano de Saneamento Básico (art. 9º, Cap. II), que deverá ser implementado de forma participativa, agregando um novo fator importante representado pelo controle social.

REFERÊNCIAS

- O ABASTECIMENTO de água de Ilhéus: uma interessante exposição do Sr. Misael B. Tavares. *Diário da tarde*, Ilhéus, nº 6.202, 6 abr. 1949.
- BAHIA. Imprensa Oficial do Estado, 1950.
- BAHIA. Imprensa Oficial do Estado, 1933.
- BARBOSA, Carlos Roberto Arléo. *Notícia histórica de Ilhéus*. Ilhéus, 1994. 138 p.
- BARRAQUÉ, Bernard. Regard Européen sur la Gestion des Services d'Eau à la Française. *Pouvoirs Locaux - Les Cahiers de la Décentralisation*, n. 29, p. II.25-32, 1996.

A Lei nº 489, de 14 de julho de 1960, no seu artigo 1º, estabelece que para execução do serviço sejam utilizados os projetos já elaborados pela FSESP, a exemplo do projeto de construção de um poço artesiano

BARRAQUÉ, Bernard. « Ni trop ni trop peu », *Électricité & Sociétés*, Printemps, Paris, nº37, p. 3-12. 2002.

CONTRATO para fiscalização de obras com o escritório Saturnino de Brito. *Jornal Oficial*, Itabuna, nº 281, 15 ago. 1936.

O CONTRATO do empréstimo com a Caixa Econômica Federal. *Jornal Oficial*, Itabuna, nº 277, 18 jul. 1936.

A EXPOSIÇÃO do Projeto Água e Esgoto. *Jornal Oficial*, Itabuna, nº 222, 22 jun. 1935.

JORNAL OFICIAL. Itabuna, nº 1.187, 14 maio 1955.

JORNAL OFICIAL. Ilhéus, nº 1.175, 31 dez. 1949.

JORNAL OFICIAL. Ilhéus, nº 1076, 27 nov. 1948.

JORNAL OFICIAL. Ilhéus, nº 1053, 1 set. 1948.

JORNAL OFICIAL. Ilhéus, nº 1.051, 25 ago. 1948

JORNAL OFICIAL. Itabuna, nº 369, 21 maio 1938.

JORNAL OFICIAL. Itabuna, nº 360, 26 mar. 1938.

JORNAL OFICIAL. Itabuna, nº 270, 30 maio 1936

JORNAL OFICIAL. Itabuna, nº 29, 6 nov. 1931.

LUZ e Água. *Jornal Oficial*, Itabuna, nº 1.037, 1952.

SÁ BARRETTO, Raymundo. *Notas de um tabelião de Ilhéus*. São Paulo: Roswitha Kempf, 1988. 102 p.

As bases do planejamento e suas ferramentas

Zélia Góis

Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Administração Pública/Planejamento pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Professora universitária. Técnica da Superintendência de Estudos Econômicas e Sociais da Bahia (SEI)



A Constituição Federal de 1988 (CF-1988) representou uma importante mudança estrutural nos processos de planejamento e orçamento público no Brasil, em razão de incluir normas específicas sobre esses instrumentos. Ao mesmo tempo, definiu responsabilidades, limites e formas de encaminhamento, não obstante essas normas ainda exijam aperfeiçoamentos urgentes para que o planejamento econômico alcance maior eficiência, eficácia e efetividade.

Como o planejamento é uma função inerente à gestão, não seria recomendável intervir de forma aleatória – mas com base em informações adequadas sobre o comportamento da economia e seus fatores determinantes, necessários à elaboração de planos e programas de ação, bem como ao seu acompanhamento e avaliação. Nesse sentido, o planejamento compreende racionalização de métodos e processos com o objetivo de alcançar determinado fim ou propósito.

Apesar de encontrarmos vários conceitos sobre a função planejamento, os mesmos têm características em comum e podem ser interpretados como um processo contínuo e dinâmico, que consiste em um conjunto de ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas para tornar realidade um objetivo futuro, de forma a possibilitar a tomada de decisões antecipadamente. Traz o futuro para o agora.

As diretrizes principais do processo de planejamento e de orçamento estão nos artigos 165 a 169 da CF-88 e têm como destaques três instrumentos interdependentes: Lei do Plano Plurianual (PPA), Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA é um instrumento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública – federal, estadual e municipal –, considerando as despesas de capital e outras delas decorrentes, e as relativas aos programas de duração continuada. Com base na Constituição, foi concebido para ser o elemento principal do novo sistema de planejamento, capaz de orientar os orçamentos anuais por intermédio da LDO. Portanto, os três instrumentos (PPA, LDO, LOA) formam a base de um sistema de planejamento e orçamento.

Em suma, o PPA deverá definir com clareza as metas e prioridades da administração pública; organizar em programas as ações que resultem num aumento de bens ou serviços que atendam às necessidades da sociedade; estar em conformidade com as orientações estratégicas do governo, com as possibilidades financeiras do Estado e com a capacidade operacional das unidades orçamentárias; discriminar a distribuição regional das metas e gastos do governo; possibilitar que as alocações de recursos nos orçamentos sejam coerentes com as diretrizes e metas do PPA; estar integrado com a LDO e com a execução dos orçamentos, que lá estarão em macroações, evidenciadas por meio dos programas que deverão ser realizados no período de quatro anos; propiciar transparências nas ações do governo.

Está previsto, em Lei, que a cada ano será realizada uma avaliação do processo de andamento das ações desenvolvidas no PPA, ou seja, durante o período quadrienal – que além de responder à sociedade sobre os andamentos dos programas, também informa-la-á sobre as várias formas de evitar o desperdício de dinheiro público em ações não significativas.

Mais do que um processo, o planejamento requer um sistema de retroalimentação e interdependência entre as partes que o compõem, haja vista que a realidade sujeita todas elas a revisão constante, e na medida em que se realiza, gera novas leituras e pressões por revisões de rumo. A existência do sistema, portanto, requer um conjunto de instituições ou “partes”, cuja finalidade particular tem reflexos nos outros componentes por interação de objetivos, unidos por um dos elos que sistematize os propósitos, as metas, e avalie os resultados das ações de forma multidisciplinar.

A este respeito, o processo de planejamento deve atender a um conjunto de características que o auxiliem em vista de sua operacionalidade, e dentre estas destaca-se a previsão. A previsão torna-se um dos princípios básicos e elementares do planejamento, e caracteriza-se não somente da evolução das tendências atuais, como também das consequências que advirão de uma intervenção consciente do governo.

Trabalhar com previsões, no entanto, requer informação, experiência no entendimento e acompanhamento da variável-objetivo a ser prospectada, e *expertise* na manipulação de softwares e modelos econométricos, que aliam ciência e arte. O aspecto citado, da dependência entre a capacidade de prever e o domínio das técnicas, requer que o instrumental disponível seja manipulado por especialistas que possam gerir o trabalho de aperfeiçoamento do exercício de apropriação da realidade, modelo extremamente útil, tendo em vista os subsídios que oferece ao planejador na antecipação de um futuro apenas imaginado.

Para a realização dos modelos, tem-se como pré-condição a existência de informações. Estas, por seu turno, nem sempre estão disponíveis na forma desejada, mas a experiência demonstra que, mesmo ocultas, podem ser acessadas ou geradas mediante pesquisas e/ou levantamentos em registros administrativos que se transformem em informações.

Outra área muito importante do sistema de planejamento é a avaliação. De maneira geral, a avaliação anual poderá utilizar-se de vários recursos para sua efetivação, inclusive a avaliação participativa, na qual os governos ouvem a

população. Teoricamente, é a avaliação com resultados mais consistentes, por envolver a sociedade nos resultados das políticas públicas.

Da trajetória do planejamento econômico no Brasil, depois da CF-1988, o resultado mais promissor foi, sem dúvida, a explicitação de desafios que precisam ser superados, e a acumulação de considerável experiência na atividade de planejar. O ato de planejar, embora em alguns momentos relegado a segundo plano, hoje está incorporado à estrutura (nem sempre à cultura) dos mais variados órgãos públicos.

A estrutura de avaliação e monitoramento criada na Seplan, desde 2003, vem procurando atender às necessidades de Monitoramento e Avaliação (M&A) em relação aos programas, ações e metas governamentais contidos no PPA. Apesar dos esforços despendidos, algumas dificuldades na condução dos trabalhos ainda persistem e podem ser atribuídas a fatores como: falta de um sistema informacional de planejamento integrado; falta de formação e treinamento da equipe de M&A; fraca disseminação dos conceitos e procedimentos relativos à M&A: indefinição de parcerias intersetoriais, o que gera falta de comprometimento desses organismos; e falta de indicadores, principalmente de resultados e impactos que possam balizar as estratégias e programas governamentais.

Deve-se aqui destacar o papel do Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual (CAPP), criado no intuito de acompanhar, monitorar, subsidiar e aconselhar a execução do PPA. O conselho é, portanto, um instrumento de monitoramento do plano, sendo de caráter consultivo. É representado por uma comissão executiva e membros da sociedade civil dos 26 Territórios de Identidade escolhidos em eleição direta.

Portanto, é consenso que o PPA seja instrumento de políticas públicas de Estado. As instâncias instituídas legalmente devem monitorar a programação e criar caminhos para que a avaliação traduza-se em resultados aos cidadãos. Os indicadores devem ser instituídos para demonstrar as consequências que as políticas públicas, sejam na área de educação, segurança, saúde ou outras, geram à sociedade.

Estado da Bahia deve receber 655 investimentos industriais até 2013

Fabiana Karine Santos de Andrade*

Esses investimentos previstos devem chegar a R\$ 30,3 bilhões, com a expectativa de implantação e/ou ampliação de 655 empresas em diversos setores da atividade econômica. Além disso, espera-se com esses empreendimentos a geração de 111.671 empregos diretos até 2013.

Em relação aos projetos em situação de implantação, estes deverão chegar a 534 empreendimentos, o que corresponde a um investimento de R\$ 26,1 bilhões. Considerando as ampliações, espera-se um volume previsto de R\$ 4,1 bilhões, totalizando 115 empresas.

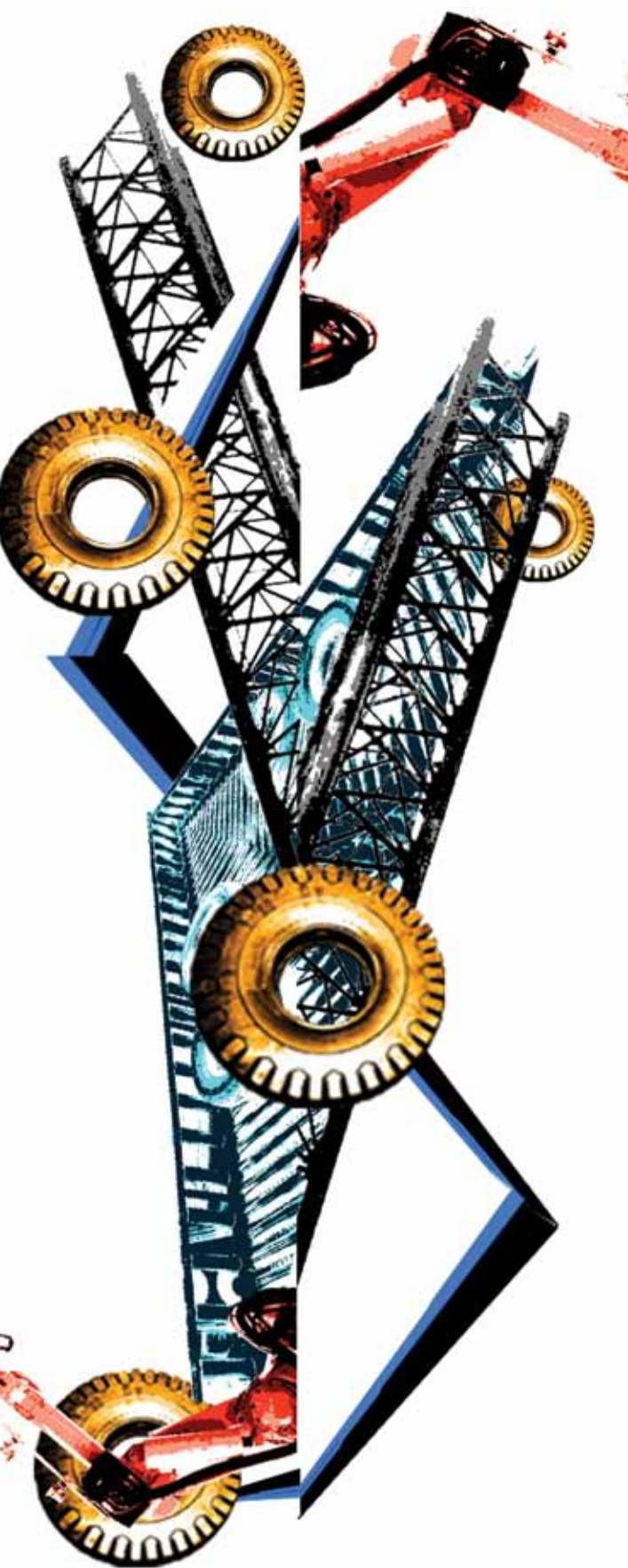
Para os Territórios de Identidade, as inversões previstas concentram-se em volume no território *Metropolitana de Salvador*, no qual estão previstos aproximadamente R\$ 8,7 bilhões alocados em 302 projetos. Em seguida, considera-se o território *Sertão Produtivo*, o qual continua com a previsão de alocar cerca de R\$ 4,4 bilhões em inversões. Os empreendimentos previstos para este território são na sua maioria voltados para a atividade de extração de minerais metálicos, que exige mais tempo para a maturação dos investimentos. As principais atividades envolvem principalmente a exploração de jazidas de ferro com construção de mineroduto, além da produção de ferro e cimento. No território do *Recôncavo*, devem-se gerar investimentos da ordem de R\$ 3,8 bilhões em 32 projetos de empresas com a intenção de investir no estado.

No complexo de atividade *Químico-petroquímico*, o volume previsto deverá chegar a R\$ 7,3 bilhões, o que envolve a intenção de 146 empreendimentos de se implantarem no estado para esta atividade. Já no complexo *Atividade mineral e beneficiamento*, o volume previsto permanece em aproximadamente 6,3 bilhões, com 34 projetos de empresas previstas para se implantarem. No complexo

Metal-mecânico, os investimentos devem chegar a R\$ 2,8 bilhões a partir de 71 projetos. Vale destacar o complexo *Outros* com inversões previstas que chegam a R\$ 8,8 bilhões, destacando-se inversões para a área de energia, mais precisamente a geração de energia eólica, e em PCH (pequenas centrais hidrelétricas). Pretende-se implantar vários parques eólicos e pequenas hidrelétricas espalhados por diversos municípios do estado.

A política de atração de investimentos industriais adotada pelo governo do estado da Bahia com o objetivo de incentivar a vinda de empresas dos mais variados segmentos, vem, ao longo dos anos, contribuindo de forma positiva para o desenvolvimento econômico e social do estado. Tal política promove a diversificação do parque industrial e a mudança, mesmo que gradativa, do perfil da sua matriz, com a instalação de empreendimentos dos mais variados segmentos. A ação governamental para desenvolver o setor industrial baiano vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos especiais. Atualmente, esses incentivos podem ser solicitados via Programa Desenvolve, o qual concede benefícios fiscais para as empresas dos mais variados setores que tenham a intenção de investir no estado.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia; técnica da Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração. fabianaa@sicm.ba.gov.br

**Tabela 1**

Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo
de atividade – 2009-2013

Complexo	Volume (R\$ 1,00)	Nº projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	2.829.305.028	138	9,3	21,1
Atividade mineral e beneficiamento	6.285.078.611	34	20,8	5,2
Calçados/têxtil/confeções	991.561.397	67	3,3	10,2
Complexo madeireiro	164.783.896	26	0,5	4,0
Eletroeletrônico	288.011.955	63	1,0	9,6
Metal-mecânico	2.799.463.407	71	9,2	10,8
Químico-petroquímico	7.266.043.593	146	24,0	22,3
Reciclagem	7.800.000	2	0,0	0,3
Transformação petroquímica	822.421.712	73	2,7	11,1
Outros	8.830.410.019	35	29,2	5,3
Total	30.284.879.618	655	100,0	100,0

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30.06.2010.

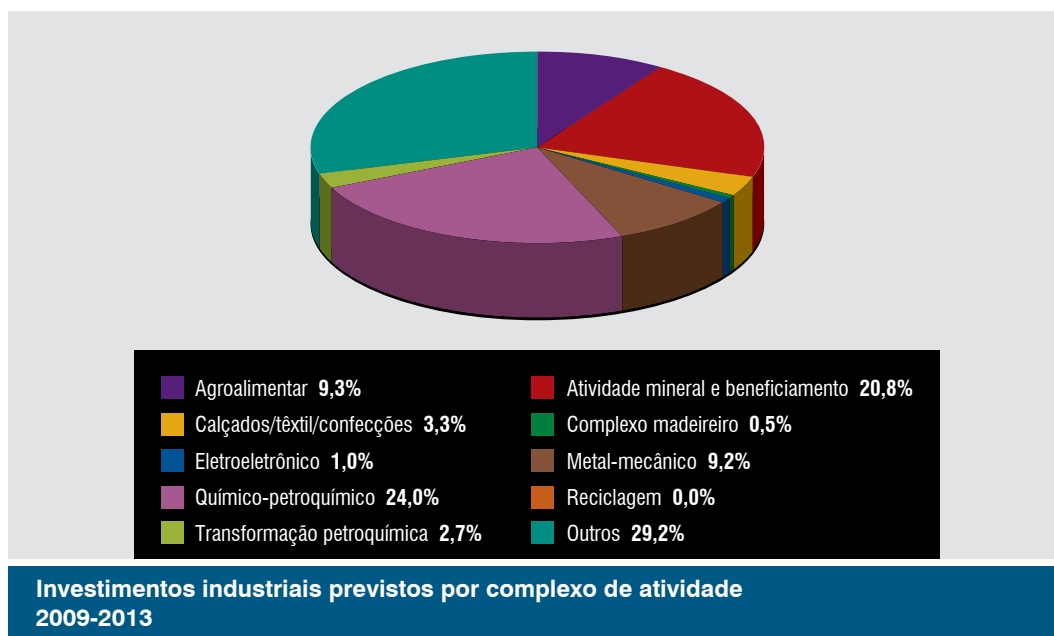
Tabela 2

Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por Território
de Identidade – 2009-2013

Território	Volume (R\$1,00)	Nº projetos	Volume (%)	Projeto (%)
A definir	1.686.065.667	26	5,6	4,0
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	388.519.785	21	1,3	3,2
Bacia do Jacuípe	14.364.490	3	0,0	0,5
Bacia do Paramirim	4.500.000	1	0,0	0,2
Bacia do Rio Corrente	6.000.000	1	0,0	0,2
Baixo Sul	685.866.869	7	2,3	1,1
Chapada Diamantina	4.322.137	4	0,0	0,6
Extremo Sul	1.090.581.487	24	3,6	3,7
Irecê	27.193.000	3	0,1	0,5
Itapetinga	189.270.227	12	0,6	1,8
Litoral Sul	2.026.785.397	52	6,7	7,9
Médio Rio das Contas	553.658.237	15	1,8	2,3
Metropolitana de Salvador	8.787.412.195	302	29,0	46,1
Oeste Baiano	1.528.536.098	30	5,0	4,6
Piemonte da Diamantina	892.975.297	3	2,9	0,5
Piemonte do Paraguaçu	26.910.161	5	0,1	0,8
Piemonte Norte do Itapicuru	22.000.000	1	0,1	0,2
Portal do Sertão	346.696.134	53	1,1	8,1
Recôncavo	3.816.458.219	32	12,6	4,9
Semiárido Nordeste II	18.336.622	3	0,1	0,5
Sertão do São Francisco	1.162.904.375	15	3,8	2,3
Sertão Produtivo	4.448.383.086	7	14,7	1,1
Sisal	14.500.000	5	0,0	0,8
Vale do Jiquiriçá	1.939.183.000	7	6,4	1,1
Velho Chico	503.000.000	2	1,7	0,3
Vitória da Conquista	100.457.136	21	0,3	3,2
Total	30.284.879.618	655	100,0	100,0

Fonte: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30.06.2010.



Fonte: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/06/2010.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: *Gazeta Mercantil*, *Valor Econômico*, *A Tarde*, *Correio da Bahia* e *Diário Oficial do Estado da Bahia*. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM) através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas Probahia, Bahiaplast e do atual Desenvolve.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site da SEI, com dados a partir de 1999, apresentando valores acumulados.

NUNCA FOI TÃO FÁCIL SABER O QUE O GOVERNO PENSA

TV Seplan. Mais um canal de comunicação do Governo com você



O Governo da Bahia, por meio da Secretaria do Planejamento, está lançando a TV Seplan. Um canal de TV na internet com entrevistas, pesquisas, análises, tendências e muito mais. Tudo com total transparência e credibilidade.

Assista, comente e divulgue www.youtube.com/tvseplan



 **Bahia**
TERRA DE TODOS NÓS
Secretaria do Planejamento



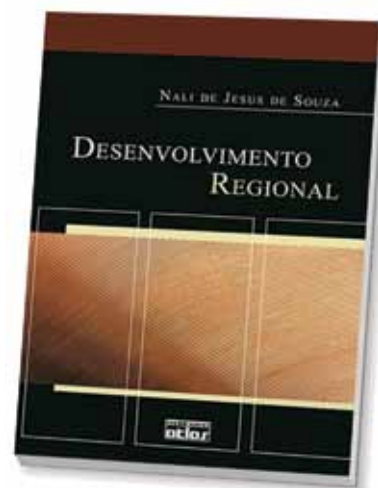
APRENDA A INVESTIR

No livro *Aprender a investir*, o autor Leandro Martins, em uma linguagem acessível e didática, ensina como economizar, como entender a economia e onde investir. Ao dominar essas três áreas, o autor afirma que o leitor será capaz de: aprender a economizar e negociar; planejar e definir suas metas e objetivos; entender os principais fundamentos da economia; aplicar diretamente em renda fixa; conhecer tudo sobre os fundos de investimento; criar seu próprio clube de investimento em ações; utilizar a análise gráfica para especular com ações; e montar sua carteira de investimento. Destinada ao público em geral, esta obra é completa para quem quer aprender a economizar com disciplina e investir sem erros e de forma inteligente. Guia obrigatório para todos que sonham possuir, em um futuro próximo, sua liberdade financeira.



ECONOMIA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA

Escrito por Nilson Araújo Souza, o livro *Economia internacional contemporânea* analisa as teorias da economia internacional e a economia mundial contemporânea. Apesar de extrair informações da formação e do desenvolvimento inicial da economia mundial, este livro concentra-se na análise do processo de internacionalização da economia desenvolvido a partir do período de entreguerras. Nesse tempo, ocorreram duas crises estruturais: a primeira, verificada entre 1914 e 1945, manifestou-se em duas conflagrações bélicas mundiais e em uma grande depressão da economia mundial; a segunda inaugurou-se no final da década de 1960 com o declínio da economia estadunidense e chega a seus momentos mais dramáticos com o colapso financeiro de 2008/2009.



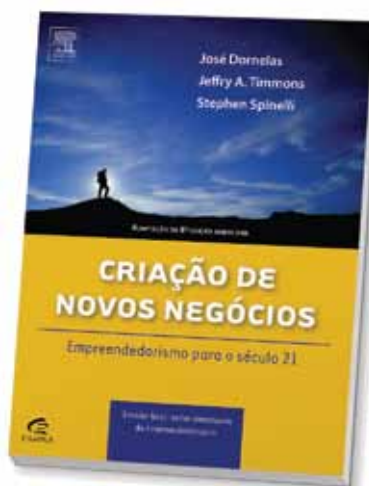
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Desenvolvimento regional é o livro que traduz mais de 35 anos de experiência do autor, Nali de Jesus Souza, na área de desenvolvimento regional. A obra sintetiza as principais contribuições das escolas francesa, alemã e norte-americana, que envolvem as análises regional, urbana e da localização das atividades econômicas. O autor enfoca a evolução da análise econômica regional, a teoria da localização, polos de crescimento, base econômica, método estrutural-diferencial (*shift-share*) e crescimento endógeno, envolvendo as abordagens recentes, que colocam as pequenas comunidades locais no centro do desenvolvimento regional. Essas abordagens são ilustradas com aplicações empíricas para o Brasil. O texto focaliza também as desigualdades regionais no processo de desenvolvimento, a mobilidade dos fatores de produção e as políticas de desenvolvimento regional no Brasil, com ênfase na economia nordestina.



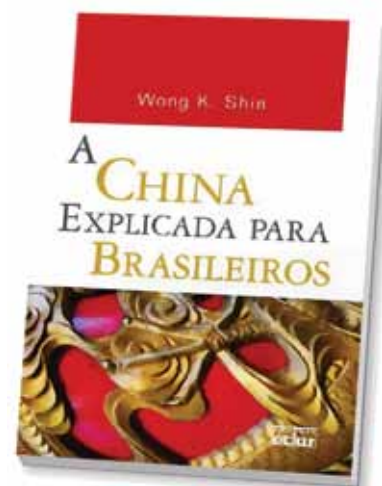
ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE

Este livro trata da complexa relação entre Economia e Meio Ambiente. Resultado de um trabalho conjunto entre professores e pesquisadores renomados na área, afiliados à Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, tem o objetivo de preencher uma lacuna na literatura. Trata-se da *Economia do meio ambiente* numa perspectiva informada pela literatura internacional e pelos principais especialistas em cada assunto, mas com enfoque direcionado à realidade brasileira. Foi incluída na 2ª edição a evolução de conceitos e temas ambientais da atualidade nacional, incluindo três novos capítulos com destaque na valoração e mecanismos de compensação pelos serviços da natureza (carbono, água e biodiversidade), a avaliação econômica de usos do solo na floresta amazônica e o potencial para energia de fontes renováveis.



CRIAÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS

Criação de novos negócios trata do verdadeiro processo de iniciar uma nova empresa, fazê-la crescer, realizar uma colheita bem-sucedida e começar de novo. Existe uma quantidade substancial de conhecimentos, conceitos e ferramentas que os empreendedores precisam saber – antes, durante e depois de mergulhar na *start-up* – se quiserem usar as chances a seu favor. Acompanhando a explosão no empreendedorismo, tem havido um aumento significativo nas pesquisas e no conhecimento sobre o processo empreendedor. Esta obra é produto da experiência e de uma considerável pesquisa nessa área, retratada pelos autores José Carlos Assis Dornelas, Jeffrey A. Timmons e Stephen Spinelli. O *design* e o fluxo deste livro são voltados para a criação de conhecimentos, habilidades e percepções.



A CHINA EXPLICADA PARA BRASILEIROS

O livro *A China explicada para brasileiros* analisa e explica aspectos da China sob uma perspectiva brasileira. Enfoca temas como economia, negócios, meio ambiente e cultura política, relacionados à nova superpotência mundial, e tem um caráter totalmente inédito no mercado brasileiro, pois é crescente o número de brasileiros que buscam conhecer a economia da China. A perspectiva de análise é de um brasileiro com raízes na China. O livro traz um mapeamento completo e atualizado de todos os negócios existentes entre os dois países, e examina a influência da China na economia do Brasil.

Conjuntura Econômica Baiana



Os principais indicadores conjunturais apresentados nesta seção demonstram sinais de recuperação da economia baiana, após apresentar baixo desempenho no ano de 2009, oriundo dos impactos sofridos da crise internacional. A economia baiana registrou comportamento favorável no acumulado do ano (janeiro a julho) de 2010, com tendência de expansão ao longo do ano para os indicadores analisados.

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE), a produção da indústria baiana de transformação, de janeiro a julho de 2010, acumulou acréscimo de 14,1% na comparação com o mesmo período de 2009. Os principais segmentos que influenciaram positivamente foram *Refino de petróleo e álcool* (42,2%), *Alimentos e bebidas* (8,5%) e *Metallurgia básica* (16,2%).

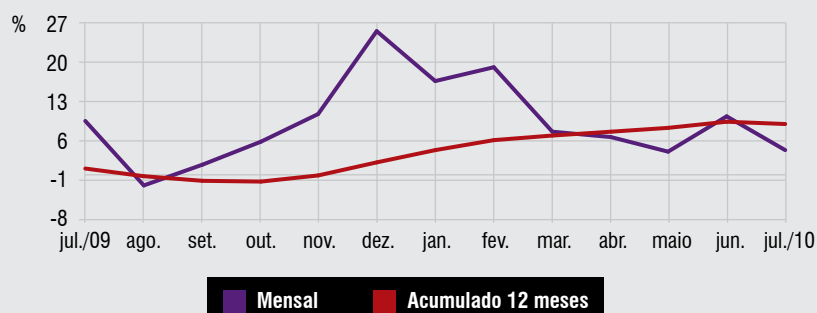
Seguindo a mesma análise, a balança comercial baiana acumula no ano aumento significativo tanto nas exportações (37,2%) quanto nas importações (62,4%), com superávit de US\$ 1,1 bilhão. O saldo da balança comercial apresentou arrefecimento de 11,2% em relação ao mesmo período de 2009. Isso deveu-se à trajetória persistente em patamares negativos das exportações e sinaliza uma recuperação gradativa nas importações baianas, que vinham apresentando taxas decrescentes desde janeiro de 2009. Apesar de apresentar taxa negativa no superávit, as exportações baianas (US\$ 4,9 bilhões) ainda superam as importações (US\$ 3,8 bilhões) em termos nominais, animando as expectativas do setor na retomada do crescimento.

Segundo a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-IBGE), o comércio varejista acumulou, até julho de 2010, expansão de 11,1%, favorecido pelo aquecimento da economia baiana, que, em relação à atividade varejista, manteve-se em ritmo positivo em todos os segmentos e vem demonstrando um bom desempenho a cada período. Os segmentos que evidenciaram as maiores contribuições na taxa de crescimento no período em análise foram *Hipermercados, supermercados e produtos alimentícios* (9,2%) e *Móveis e eletrodomésticos* (22,7%). As vendas de *Veículos, motos e peças* e *Material de construção* registraram acréscimos de 12,6% e 19,5%, respectivamente, no mesmo período.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) calculado pela SEI, para Salvador, acumulou, até agosto de 2010, alta de 2,68% em relação ao mesmo período de 2009. Os segmentos de *Alimentos e bebidas* (3,45%), *Habitação e encargos* (5,1%) e *Despesas pessoais* (5,47%) foram os que mais pressionaram o indicador. Em agosto, o índice manteve-se praticamente estável (0,01%), acumulando, nos últimos 12 meses, alta de 2,98%.

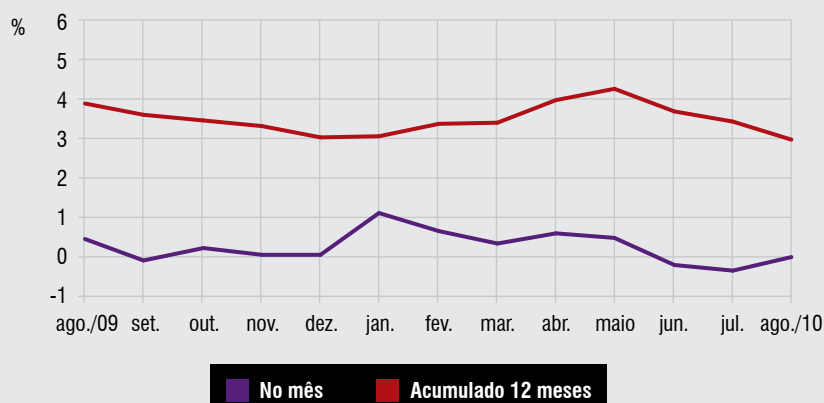
Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), no mercado de trabalho a taxa média de desemprego, em agosto de 2010, fechou em 16,9% da População Economicamente Ativa (PEA). Com base na mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados aumentou 1,6% nos últimos 12 meses.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, registrou, em julho de 2010, acréscimo de 4,4% na comparação com o mesmo mês de 2009. Este indicador vem apresentando ao longo dos últimos meses taxas positivas que contribuíram significativamente para a recuperação no acumulado dos últimos 12 meses (9,0%).



Índice de Movimentação Econômica (Imec) – Salvador

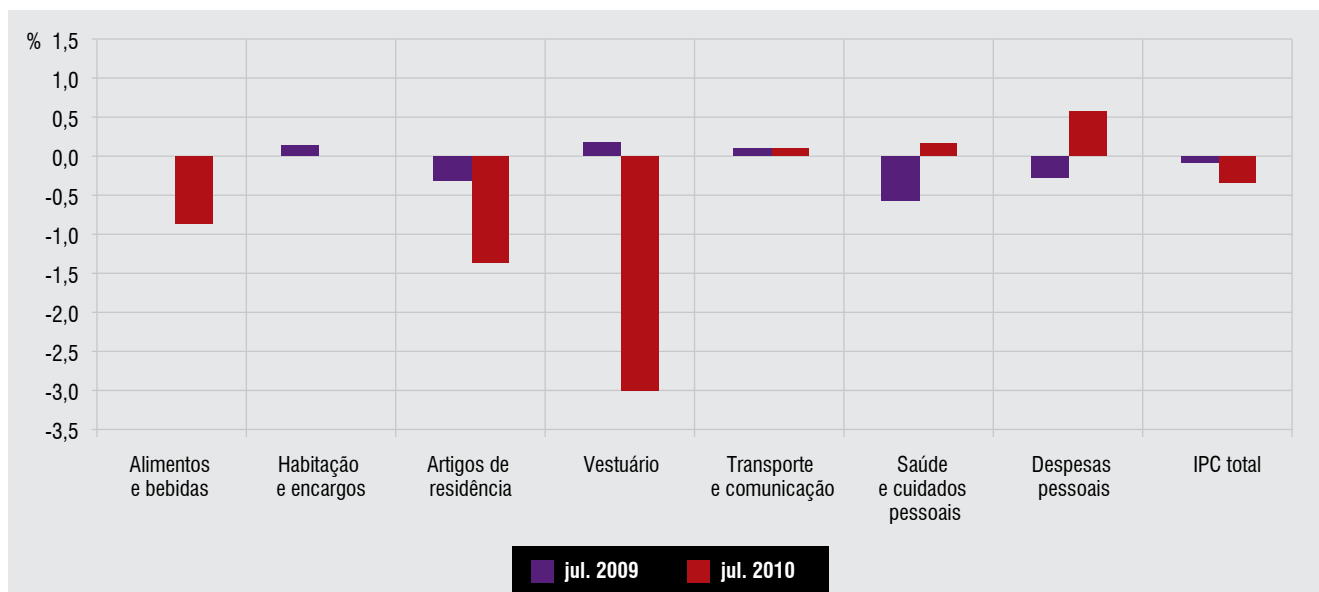
Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.



Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

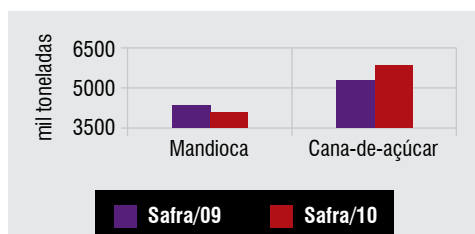
Em agosto de 2010, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, manteve-se praticamente estável (0,01%). No acumulado dos 12 meses, o índice apresentou variação positiva de 2,98%. Esse resultado reflete a alta nos preços de 150 produtos, dos 375 que compõem o IPC-SEI. Dentre eles, os produtos e/ou serviços que sofreram maior crescimento nos preços foram: camiseta, blusa e blusão femininos (4,00%), cerimônias familiares e religiosas (2,31%), sandália feminina (7,05%), condomínio (1,09%), refeição à *la carte* (1,11%), banana-prata (10,59%), laranja-pera (15,86%), carne bovina (chupa-molho) (3,96%), seguro voluntário de veículos (3,51%) e açúcar cristal (2,00%).



Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

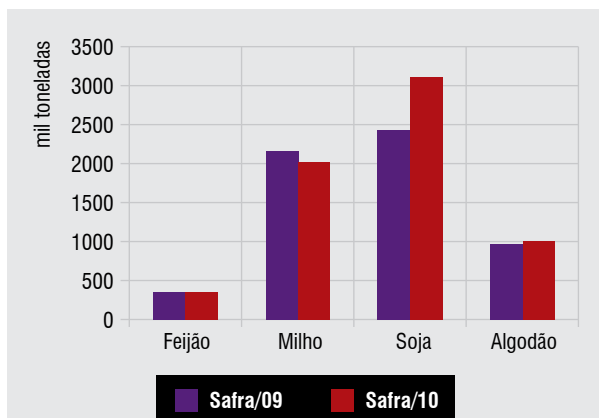
Os grupos *Habitação e encargos* (0,34%), *Alimentos e bebidas* (0,14%), *Vestuário* (0,40%) e *Transporte e comunicação* (0,04%) apresentaram, no mês de agosto, as maiores contribuições para a inflação em Salvador. Com relação a esses grupos, os subgrupos *Encargos e manutenção* (0,51%), *Alimentação fora do domicílio* (0,77%), *Calçados e outros apetrechos* (1,94%) e *Transporte* (0,05%) foram os que apresentaram os maiores acréscimos de preço no período.



Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia

Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Com as colheitas em andamento no estado, segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, em agosto de 2010 a produção de mandioca apresentou decréscimo de 6,5%, enquanto a de cana-de-açúcar figurou com incremento positivo da ordem de 10,9% em relação à safra 2009, decorrente da melhoria dos rendimentos físicos.

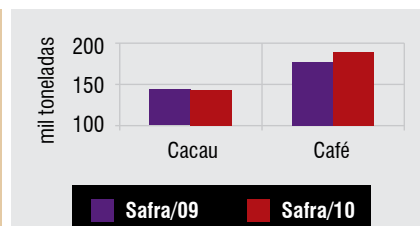


**Estimativa da produção agrícola:
feijão, milho, soja e algodão – Bahia**

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

O LSPA apresenta estimativas de crescimento para a produção das culturas de feijão, do algodão e da soja; em 2010, apenas a cultura do milho figurou arrefecimento. A safra de feijão apresenta incremento da produção, algo em torno de 2,0%, em relação à de 2009. As estimativas da produção de milho figuram com decréscimo de 6,1% em relação à safra anterior. Integrando o rol das mais importantes *commodities* agrícolas do estado, a soja e o algodão exibem crescimento da produção de 28,2% e 5,5%, respectivamente. A soja em função da elevação da produtividade (19,9%) e da área cultivada (6,9%). O algodão também em função do incremento da produtividade (14,3%), porém atenuada pela redução da área cultivada (-7,7%).

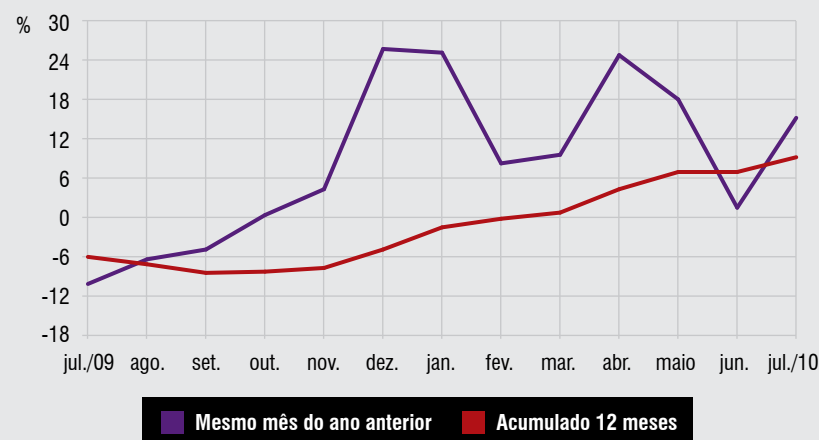
As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agropecuária baiana, cacau e café, apresentam trajetórias divergentes para 2010. Concerne ao cacau, em fase de colheita, constata-se um declínio da produção de apenas -0,3%, causado pelo arrefecimento apresentado na variação da taxa da área cultivada. Relativo ao café, em fase de entressafra, as estimativas apontam para um bom crescimento da produção desse grão (7,1%) em 2010.



**Estimativa da produção agrícola:
cacau e café – Bahia**

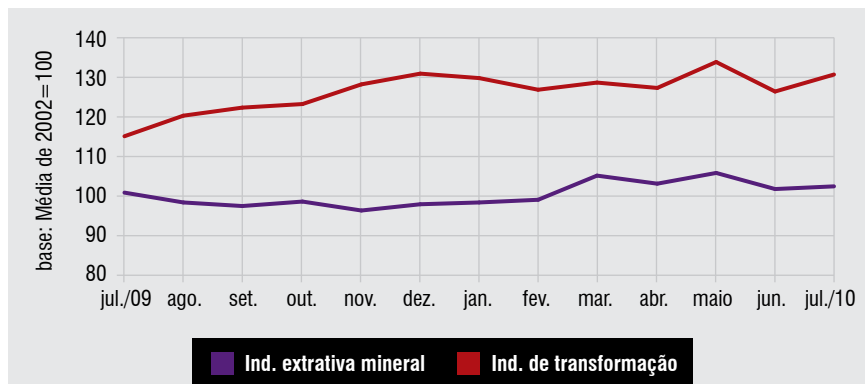
Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

A indústria de transformação baiana registrou, em julho de 2010, crescimento de 15,1% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O indicador acumula nos últimos 12 meses acréscimo de 9,2%, crescendo significativamente as expectativas iniciais quanto à expansão da atividade industrial no estado. Conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM–IBGE), no que se refere aos setores, os de *Refino de petróleo e produção de álcool* (63,2%), em razão da maior produção de óleo diesel e nafta para petroquímica, *Celulose e papel* (23,2%), em razão do aumento na produção de celulose, e *Alimentos e bebidas* (10,9%), decorrente do acréscimo na produção de leite em pó e refrigerantes, foram os que mais contribuíram para o resultado positivo em julho.



**Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia**

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

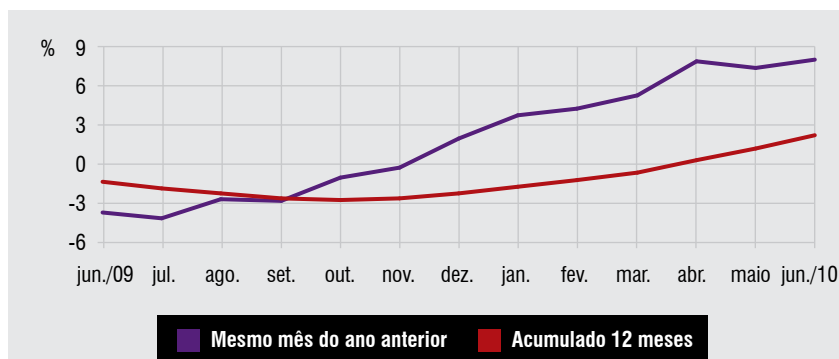


Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral – Bahia

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

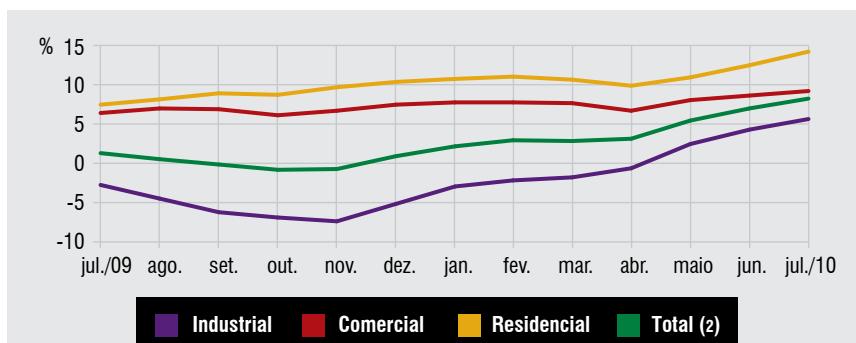
A análise da indústria de transformação, em julho de 2010, eliminando-se influências sazonais, aponta acréscimo de 3,5% na comparação com o mês de junho do mesmo ano. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pelo crescimento de 7,5% apresentado pelo ramo de *Refino de petróleo*, que tem forte participação neste setor. Os demais setores que apresentaram expansão registraram as seguintes taxas: *Metalurgia básica* (16,1%), *Produtos químicos* (2,1%), *Celulose e papel* (1,8%), *Alimentos e bebidas* (0,6%), *Minerais não metálicos* (0,7%) e *Veículos automotores* (2,6%). A indústria extrativa também apresentou crescimento (0,8%) na mesma análise.

Em junho de 2010, a indústria baiana de transformação teve acréscimo de 8,0% no nível de emprego, quando comparada ao mesmo mês de 2009, contribuindo para o acréscimo de 2,2% no acumulado dos últimos 12 meses. Vale destacar os segmentos que contribuíram para a expansão do emprego industrial no primeiro semestre de 2010: *Calçados e couro* (18,8%), *Alimentos e bebidas* (7,1%), *Produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos* (13,2%), *Madeira* (12,6%), *Máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações* (7,4%), *Borracha e plástico* (5,6%) e *Fabricação de outros produtos da indústria de transformação* (16,8%).



Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação Bahia

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.



Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) - Bahia

Fonte: Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

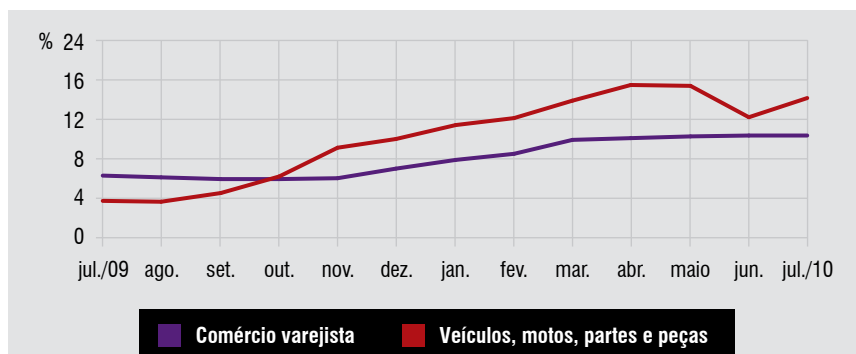
(1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.

O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de julho de 2010, acréscimo de 10,2% em relação ao mesmo mês de 2009. No acumulado dos últimos 12 meses, o consumo de energia elétrica registrou acréscimo de 9,2%. Dentre os principais setores de consumo, industrial, comercial e residencial, na mesma base de comparação, todos apresentaram expansão com taxas de 5,5%, 9,2% e 14,1%, respectivamente.

No mês de julho de 2010, a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-IBGE) registrou crescimento de 8,4% no volume de vendas do varejo baiano, comparado a igual mês do ano passado. Os constantes resultados apresentados ao longo dos últimos 12 meses resultaram numa trajetória de crescimento de 10,3%. Para o segmento de *Veículos, motos e peças*, a variação no mês de julho de 2010 foi de 16,7%, acumulando nos últimos 12 meses a taxa de 14,1%.

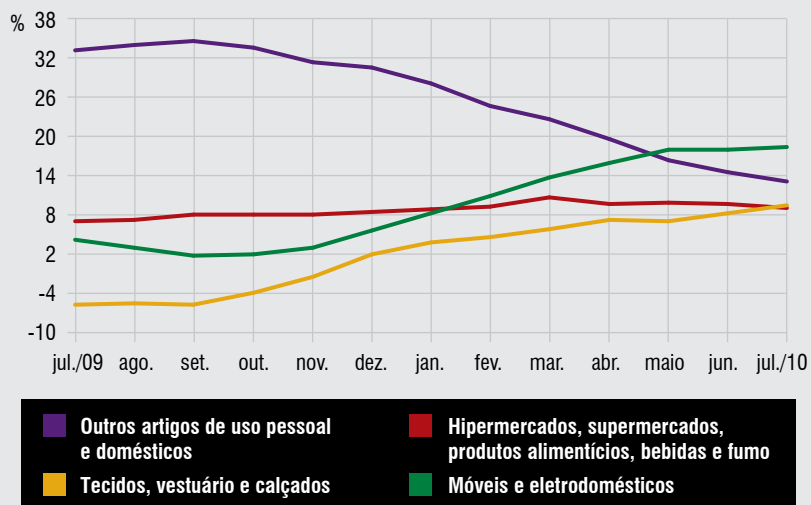


Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) - Bahia

Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado nos últimos 12 meses.



De janeiro até julho, os segmentos de destaque foram *Hipermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (9,2%) e *Móveis e eletrodomésticos* (22,7%). No acumulado dos 12 meses, esses ramos apresentaram taxas positivas de 9,1% e 18,3%, respectivamente. O segmento de *Tecidos, vestuário e calçados* (9,5%) também registrou crescimento nas vendas nesse mesmo período.

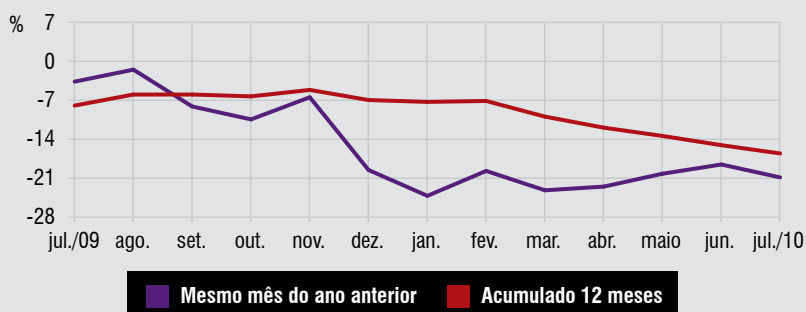
Taxa de variação do volume de vendas no varejo (1): principais segmentos – Bahia

Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

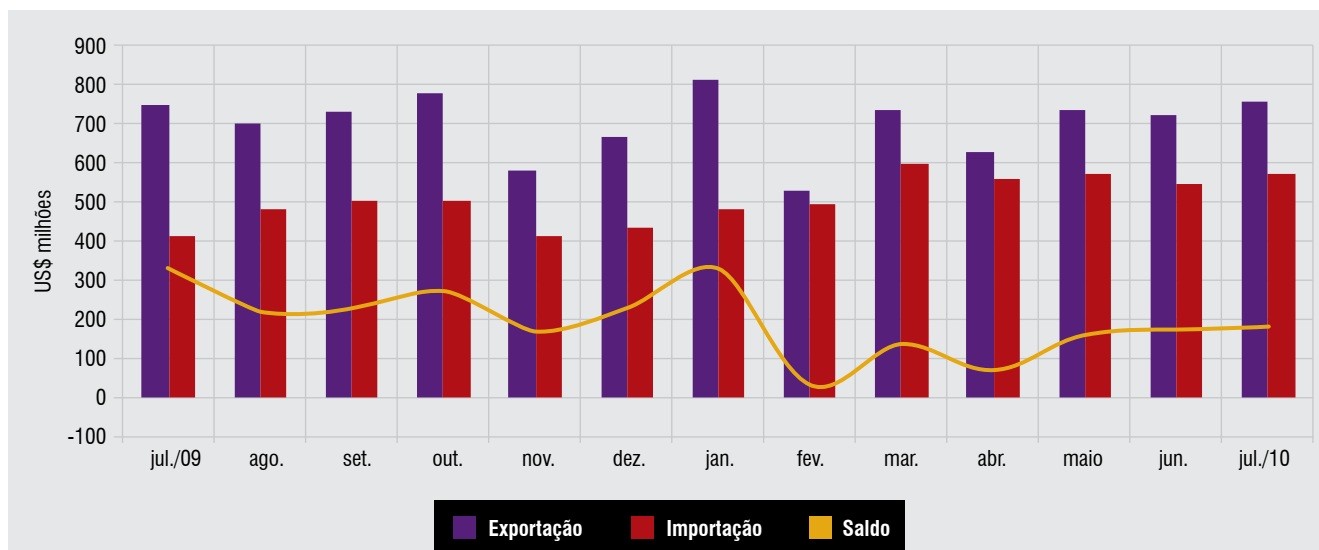
Com base nos dados divulgados pelo Bacen, em julho de 2010 foram emitidos 239 mil cheques sem fundos na Bahia, representando decréscimo de 20,8% na comparação com o mesmo mês de 2009. As taxas negativas registradas ao longo do período determinaram a trajetória de retração também no acumulado dos 12 meses. Desde o mês de março de 2007, tem-se verificado taxas negativas no acumulado dos 12 meses, culminando com o percentual de 16,5% em julho de 2010.



Quantidade de cheques sem fundos – Bahia

Fonte: Bacen.

Elaboração: SEI/CAC.

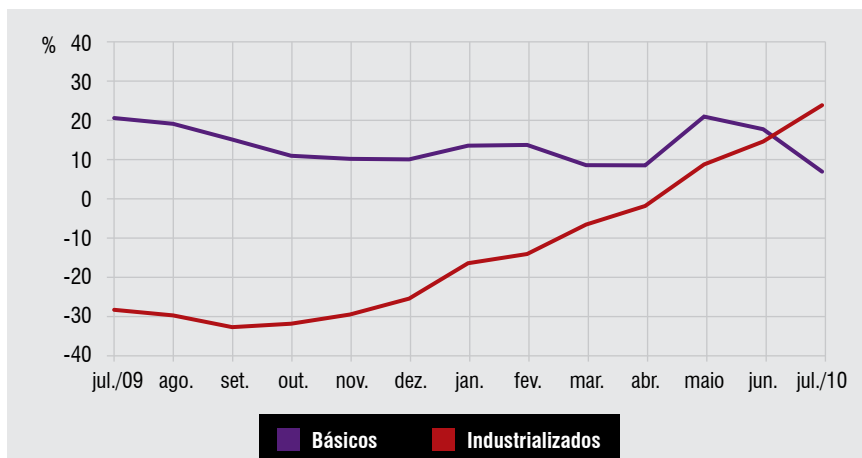


Balança comercial – Bahia

Fonte: Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

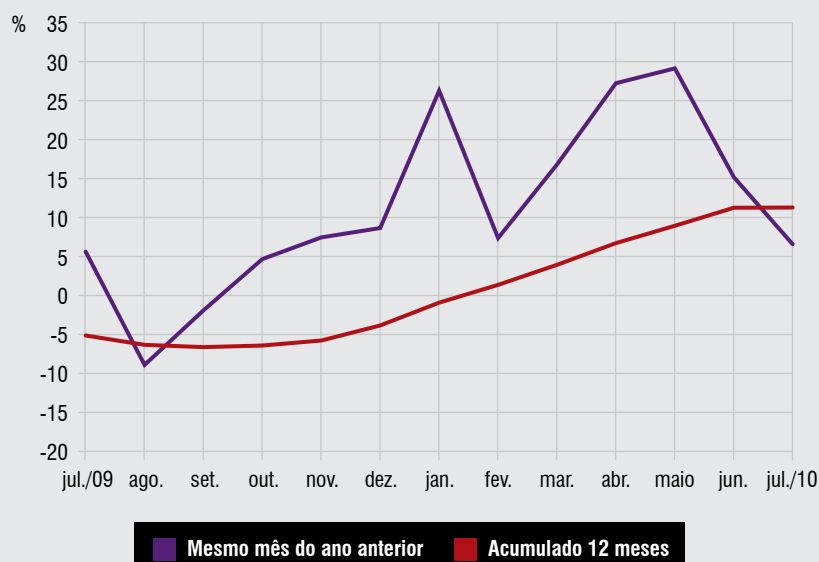
Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações baianas somaram, em julho de 2010, US\$ 752 milhões, e as importações, US\$ 569 milhões, resultando num superávit mensal de US\$ 183 milhões. Confrontando julho de 2010 com o mesmo mês do ano anterior, as exportações apontam expansão tímida de apenas 1,0%, e as importações, no referido mês, registraram variação nominal de 37,8% em relação a 2009.

As exportações por fator agregado, na comparação julho de 2010 em relação a julho de 2009, registraram decréscimos nas vendas de produtos básicos (21,0%) e expansão nas vendas de produtos industrializados (11,7%). No acumulado dos 12 meses, tanto as exportações dos básicos (6,9%) como os industrializados (23,8%) apresentaram crescimento. Desde agosto de 2007, os dados demonstram que as exportações de produtos básicos estão crescendo mais expressivamente em relação aos produtos industrializados, logo no mês de julho de 2010 a maior variação foi nos industrializados.



Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado (1) – Bahia

Fonte: Secex.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado 12 meses.

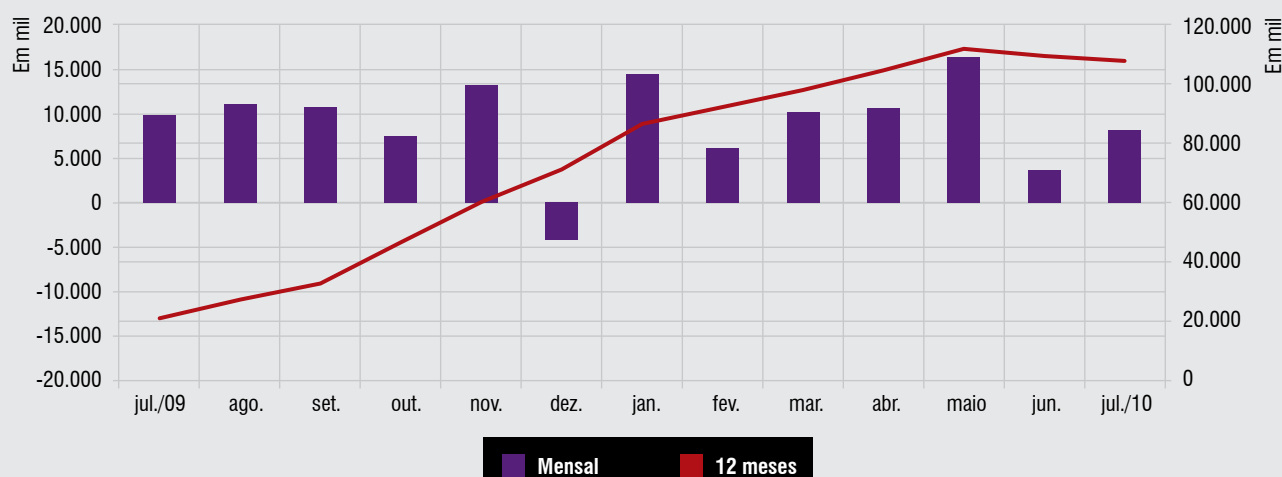


A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, em julho de 2010, variação real de 6,6% na comparação com o mesmo mês de 2009, acumulando no ano expansão real de 18,4%. Nesse mês, a arrecadação foi de R\$ 856,8 milhões. A recuperação da arrecadação verificada no estado nos últimos 12 meses (11,3%) é evidente, segundo dados divulgados pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz).

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes – Bahia

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Deflator IGP-DI.

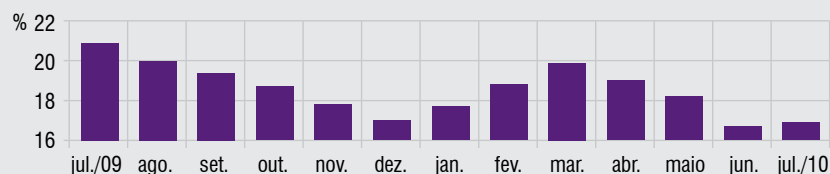
De acordo com dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em julho de 2010 o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia apontou crescimento (8.137 postos de trabalho). Esse foi o sétimo dado positivo no ano. Com o resultado de julho, o saldo de postos de trabalho nos 12 meses apontou aceleração no ritmo de crescimento, acumulando 107.751 postos de trabalho.



Geração de empregos celetistas (1) na Bahia

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Saldo de empregos (admissões – demissões).

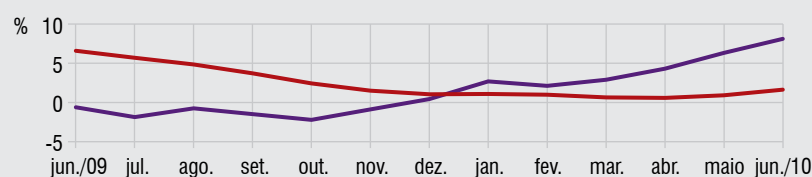
Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de Salvador, em julho de 2010 cerca de 316 mil pessoas estavam desempregadas, ou seja, 16,9% da população economicamente ativa (PEA). Cotejando-se com junho de 2010 verificou-se elevação de 1,0%, e com relação a julho de 2009, observou-se retração de 17,5%. O crescimento da PEA e a redução do nível de ocupação no período explicam esse desempenho.



Taxa de desemprego total – RMS

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).
Elaboração: SEI/CAC.

O rendimento médio real dos ocupados no mês de junho de 2010 (R\$ 1.085,00), em comparação ao mesmo mês de 2009 (R\$ 1.003,00), apresentou aumento de 8,1%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS). Quanto à massa de rendimento médio real dos ocupados, verificou-se progresso de 1,8%, em razão da queda dos rendimentos e do nível de emprego no período.



Taxa de variação do rendimento médio real (1) – RMS

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Ocupados no trabalho principal.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de preços

Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (1) – Salvador – ago. 2010						
Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	Ago. 2009	Ago. 2010	No ano (2)	Últimos 12 meses (3)	Jun. 2007=100	Jun. 1994=100
Alimentos e bebidas	-0,11	0,14	3,45	3,78	123,09	301,37
Habituação e encargos	1,46	0,34	5,07	5,66	119,26	817,68
Artigos de residência	0,40	-0,63	-3,81	-5,64	90,40	208,01
Vestuário	0,78	0,40	-0,87	1,08	106,75	191,36
Transporte e comunicação	1,12	0,04	1,87	1,74	106,65	764,68
Saúde e cuidados pessoais	0,06	-0,17	1,47	1,71	116,00	388,82
Despesas pessoais	-0,28	-0,22	5,47	6,16	119,95	473,18
Geral	0,45	0,01	2,68	2,98	114,07	383,46

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Pesquisa nacional da cesta básica Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – ago. 2010					
Capitais	Valor da	Variação	Variação acumulada (%)		Porcentagem do
	cesta (R\$)	no mês (1) (%)	No ano (2)	12 meses (3)	salário mínimo
Aracaju	174,96	-3,36	3,42	4,11	37,29
Belém	207,97	-3,41	1,79	2,60	44,32
Belo Horizonte	213,81	-1,91	-0,07	0,14	45,57
Brasília	213,98	-3,25	-3,71	-1,51	45,61
Curitiba	214,57	-0,71	1,28	1,47	45,73
Florianópolis	221,24	-0,08	4,90	2,18	47,15
Fortaleza	179,50	-1,23	1,44	1,66	38,26
Goiânia	213,97	-0,49	12,08	8,79	45,60
João Pessoa	183,31	-4,11	7,43	2,91	39,07
Natal	195,58	-6,39	5,12	0,76	41,68
Porto Alegre	240,91	1,36	1,40	0,94	51,34
Recife	188,22	-6,28	9,87	1,03	40,12
Rio de Janeiro	211,88	-0,57	-0,69	-0,87	45,16
Salvador	192,69	-4,99	5,21	0,82	41,07
São Paulo	235,65	-1,56	3,27	4,41	50,22
Vitória	217,96	-1,94	-0,52	-2,30	46,45
Manaus	226,26	-2,89	4,78	3,84	48,22

Fonte: Dieese.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2009/2010

Produtos do LSPA (1)	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2009 (2)	2010 (3)	Variação(%)	2009 (2)	2010 (3)	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi (4)	148.219	158.243	6,8	24.479	26.609	8,7
Algodão herbáceo	961.895	1.014.341	5,5	3.167	3.797	19,9
Alho	5.144	6.336	23,2	7.782	7.910	1,6
Amendoim	7.212	8.196	13,6	1.031	1.040	0,9
Arroz total	58089	33.463	-42,4	1.768	1.805	2,1
Arroz sequeiro	53.843	30.815	-42,8	1.683	1.719	2,1
Arroz irrigado	3.859	2.648	-31,4	2.104	4.313	105,0
Batata-inglesa	290680	302.472	4,1	37.692	37.798	0,3
Cana-de-açúcar	5.262.828	5.835.480	10,9	57.392	57.352	-0,1
Cebola	224.961	188.622	-16,2	23.056	20.895	-9,4
Feijão total	341.989	349.173	2,1	617	619	0,4
Feijão 1ª safra	113105	102.315	-9,5	530	422	-20,4
Sequeiro	41.032	43.459	5,9	606	520	-14,2
Irrigado	12.771	6.979	-45,4	3.376	2.896	-14,2
Caupi	59.302	51.877	-12,5	401	331	-17,5
Feijão 2ª safra	228884	246.858	7,9	671	768	14,5
Sequeiro	181.852	190.617	4,8	591	683	15,5
Irrigado	38.420	41.355	7,6	2.690	2.451	-8,9
Caupi	8.612	14.886	72,9	456	588	28,9
Fumo	4.581	3.977	-13,2	932	946	1,5
Girassol	-	4.775	0,0	-	1.325	0,0
Mamona	66.860	83.058	24,2	579	782	35,1
Mandioca	4.345.034	4.064.474	-6,5	13.072	12.981	-0,7
Milho total	2.157.719	2.025.633	-6,1	2.841	2.829	-0,4
Milho 1ª safra	1644839	1.453.172	-11,7	4.049	3.907	-3,5
Sequeiro	1.470.551	1.282.598	-12,8	3.807	3.649	-4,2
Irrigado	174.288	170.574	-2,1	8.736	8.348	-4,4
Milho 2ª safra	512880	572.461	11,6	1.451	1.664	14,7
Sequeiro	511.610	571.466	11,7	1.450	1.663	14,7
Irrigado	1.270	995	-21,7	2.367	2.689	13,6
Soja	2.426.298	3.110.635	28,2	2.552	3.060	19,9
Sorgo granífero	103.312	108.903	5,4	1.320	1.305	-1,1
Tomate	315.430	280.298	-11,1	47.121	41.879	-11,1
Lavouras permanentes						
Banana (5)	1.425.991	1.367.957	-4,1	15.282	14.673	-4,0
Cacau	143.252	142.892	-0,3	259	266	2,7
Café	176.851	189.434	7,1	1.141	1.157	1,4
Castanha-de-cajú	5.273	5.414	2,7	207	208	0,5
Coco-da-baía (4)	467.080	523.618	12,1	7.503	6.857	-8,6
Guaraná	2.707	2.727	0,7	408	409	0,2
Laranja (5)	906.965	955.005	5,3	16.267	16.264	0,0
Mamão (5)	-	736.624	-	-	49.017	0,0
Pimenta-do-reino	4.004	3.996	-0,2	2.291	2.237	-2,4
Sisal	268.823	279.371	3,9	1.034	1.030	-0,4
Uva	90.508	78.593	-13,2	24.304	22.245	-8,5

Fonte: IBGE/GCEA-PAM-LSPA.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2008.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro de 2009.

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA) para o LSPA, agosto de 2010 (dados sujeitos a retificação).

(4) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(5) Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare. Desconsiderar variação percentual.

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos – Bahia – 2009/2010								
Produtos do LSPA (1)	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) (4)	
	2009 (2)	2010 (3)	Variação (%)	2009 (2)	2010 (3)	Variação (%)	2009 (2)	2010 (3)
Lavouras temporárias								
Abacaxi	9.521	9.206	-3,3	6.055	5.947	-1,8	3.466	3.259
Algodão herbáceo	289.758	267.154	-7,8	289.483	267.154	-7,7	275	0
Alho	661	801	21,2	661	801	21,2	0	0
Amendoim	6.993	7.882	12,7	6.993	7.882	12,7	0	0
Arroz total	32.855	18.535	-43,6	32.855	18.535	-43,6	0	0
Arroz sequeiro	31.664	17.921	-43,4	31.990	17.921	-44,0	-326	0
Arroz irrigado	1.190,8	614	-48,4	1.203	614	-49,0	-12	0
Batata-inglesa	7.712	8.005	3,8	7.712	8.005	3,8	0	0
Cana-de-açúcar	96.693	102.920	6,4	90.574	101.749	12,3	6.119	1.171
Cebola	9.757	9.027	-7,5	9.575	9.027	-5,7	182	0
Feijão total	615.839	594.929	-3,4	554.321	563.789	1,7	61.518	31.140
Feijão 1ª safra	270.127,0	273.630	1,3	213.569	242.490	13,5	56.558	31.140
Sequeiro	112.715,9	110.463	-2,0	67.737	83.528	23,3	44.979	26.935
Irrigado	3.706,5	2.410	-35,0	3.783	2.410	-36,3	-76	0
Caupi	153.704,6	160.757	4,6	147.857	156.552	5,9	5.847	4.205
Feijão 2ª safra	345.712	321.299	-7,1	340.752	321.299	-5,7	4.960	0
Sequeiro	311.707	279.109	-10,5	307.584	279.109	-9,3	4.123	0
Irrigado	14.280	16.872	18,2	14.284	16.872	18,1	-4	0
Caupi	19.725	25.318	28,4	18.884	25.318	34,1	841	0
Fumo	4.914	4.205	-14,4	4.914	4.205	-14,4	0	0
Girassol	0	3.603	0,0	0	3.603	0,0	0	0
Mamona	120.514	106.219	-11,9	115.571	106.203	-8,1	4.943	16
Mandioca	342.023	385.263	12,6	332.395	313.104	-5,8	9.628	72.159
Milho total	890.378	780.502	-12,3	759.603	715.907	-5,8	130.775	64.595
Milho 1ª safra	531.694	436.501	-17,9	406.219	371.906	-8,4	125.475	64.595
Sequeiro	511.661	416.069	-18,7	386.268	351.474	-9,0	125.393	64.595
Irrigado	20.033	20.432	2,0	19.951	20.432	2,4	82	0
Milho 2ª safra	358.684	344.001	-4,1	353.384	344.001	-2,7	5.300	0
Sequeiro	358.147	343.631	-4,1	352.847	343.631	-2,6	5.300	0
Irrigado	537	370	-31,0	537	370	-31,0	0	0
Soja	950.920	1.016.550	6,9	950.920	1.016.550	6,9	0	0
Sorgo granífero	87.110	83.429	-4,2	78.249	83.429	6,6	8.861	0
Tomate	6.694	6.693	0,0	6.694	6.693	0,0	0	0
Lavouras permanentes								
Banana	98.410	95.115	-3,3	93.314	93.231	-0,1	5.096	1.884
Cacau	556.801	563.526	1,2	552.302	537.028	-2,8	4.499	26.498
Café	163.017	172.863	6,0	155.047	163.769	5,6	7.970	9.094
Castanha-de-cajú	25.703	26.266	2,2	25.460	26.020	2,2	243	246
Coco-da-baía	80.957	81.334	0,5	80.269	76.362	-4,9	688	4.972
Guaraná	6.634	6.661	0,4	6.634	6.661	0,4	0	0
Laranja	69.811	71.876	3,0	55.755	58.720	5,3	14.056	13.156
Mamão	0	15.050	0,0	0	15.028	0,0	0	0
Pimenta-do-reino	1.836	1.786	-2,7	1.748	1.786	2,2	88	0
Sisal	282.385	271.576	-3,8	260.044	271.236	4,3	22.341	340
Uva	3.724	3.533	-5,1	3.724	3.533	-5,1	0	0

Fonte: IBGE/GCEA-PAM-LSPA.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2008.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro de 2009.

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA) para o LSPA, agosto de 2010 (dados sujeitos a retificação).

(4) Equivale à área plantada menos a área colhida.

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – jul. 2010

(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)	Acumulado 12 meses (3)
Indústria geral	14,4	13,8	8,8
Extrativa mineral	1,3	6,8	2,5
Indústria de transformação	15,1	14,1	9,2
Alimentos e bebidas	10,9	8,5	5,1
Celulose, papel e produtos de papel	23,2	5,5	3,4
Refino de petróleo e álcool	63,2	42,2	21,9
Produtos químicos	-7,8	3,5	5,7
Borracha e plástico	10,0	6,5	1,2
Minerais não metálicos	7,2	16,3	13,7
Metalurgia básica	12,8	16,2	3,7
Veículos automotores	110,4	19,9	22,5

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – jul. 2009-jul. 2010

(%)

Períodos	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)	Acumulado 12 meses (3)
Julho 2009	-10,1	-10,3	-6,0
Agosto	-6,3	-9,8	-7,1
Setembro	-4,8	-9,2	-8,4
Outubro	0,3	-8,3	-8,3
Novembro	4,4	-7,2	-7,8
Dezembro	24,1	-4,8	-4,8
Janeiro	25,0	25,1	-1,6
Fevereiro	8,2	16,4	-0,1
Março	9,6	14,0	0,8
Abril	24,7	16,5	4,4
Maio	18,0	16,8	7,0
Junho	1,5	14,0	6,9
Julho 2010	15,1	14,1	9,2

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – jul. 2010				
				(%)
Classes	No mês (3)	Mensal (4)	Acumulado no ano (5)	Acumulado 12 meses (6)
Rural/irrigação	7,2	16,1	16,7	9,4
Residencial	-4,0	22,4	13,8	14,1
Industrial (1)	-0,7	5,6	8,4	5,5
Comercial	-9,4	8,8	8,1	9,2
Utilidades públicas (2)	-3,2	2,2	2,0	3,4
Setor público	-14,4	9,7	10,0	11,2
Concessionária	-3,2	-4,8	-1,6	-1,2
Total	-2,7	10,2	9,6	8,2

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(4) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(6) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Serviços

Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – jul. 2010			
			(%)
Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio varejista	8,4	11,1	10,3
Combustíveis e lubrificantes	5,2	5,4	3,6
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	7,3	9,2	9,1
Hipermercados e supermercados	6,1	8,7	8,2
Tecidos, vestuário e calçados	15,1	10,2	9,5
Móveis e eletrodomésticos	10,6	22,7	18,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	10,7	12,6	12,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	-11,8	4,5	6,7
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	16,6	26,2	10,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	10,6	5,5	13,0
Veículos, motos e peças	16,7	12,6	14,1
Material de construção	11,8	19,5	11,8

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Total de cheques compensados – Bahia – jul. 2009-jul. 2010

(%)

Períodos	Quantidade			Valor (R\$)		
	No mês (1)	Mensal (2)	Acum. ano (3)	No mês (1)	Mensal (2)	Acum. ano (3)
Julho 2009	-0,1	-7,9	-11,7	1,1	-1,7	-2,2
Agosto	-2,0	-3,2	-10,7	-2,6	1,9	-1,7
Setembro	-3,4	-15,7	-11,3	0,2	-6,6	-2,2
Outubro	4,3	-9,1	-11,1	7,3	-3,0	-2,3
Novembro	-3,3	0,7	-10,1	-5,2	8,7	-1,4
Dezembro	4,3	-11,0	-10,2	7,5	0,5	-1,2
Janeiro	-11,2	-11,9	-11,9	-10,5	-0,2	-0,2
Fevereiro	-6,4	-5,1	-8,7	0,0	13,8	6,3
Março	21,2	-4,5	-7,2	-6,3	-11,5	-0,1
Abril	-11,8	-7,1	-7,2	9,9	6,5	1,5
Maiο	2,9	1,6	-5,6	2,5	12,3	3,6
Junho	-2,8	-11,5	-6,6	-2,3	-0,2	3,0
Julho 2010	0,0	-11,4	-7,3	3,0	1,6	2,7

Fonte: Banco Central do Brasil.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Exportações, principais segmento – Bahia – jan.-jul. 2009/2010

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)
	2009	2010		
Químicos e petroquímicos	660.734	1.048.155	58,63	871,02
Papel e celulose	743.655	986.233	32,62	819,57
Petróleo e derivados	295.413	788.076	166,77	654,90
Soja e derivados	528.340	516.091	-2,32	428,87
Metalúrgicos	337.744	310.370	-8,10	257,92
Automotivo	200.464	264.008	31,70	219,39
Minerais	132.820	170.381	28,28	141,59
Cacau e derivados	125.980	165.269	31,19	137,34
Borracha e suas obras	102.593	126.239	23,05	104,91
Algodão e seus subprodutos	92.703	80.196	-13,49	66,64
Café e especiarias	65.915	70.997	7,71	59,00
Couros e peles	44.381	62.978	41,90	52,34
Calçados e suas partes	43.153	54.145	25,47	44,99
Máqs., apars. e mat. elétricos	26.776	44.220	65,15	36,75
Sisal e derivados	43.601	36.632	-15,98	30,44
Frutas e suas preparações	22.417	36.106	61,07	30,00
Fumo e derivados	7.463	8.202	9,90	6,82
Móveis e semelhantes	7.526	7.056	-6,25	5,86
Demais segmentos	86.218	120.336	39,57	100,00
Total	3.567.896	4.895.690	37,22	4.068,35

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 10/8/2010

Elaboração: SEI.

Exportações, principais países – Bahia – jan.-jul. 2009/2010							
Países	Peso (Ton.)		Var. (%)	(US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)
	2009	2010		2009	2010		
Estados Unidos	519.328	971.890	87,14	469.448	820.734	74,83	2.205.382,43
China	1.113.425	1.139.343	2,33	641.256	752.381	17,33	2.021.712,07
Argentina	227.444	391.725	72,23	387.568	562.035	45,02	1.510.236,10
Países Baixos	598.421	586.493	-1,99	282.655	387.223	36,99	1.040.501,31
Antilhas Holandesas	483.388	569.340	17,78	122.665	256.117	108,79	688.208,28
Alemanha	369.873	326.847	-11,63	176.252	191.666	8,75	515.022,93
Itália	287.044	190.949	-33,48	147.153	154.472	4,97	415.079,47
México	37.540	95.380	154,08	88.281	151.912	72,08	408.200,53
Coreia do Sul	176.314	119.336	-32,32	114.432	135.399	18,32	363.828,69
Bélgica	224.136	246.393	9,93	115.117	132.650	15,23	356.441,89
Demais países	1.423.260	1.687.937	18,60	1.023.069	1.351.101	32,06	3.630.523,90
Total	5.460.173	6.325.633	15,85	3.567.896	4.895.690	37,22	13.155.137,60

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 10/8/2010.

Elaboração: SEI.

Exportações, por fator agregado – Bahia – jan.-jul. 2009/2010					(Valores em US\$ 1000 FOB)	
Discriminação	2009	2010	Var. (%)	Part. (%)		
A – Básicos	804.892	862.070	7,10	17,61		
B – Produtos industrializados	2.719.247	3.957.971	45,55	80,85		
Semimanufaturados	1.220.522	1.450.757	18,86	29,63		
Manufaturados	1.498.725	2.507.214	67,29	51,21		
C – Operações especiais	43.757	75.649	72,88	1,55		
Total A+B+C	3.567.896	4.895.690	37,22	100,00		

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 10/8/2010.

Elaboração: SEI.

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-jul. 2010

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	10 anos Números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (PEA/PIÁ)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2009	1.825	139,1	1.471	140,6	354	133,1	1.273	139,0	58,9	19,4	3.580
Fevereiro	1.823	138,9	1.469	140,4	354	133,1	1.283	140,1	58,7	19,4	3.587
Março	1.827	139,3	1.460	139,6	367	138,0	1.285	140,3	58,7	20,1	3.593
Abril	1.834	122,5	1.458	132,7	376	94,5	1.285	134,1	58,8	20,5	3.599
Mai	1.832	122,4	1.436	130,7	396	99,5	1.294	135,1	58,6	21,6	3.605
Junho	1.836	122,6	1.445	131,5	391	98,2	1.297	135,4	58,6	21,3	3.612
Julho	1.834	122,5	1.451	132,0	383	96,2	1.306	136,3	58,4	20,9	3.618
Agosto	1.835	122,6	1.468	133,6	367	92,2	1.312	137,0	58,3	20,0	3.624
Setembro	1.836	122,6	1.480	134,7	356	89,4	1.318	137,6	58,2	19,4	3.631
Outubro	1.846	123,3	1.501	136,6	345	86,7	1.315	137,3	58,4	18,7	3.637
Novembro	1.847	123,4	1.518	138,1	329	82,7	1.321	137,9	58,3	17,8	3.643
Dezembro	1.858	124,1	1.542	140,3	316	79,4	1.318	137,6	58,5	17,0	3.650
Janeiro 2010	1.849	123,5	1.522	138,5	327	82,2	1.333	139,1	58,1	17,7	3.656
Fevereiro	1.866	124,6	1.515	137,9	351	88,2	1.324	138,2	58,5	18,8	3.663
Março	1.867	124,7	1.495	136,0	372	93,5	1.330	138,8	58,4	19,9	3.669
Abril	1.871	125,0	1.516	137,9	355	89,2	1.333	139,1	58,4	19,0	3.676
Mai	1.853	123,8	1.516	137,9	337	84,7	1.358	141,8	57,7	18,2	3.682
Junho	1.873	125,1	1.560	141,9	313	78,6	1.345	140,4	58,2	16,7	3.688
Julho	1.867	124,7	1.551	141,1	316	79,4	1.358	141,8	57,9	16,9	3.695
Variação mensal jul. 2010/jun. 2010		-0,3		-0,6		1,0		1,0	-0,5	1,2	
Variação no ano jul. 2010/dez. 2009		0,5		0,6		0,0		3,0	-1,0	-0,6	
Variação anual jul. 2010/jul. 2009		1.8		6.9		-17,5		4.0	-0.9	-19.1	

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1.000 pessoas. A partir de janeiro/2007 as projeções da população total e da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados definitivos do Censo 2000.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Taxas de desemprego, por tipo
Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-jul. 2010

Em porcentagem

Trimestres	Taxas de desemprego, por tipo										
	Região Metropolitana de Salvador (RMS)					Município de Salvador			Demais municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2009	19,4	11,5	7,8	5,4	2,5	18,0	10,9	7,1	24,5	13,9	10,5
Fevereiro	19,4	11,5	7,9	5,2	2,6	17,8	11,0	6,9	25,2	13,7	11,5
Março	20,1	12,0	8,1	5,6	2,5	17,9	10,9	6,9	28,8	16,2	12,6
Abril	20,5	12,7	7,8	5,5	2,3	18,2	11,5	6,7	29,4	17,4	11,9
Maio	21,6	13,6	8,1	5,6	2,4	19,2	12,1	7,2	30,6	19,2	11,4
Junho	21,3	13,9	7,5	5,1	2,3	19,3	12,6	6,7	28,9	18,6	10,2
Julho	20,9	13,3	7,6	5,4	2,2	18,9	12,1	6,9	28,4	17,9	10,5
Agosto	20,0	12,8	7,2	4,9	2,3	18,5	11,9	6,7	26,0	16,4	9,6
Setembro	19,4	12,0	7,4	5,1	2,3	18,4	11,2	7,2	23,9	15,4	8,5
Outubro	18,7	11,4	7,3	5,1	2,2	17,5	10,5	7,1	23,6	15,3	8,3
Novembro	17,8	11,0	6,8	4,9	1,9	16,3	9,8	6,6	23,7	15,9	7,9
Dezembro	17,0	10,6	6,4	4,5	1,9	15,4	9,4	6,0	22,9	15,1	7,9
Janeiro 2010	17,7	11,1	6,6	4,4	2,2	16,2	10,1	6,1	23,0	14,7	8,4
Fevereiro	18,8	11,6	7,2	4,9	2,4	17,6	10,7	6,9	23,3	14,8	8,5
Março	19,9	12,4	7,5	5,0	2,5	18,6	11,4	7,2	25,0	16,2	8,8
Abril	19,0	12,2	6,8	4,8	2,0	17,7	11,2	6,5	24,2	16,2	8,0
Maio	18,2	12,3	6,0	4,2	1,7	16,7	11,1	5,6	23,8	16,6	7,2
Junho	16,7	11,3	5,3	3,8	1,6	15,2	10,4	4,8	22,0	14,9	7,1
Julho	16,9	11,6	5,2	3,6	1,7	15,2	10,6	4,5	23,1	15,3	7,8
Variação mensal jul. 2010/jun. 2010	1,2	2,7	-1,9	-5,3	6,3	0,0	1,9	-6,3	5,0	2,7	9,9
Variação no ano jul. 2010/dez. 2009	-0,6	9,4	-18,8	-20,0	-10,5	-1,3	12,8	-25,0	0,9	1,3	-1,3
Variação anual jul. 2010/jul. 2009	-19,1	-12,8	-31,6	-33,3	-22,7	-19,6	-12,4	-34,8	-18,7	-14,5	-25,7

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-jul. 2010

(%)

Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção (1)	Serviços pessoais (2)	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2009	8,6	6,1	17,0	32,4	26,7	8,2	1,0
Fevereiro	9,0	6,2	16,6	32,7	26,1	8,5	0,9
Março	8,5	6,2	16,0	33,1	26,7	8,5	1,0
Abril	8,5	6,0	15,0	33,4	27,9	8,1	1,1
Maio	7,8	6,3	16,0	33,4	27,7	7,9	0,9
Junho	8,2	6,5	16,9	32,1	27,4	7,9	1,0
Julho	7,9	6,9	16,9	32,5	26,9	8,0	0,9
Agosto	7,9	6,5	16,8	32,8	27,1	7,9	1,0
Setembro	7,7	6,4	16,9	33,5	26,8	7,9	0,8
Outubro	8,0	6,5	16,7	33,1	27,2	7,4	1,1
Novembro	8,4	6,8	16,3	33,4	26,6	7,4	1,1
Dezembro	8,8	7,1	15,8	33,4	27,0	6,9	1,0
Janeiro 2010	8,8	7,0	16,3	33,0	27,2	6,7	1,0
Fevereiro	8,5	6,8	16,7	31,9	28,3	7,0	0,8
Março	8,2	6,9	16,4	32,1	28,1	7,3	1,0
Abril	7,9	6,9	16,7	33,1	26,7	7,7	1,0
Maio	8,2	7,1	17,1	33,6	25,5	7,8	0,7
Junho	8,2	7,0	17,4	33,8	25,3	7,5	0,8
Julho	8,5	7,2	16,3	34,0	25,8	7,4	0,8

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e financeiros; Comunicação; Diversão, radiodifusão e teledifusão; Comércio, administração de valores imobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza.

(2) Incluem Serviços pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços comunitários, Oficinas de reparação mecânica e Outros serviços.

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-jul. 2010

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/ carteira assin.	Assalariado priv. s/ carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/ público	Autônomo trab. p/ empresa			
Janeiro 2009	64,0	40,6	9,3	13,9	22,3	18,7	3,6	3,2	8,2	2,3
Fevereiro	64,2	41,0	9,4	13,8	22,5	19,3	3,2	2,9	8,5	1,9
Março	64,7	40,8	9,5	14,4	21,9	19,3	2,6	2,8	8,5	2,1
Abril	65,7	41,4	9,2	15,1	21,3	18,6	2,7	3	8,1	1,9
Maio	66,1	42,2	9,0	14,9	20,9	18,3	2,7	3	7,9	2,1
Junho	66,2	42,4	9,1	14,6	21,2	18,4	2,8	2,9	7,9	1,8
Julho	65,5	41,6	9,2	14,6	21,9	19,2	2,7	2,7	8,0	1,9
Agosto	65,4	41,8	9,0	14,5	22,1	19,3	2,7	2,6	7,9	2,0
Setembro	65,3	41,8	9,4	14,0	22,1	19,2	2,9	2,6	7,9	2,1
Outubro	65,7	42,0	9,5	14,2	22,1	19,0	3,0	2,7	7,4	2,1
Novembro	65,2	41,2	10,0	13,9	22,4	19,6	2,8	2,8	7,4	2,2
Dezembro	66,0	42,2	9,5	14,2	22,4	20,0	2,4	2,8	6,9	1,9
Janeiro 2010	66,3	43,2	9,2	13,8	22,1	19,8	2,3	2,8	6,7	2,1
Fevereiro	67,0	44,4	9,0	13,5	21,0	18,5	2,5	3,0	7,0	2,0
Março	66,9	44,2	9,4	13,3	20,6	18,0	2,6	3,2	7,3	2,0
Abril	66,7	44,4	9,0	13,3	20,2	17,7	2,5	3,4	7,7	2,0
Maio	67,0	44,5	8,5	13,8	20,1	17,7	2,4	3,2	7,8	1,9
Junho	67,2	45,1	8,1	14,0	19,4	16,8	2,6	3,2	7,5	2,7
Julho	67,6	44,8	8,5	14,4	19,4	16,8	2,6	3,0	7,4	2,6

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem *Trabalhadores familiares e Donos de negócios familiares*.

**Rendimento médio real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-jun. 2010**

(R\$)

Trimestres	Rendimento médio real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2009	1.013	103,2	1.121	103,2	730	109,9
Fevereiro	1.016	103,5	1.123	103,5	734	110,4
Março	1.046	106,5	1.149	105,8	740	111,3
Abril	1.035	105,4	1.138	104,8	723	108,8
Mai	1.033	105,3	1.134	104,4	707	106,4
Junho	1.003	102,2	1.121	103,3	705	106,1
Julho	997	101,6	1.107	101,9	716	107,8
Agosto	1.003	102,2	1.113	102,5	755	113,6
Setembro	1.007	102,6	1.113	102,5	726	109,2
Outubro	1.022	104,1	1.136	104,6	721	108,6
Novembro	1.037	105,7	1.157	106,5	723	108,9
Dezembro	1.034	105,3	1.144	105,4	730	109,9
Janeiro 2010	1.040	105,9	1.142	105,1	744	112,0
Fevereiro	1.037	105,7	1.134	104,5	740	111,4
Março	1.076	109,6	1.174	108,1	765	115,2
Abril	1.079	109,9	1.170	107,7	762	114,6
Mai	1.099	111,9	1.172	108,0	779	117,2
Junho	1.085	110,5	1.168	107,6	754	113,4
Variação mensal jun. 2010/maio 2010		-1,3		-0,3		-3,2
Variação no ano jun. 2010/dez. 2009		4,9		2,1		3,2
Variação anual jun. 2010/jun. 2009		8,1		4,2		7,0

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.)

(1) Exclui os *Assalariados* e os *Empregados domésticos assalariados* que não tiveram remuneração no mês, os *Trabalhadores familiares* sem remuneração salarial e os *Trabalhadores* que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.(2) Exclui os *Assalariados* que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de junho – 2010.

(4) Base: Média de 2000 = 100.

Rendimento real médio trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-jun. 2010

(R\$)

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados				
	Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2009	(2)	544	628	1.012	2.580
Fevereiro	(2)	549	635	993	2.521
Março	(2)	554	641	1.000	2.547
Abril	(2)	548	614	995	2.552
Maio	(2)	563	611	994	2.590
Junho	(2)	556	613	964	2.571
Julho	(2)	547	629	967	2.443
Agosto	(2)	534	649	989	2.392
Setembro	(2)	550	661	993	2.333
Outubro	(2)	556	668	996	2.427
Novembro	(2)	562	676	1.002	2.429
Dezembro	(2)	567	690	1.009	2.341
Janeiro 2010	(2)	582	693	1.013	2.337
Fevereiro	(2)	587	691	992	2.426
Março	(2)	582	681	997	2.609
Abril	(2)	579	665	1.001	2.669
Maio	(2)	573	656	1.010	2.758
Junho	(2)	570	654	1.017	2.679

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: índice de Preço ao Consumidor – SEI. Valores em reais de junho – 2010.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

**Rendimento real trimestral dos assalariados (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-jun. 2010**

Trimestres	Total	Assalariados no setor privado (1)						Assalariados do setor público (2)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação	Comércio	Serviços	Assinada	Não assinada	
Janeiro 2009	1.121	931	1.209	770	914	1.006	589	1.837
Fevereiro	1.123	918	1.192	745	910	985	607	1.865
Março	1.149	924	1.210	758	920	994	596	1.917
Abril	1.138	919	1.257	716	919	983	606	1.893
Maió	1.134	923	1.242	726	915	989	609	1.880
Junho	1.121	919	1.243	722	906	984	618	1.832
Julho	1.107	906	1.131	755	894	973	587	1.822
Agosto	1.113	916	1.237	761	894	986	600	1.856
Setembro	1.113	920	1.193	766	896	991	600	1.853
Outubro	1.136	943	1.254	770	924	1.018	627	1.878
Novembro	1.157	976	1.229	772	975	1.050	645	1.844
Dezembro	1.144	987	1.253	765	986	1.057	649	1.752
Janeiro 2010	1.142	988	1.264	765	988	1.060	615	1.771
Fevereiro	1.134	968	1.206	767	973	1.045	576	1.833
Março	1.174	970	1.263	788	964	1.046	559	2.068
Abril	1.170	971	1.249	793	962	1.047	553	2.005
Maió	1.172	962	1.236	811	934	1.031	556	2.050
Junho	1.168	983	1.202	815	983	1.046	623	1.903
Variação mensal jun. 2010/maio 2010	-0,3	2,2	-2,7	0,5	5,2	1,5	12,2	-7,1
Variação no ano jun. 2010/dez. 2009	2,1	-0,4	-4,1	6,6	-0,2	-1,0	-3,9	8,7
Variação anual jun. 2010/jun. 2009	4,2	6,9	-3,3	12,9	8,5	6,3	0,8	3,9

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em Reais de junho – 2010.

(2) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação etc.).

Nota: Excluídos os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Rendimento médio real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-jun. 2010

(R\$)

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados (2)					Assalariados (3)				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2009	212	436	630	1.065	2.129	436	472	713	1.260	2.205
Fevereiro	211	439	628	1.061	2.122	435	486	703	1.260	2.197
Março	229	466	626	1.147	2.100	435	486	687	1.255	2.301
Abril	250	485	626	1.147	2.091	485	486	683	1.251	2.189
Maio	239	484	624	1.042	2.086	484	485	688	1.251	2.293
Junho	208	482	619	1.042	2.080	482	484	705	1.247	2.281
Julho	238	482	622	1.040	2.076	482	484	725	1.245	2.252
Agosto	248	480	620	1.037	2.073	480	482	723	1.240	2.255
Setembro	257	480	620	1.037	2.068	480	482	723	1.239	2.169
Outubro	248	480	619	1.135	2.067	480	481	723	1.239	2.279
Novembro	247	479	620	1.198	2.145	479	495	724	1.340	2.371
Dezembro	258	479	618	1.236	2.143	479	515	757	1.339	2.334
Janeiro 2010	306	479	659	1.222	2.103	479	520	764	1.288	2.326
Fevereiro	304	514	662	1.145	2.066	479	519	759	1.236	2.266
Março	303	514	662	1.210	2.163	514	519	757	1.225	2.355
Abril	302	511	658	1.178	2.213	511	515	723	1.214	2.345
Maio	300	509	676	1.197	2.320	509	514	727	1.220	2.331
Junho	300	508	680	1.197	2.307	508	511	750	1.268	2.325
Variação mensal jun. 2010/maio 2010	-0,1	-0,2	0,7	0,0	-0,6	-0,2	-0,6	3,2	3,9	-0,3
Variação no ano jun. 2010/dez. 2009	16,5	6,1	10,0	-3,2	7,6	6,1	-0,8	-0,9	-5,4	-0,4
Variação anual jun. 2010/jun. 2009	43,9	5,4	9,8	14,9	10,9	5,4	5,5	6,4	1,6	1,9

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de junho – 2010.

(2) Exclusive os Assalariados e os Empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Flutuação mensal do emprego Bahia – jan. 2009-jul. 2010					
Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2009	71.170	7.258	22.683	14.524	28.099
Janeiro	-917	-1.018	906	-1.480	-256
Fevereiro	422	-277	-282	-421	945
Março	4.497	27	1.839	-425	2.042
Abril	3.917	-381	2.565	490	1.485
Maio	9.060	1.870	624	1.390	2.086
Junho	6.119	278	950	720	1.514
Julho	9.792	995	3.824	980	2.532
Agosto	11.085	2.491	3.780	2.281	4.343
Setembro	10.765	2.624	3.486	2.750	3.524
Outubro	7.443	2.117	1.932	2.592	2.834
Novembro	13.241	-224	4.549	4.647	5.953
Dezembro	-4.254	-1.244	-1.490	1.000	1.097
2010	69.471	12.810	21.932	4.275	16.559
Janeiro	14.424	2.418	4.029	1.578	3.972
Fevereiro	6.088	1.505	2.766	1.324	1.198
Março	10.226	3.146	4.348	-723	2.033
Abril	10.590	2.341	2.600	518	1.436
Maio	16.301	2.663	2.620	1.659	3.855
Junho	3.705	-343	1.184	775	961
Julho	8.137	1.080	4.385	-856	3.104
ago. 2009-jul. 2010	107.751	18.574	34.189	17.545	34.310

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do Estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

Flutuação mensal do emprego Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-jul. 2010					
Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2009	39.965	-258	15.199	5.159	19.750
Janeiro	-1.146	101	378	-1.179	-241
Fevereiro	-1.219	-649	-489	-359	333
Março	2.810	-620	1.529	-295	2.185
Abril	3.065	-371	2.173	222	1.134
Maio	1.970	-152	238	348	1.471
Junho	1.474	-258	163	425	1.177
Julho	4.894	242	2.753	320	1.697
Agosto	7.370	344	2.978	771	2.904
Setembro	6.964	980	2.185	1.472	2.313
Outubro	3.609	56	870	988	1.672
Novembro	10.619	457	3.302	2.003	4.731
Dezembro	-445	-388	-881	443	374
2010	33.024	3.064	17.690	1.113	10.968
Janeiro	7.622	834	3.804	630	2.454
Fevereiro	3.699	321	1.631	439	1.234
Março	5.774	914	3.690	-427	1.532
Abril	2.981	653	1.815	122	478
Maio	6.361	1.117	1.422	962	2.706
Junho	674	-1.130	1.275	112	525
Julho	5.913	355	4.053	-725	2.039
ago. 2009-jul. 2010	61.141	4.513	26.144	6.790	22.962

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do Estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

FINANÇAS PÚBLICAS

União

(Continua)

Demonstrativo das receitas da União Orçamentos fiscal e da Seguridade Social – jan.-abr. 2009/2010						
R\$ 1.000						
Receita realizada	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	175.774.095	240.338.895	416.112.990	139.135.973	344.923.879	484.059.852
Receitas correntes	137.483.571	148.929.503	286.413.074	120.022.097	126.499.698	246.521.795
Receita tributária	44.664.813	51.045.657	95.710.470	41.886.932	44.411.248	86.298.180
Impostos	44.112.647	48.240.628	92.353.275	41.378.731	42.016.828	83.395.559
Taxas	552.166	2.805.030	3.357.196	508.201	2.394.420	2.902.621
Receita de contribuições	73.316.958	74.483.202	147.800.160	60.059.854	63.053.536	123.113.390
Contribuições sociais	71.093.889	72.443.716	143.537.605	58.702.824	61.893.060	120.595.884
Contribuições econômicas	2.223.068	2.039.486	4.262.554	1.357.030	1.160.476	2.517.506
Receita patrimonial	8.697.210	12.254.824	20.952.034	6.250.353	7.743.057	13.993.410
Receitas imobiliárias	88.224	99.637	187.861	84.035	82.502	166.537
Receitas de valores mobiliários	3.199.819	6.783.546	9.983.365	2.608.653	3.984.470	6.593.123
Receita de concessões e permissões	240.651	145.673	386.324	218.666	732.931	951.597
Compensações financeiras	5.167.503	5.224.855	10.392.358	3.338.167	2.940.713	6.278.880
Outras receitas patrimoniais	1.013	1.113	2.126	832	2.441	3.273
Receita agropecuária	3.189	3.365	6.554	3.589	3.494	7.083
Receita da produção vegetal	2.334	2.059	4.393	1.853	1.879	3.732
Receita da produção animal e derivados	852	1.298	2.150	1.734	1.612	3.346
Outras receitas agropecuárias	3	8	11	2	3	5
Receita industrial	86.254	116.396	202.650	97.024	83.046	180.070
Receita da indústria de transformação	86.254	116.396	202.650	97.024	83.046	180.070
Receita de serviços	7.263.314	6.860.773	14.124.087	6.286.577	6.273.397	12.559.974
Transferências correntes	24.616	43.554	68.170	28.706	21.360	50.066
Transferências intergovernamentais	0	0	0	4	0	4
Transferências de instituições privadas	332	609	941	3.063	277	3.340
Transferências do exterior	2.511	3.915	6.426	8.613	4.587	13.200
Transferências de pessoas	81	79	160	75	75	150
Transferências de convênios	21.613	38.911	60.524	16.866	16.360	33.226
Transferências para o combate à fome	79	40	119	85	61	146
Outras receitas correntes	3.409.429	4.125.494	7.534.923	5.409.062	4.910.560	10.319.622
Multas e juros de mora	1.470.114	1.749.397	3.219.511	2.394.249	2.517.733	4.911.982
Indenizações e restituições	508.627	594.432	1.103.059	697.356	308.144	1.005.500
Receita da dívida ativa	258.566	358.251	616.817	597.298	581.646	1.178.944
Receitas diversas	1.172.121	1.423.414	2.595.535	1.720.159	1.503.037	3.223.196
Receitas de capital	38.290.524	91.409.392	129.699.916	19.113.876	218.424.181	237.538.057
Operações de crédito	29.148.082	74.351.297	103.499.379	12.043.628	22.384.276	34.427.904
Operações de crédito internas	29.126.705	73.699.249	102.825.954	10.571.657	22.336.879	32.908.536
Operações de crédito externas	21.377	652.048	673.425	1.471.971	47.397	1.519.368
Alienação de bens	44.515	69.073	113.588	24.395	122.964	147.359
Alienação de bens móveis	21.315	54.205	75.520	13.292	111.662	124.954
Alienação de bens imóveis	23.200	14.868	38.068	11.103	11.302	22.405
Amortizações de empréstimos	4.126.434	4.246.441	8.372.875	4.089.629	5.313.953	9.403.582
Transferências de capital	13.889	32.606	46.495	7.598	19.092	26.690

(Conclusão)

Demonstrativo das receitas da União
Orçamentos fiscal e da Seguridade Social – jan.-abr. 2009/2010

R\$ 1.000

Receita realizada	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Transferências de pessoas	40	0	40	0	0	0
Transferência de outras instituições públicas	312	4.655	4.967	9	10.536	10.545
Transferências de convênios	13.537	27.951	41.488	7.589	8.556	16.145
Outras receitas de capital	4.957.605	12.709.975	17.667.580	2.948.626	190.583.896	193.532.522
Resultado do Banco Central do Brasil	0	6.674.518	6.674.518	0	185.352.903	185.352.903
Rem uneração das disponibilidades	4.957.604	6.035.434	10.993.038	2.948.626	5.230.792	8.179.418
Receita dívida ativa alienação estoques de café	0	23	23	0	78	78
Outras receitas	0	0	0	0	123	123
Receita (intraorçamentária) (II)	1.778.429	1.808.061	3.586.490	1.528.602	1.676.759	3.205.361
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	177.552.524	242.146.956	419.699.480	140.664.575	346.600.638	487.265.213
Operações de crédito – refinanciamento (IV)	47.380.096	45.594.657	92.974.753	38.088.203	27.938.473	66.026.676
Operações de crédito internas	47.380.096	44.838.287	92.218.383	37.172.274	27.938.473	65.110.747
Mobiliária	47.380.096	44.838.287	92.218.383	37.172.274	27.938.473	65.110.747
Operações de crédito externas	-	756.370	756.370	915.929	0	915.929
Mobiliária	-	756.370	756.370	915.929	0	915.929
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	224.932.620	287.741.613	512.674.233	178.752.778	374.539.226	553.292.004
Déficit (VI)	0	0	0	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	224.932.620	287.741.613	512.674.233	178.752.778	374.539.226	553.292.004
Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	-	-	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receitas correntes	1.778.429	1.808.061	3.586.490	1.528.602	1.676.759	3.205.361
Receita tributária	5	127	132	408	116	524
Impostos	-3	-15	-18	364	13	377
Taxas	8	142	150	44	103	147
Receita de contribuições	1.756.347	1.775.550	3.531.897	1.512.710	1.643.257	3.155.967
Contribuições sociais	1.756.347	1.775.525	3.531.872	1.512.710	1.643.257	3.155.967
Receita patrimonial	2.328	-68	2.260	637	300	937
Receitas imobiliárias	632	-89	543	190	283	473
Receitas de valores mobiliários	1.681	0	1.681	440	-	440
Receita de concessões e permissões	14	22	36	7	17	24
Compensações financeiras	0	0	0	-	-	-
Receita industrial	13.996	19.701	33.697	11.672	26.618	38.290
Receita da indústria de transformação	13.996	19.701	33.697	11.672	26.618	38.290
Receita de serviços	3.575	10.488	14.063	2.567	5.949	8.516
Outras receitas correntes	2.179	2.263	4.442	608	519	1.127
Multas e juros de mora	93	-147	-54	39	34	73
Indenizações e restituições	1.864	2.225	4.089	348	307	655
Receitas correntes diversas	222	185	407	221	178	399
Total	3.556.859	3.616.122	7.172.981	1.528.602	1.676.759	3.205.361

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e §1º).

Demonstrativo das despesas da União
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2009/2010

R\$ 1.000

Despesa executada	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	142.797.441	77.472.344	220.269.785	133.472.788	150.189.516	283.662.304
Despesas correntes	138.263.031	75.852.670	214.115.701	129.687.171	106.878.952	236.566.123
Pessoal e encargos sociais	24.743.631	12.761.038	37.504.669	26.746.461	22.193.799	48.940.260
Juros e encargos da dívida	34.402.663	27.061.881	61.464.544	30.567.741	9.599.968	40.167.709
Outras despesas correntes	79.116.737	36.029.750	115.146.487	72.372.968	75.085.185	147.458.153
Transferência a estados, DF e municípios	28.398.785	11.346.115	39.744.900	24.606.369	25.707.735	50.314.104
Benefícios previdenciários	37.516.736	18.542.988	56.059.724	32.085.905	33.751.682	65.837.587
Demais despesas correntes	13.201.216	6.140.648	19.341.864	15.680.695	15.625.768	31.306.463
Despesas de capital	4.534.411	1.619.675	6.154.086	3.785.617	43.310.564	47.096.181
Investimentos	957.673	16.617	974.290	204.386	649.990	854.376
Inversões financeiras	2.910.591	1.252.258	4.162.849	2.814.794	3.244.937	6.059.731
Amortização da dívida	666.147	350.799	1.016.946	766.438	39.415.637	40.182.075
Reserva de contingência	-	-	-	0	0	0
Despesas (intraorçamentárias) (IX)	2.011.694	1.035.003	3.046.697	1.805.321	1.921.049	3.726.370
Despesas correntes	2.010.989	1.034.908	3.045.897	1.802.555	1.811.582	3.614.137
Pessoal e encargos sociais	1.975.704	1.023.296	2.999.000	1.770.361	1.739.300	3.509.661
Outras despesas correntes	35.285	11.612	46.897	32.194	72.283	104.477
Demais despesas correntes	35.285	11.612	46.897	32.194	72.283	104.477
Despesas de capital	704	95	799	2.766	109.467	112.233
Investimentos	20	0	20	54	780	834
Inversões financeiras	685	95	780	2.712	108.687	111.399
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	144.809.135	78.507.347	223.316.482	135.278.109	152.110.566	287.388.675
Amortização da dívida – refinanciamento (XI)	120.532.846	118.365.272	238.898.118	103.324.217	25.741.541	129.065.758
Amortização da dívida interna	117.691.241	117.448.401	235.139.642	102.752.519	24.090.418	126.842.937
Dívida mobiliária	117.690.733	117.448.113	235.138.846	102.752.372	24.090.387	126.842.759
Outras dívidas	508	288	796	147	31	178
Amortização da dívida externa	2.841.605	916.872	3.758.477	571.698	1.651.123	2.222.821
Dívida mobiliária	2.685.460	828.661	3.514.121	429.429	1.041.385	1.470.814
Outras dívidas	156.146	88.211	244.357	142.268	609.739	752.007
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	265.341.981	196.872.620	462.214.601	238.602.326	177.852.107	416.454.433
Superávit (XIII)	-	-	-	0	-	0
Total (XIV) = (XII + XIII)	265.341.981	196.872.620	462.214.601	238.602.326	177.852.107	416.454.433

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º).

Estado

(Continua)

Balço Orçamentário – Receita Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2009/2010						
R\$ 1,00						
Receita realizada	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	3.414.028.707	4.126.652.922	7.540.681.630	2.912.105.603	2.881.117.410	5.793.223.013
Receitas correntes	3.383.061.169	3.776.699.734	7.159.760.903	2.900.669.020	2.833.116.318	5.733.785.338
Receita tributária	2.039.406.989	2.057.329.407	4.096.736.396	1.734.904.028	1.659.987.300	3.394.891.328
Impostos	1.987.533.849	1.984.947.382	3.972.481.232	1.682.734.678	1.599.603.608	3.282.338.286
Taxas	51.873.139	72.382.025	124.255.164	52.169.350	60.383.692	112.553.042
Contribuição de melhoria	-	-	-	-	-	-
Receita de contribuições	210.746.618	211.039.227	421.785.845	173.964.266	168.330.918	342.295.183
Contribuições sociais	210.746.618	211.039.227	421.785.845	173.964.266	168.330.918	342.295.183
Contribuições econômicas	-	-	-	-	-	-
Receita patrimonial	22.275.151	70.585.388	92.860.540	31.532.829	30.782.417	62.315.245
Receitas imobiliárias	2.905.907	2.768.030	5.673.937	2.217.157	2.957.309	5.174.466
Receitas de valores mobiliários	19.238.820	46.582.991	65.821.811	29.135.816	27.562.773	56.698.589
Receitas de concessões e permissões	82.687	1.178.648	1.261.336	135.261	224.106	359.367
Outras receitas patrimoniais	47.737	-	47.737	44.594	38.230	82.824
Receita agropecuária	4.263	25.932	30.196	-	1.435	1.435
Receita da produção vegetal	-	2.346	2.346	-	-	-
Receita da produção animal e derivados	-	19.409	19.409	-	1.435	1.435
Outras receitas agropecuárias	4.263	4.178	8.441	-	-	-
Receita industrial	-	8.390	8.390	-	-	-
Receita da indústria de transformação	-	8.390	8.390	-	-	-
Receita da indústria de construção	-	-	-	-	-	-
Outras receitas industriais	-	-	-	-	-	-
Receita de serviços	9.190.762	13.146.061	22.336.823	12.635.053	10.663.933	23.298.986
Transferências correntes	1.322.477.621	1.687.668.540	3.010.146.161	1.261.241.595	1.223.144.188	2.484.385.782
Transferências intergovernamentais	1.313.088.593	1.665.974.911	2.979.063.504	1.246.903.919	1.183.974.164	2.430.878.083
Transferências de instituições privadas	-	50.582	50.582	-	600.000	600.000
Transferências do exterior	-	5.750	5.750	-	386.529	386.529
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	9.389.028	21.637.297	31.026.325	14.337.676	38.183.495	52.521.171
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-
Outras receitas correntes	208.838.934	149.591.801	358.430.735	79.014.415	91.163.006	170.177.421
Multas e juros de mora	23.097.316	24.359.628	47.456.944	16.598.261	17.651.834	34.250.095
Indenizações e restituições	22.880.559	8.235.216	31.115.776	1.442.195	3.147.344	4.589.540
Receita da dívida ativa	1.847.825	1.900.399	3.748.224	1.298.102	1.372.553	2.670.655
Receitas diversas	161.013.233	115.096.558	276.109.791	59.675.857	68.991.275	128.667.131
Conta retificadora da receita orçamentária	(429.879.169)	(412.695.014)	(842.574.183)	(392.623.165)	(350.956.878)	(743.580.043)
Receitas de capital	30.967.538	349.953.189	380.920.727	11.436.583	48.001.092	59.437.675
Operações de crédito	8.404.553	208.390.138	216.794.691	9.117.402	14.964.933	24.082.335
Operações de crédito internas	479.700	194.118.424	194.598.125	8.514.836	9.100.897	17.615.733
Operações de crédito externas	7.924.853	14.271.714	22.196.567	602.567	5.864.036	6.466.602
Alienação de bens	139.125	35.335	174.460	59.456	33.022	92.477
Alienação de bens móveis	135.425	-	135.425	-	-	-
Alienação de bens imóveis	3.700	35.335	39.035	59.456	33.022	92.477
Amortização de empréstimos	11.331.943	11.982.898	23.314.841	485.889	11.839.268	12.325.157

(Conclusão)

Balço Orçamentário – Receita Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2009/2010						
R\$ 1,00						
Receita realizada	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Amortização de empréstimos	11.331.943	11.982.898	23.314.841	485.889	11.839.268	12.325.157
Transferências de capital	11.091.917	129.544.817	140.636.734	1.773.813	21.158.369	22.932.182
Transferências intergovernamentais	-	-	-	1.246.903.919	1.183.974.164	2.430.878.083
Transferências de instituições privadas	-	-	-	-	600.000	600.000
Transferências do exterior	-	-	-	-	386.529	386.529
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferências de outras instituições públicas	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	11.091.917	129.544.817	140.636.734	14.337.676	38.183.495	52.521.171
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	-	-	-	23	5.501	5.524
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	-
Dív. atv. prov. da amortiz. de emp. e financ.	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-
Outras receitas	-	-	-	23	5.501	5.524
Receitas (intraorçamentárias) (II)	238.070.981	236.791.517	474.862.498	222.309.646	228.756.241	451.065.887
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	3.652.099.688	4.363.444.439	8.015.544.128	3.134.415.250	3.109.873.650	6.244.288.900
Operações de crédito – refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito externas	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	3.652.099.688	4.363.444.439	8.015.544.128	3.134.415.250	3.109.873.650	6.244.288.900
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	3.652.099.688	4.363.444.439	8.015.544.128	3.134.415.250	3.109.873.650	6.244.288.900
Saldos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receitas correntes	238.070.981	236.791.517	474.862.498	222.309.646	228.756.241	451.065.887
Receita de contribuições	238.070.981	236.674.153	474.745.134	222.309.646	219.736.027	442.045.674
Contribuições sociais	238.070.981	236.674.153	474.745.134	222.309.646	219.736.027	442.045.674
Receita de serviços	-	117.364	117.364	-	9.020.213	9.020.213
Total	238.070.981	236.791.517	474.862.498	222.309.646	228.756.241	451.065.887

Fonte: Sefaz.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º)

Balanço Orçamentário – Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2009/2010

R\$ 1,00

Despesa executada	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	2.885.166.340	3.741.270.963	6.626.437.303	2.609.416.036	3.140.879.215	5.750.295.252
Despesas correntes	2.651.292.151	3.210.341.363	5.861.633.514	2.273.687.485	2.673.817.221	4.947.504.706
Pessoal e encargos sociais	1.628.944.193	1.612.793.105	3.241.737.298	1.466.005.399	1.440.647.309	2.906.652.707
Juros e encargos da dívida	50.524.027	96.642.356	147.166.383	76.119.674	82.235.088	158.354.762
Outras despesas correntes	971.823.932	1.500.905.901	2.472.729.833	731.562.411	1.150.934.825	1.882.497.236
Transferências a municípios	510.434.052	512.526.432	1.022.960.484	425.392.426	404.508.001	829.900.427
Demais despesas correntes	461.389.880	988.379.470	1.449.769.350	306.169.985	746.426.824	1.052.596.809
Despesas de capital	233.874.188	530.929.600	764.803.788	335.728.552	467.061.994	802.790.546
Investimentos	56.674.325	346.138.236	402.812.560	24.584.045	153.212.437	177.796.482
Inversões financeiras	25.179.170	31.703.873	56.883.043	12.844.693	40.146.105	52.990.797
Amortização da dívida	152.020.694	153.087.491	305.108.185	298.299.814	273.703.452	572.003.266
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	213.441.631	232.311.884	445.753.516	203.948.191	233.163.123	437.111.315
Subtotal das despesas (III) = (I + II)	3.098.607.971	3.973.582.847	7.072.190.818	2.813.364.228	3.374.042.339	6.187.406.567
Amortização da dívida/refinanciamento(IV)	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida interna	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida externa	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	3.098.607.971	3.973.582.847	7.072.190.818	2.813.364.228	3.374.042.339	6.187.406.567
Superávit (VI)	-	-	-	-	-	56.882.334
Total (VIII) = (V + VI)	3.098.607.971	3.973.582.847	7.072.190.818	2.813.364.228	3.374.042.339	6.244.288.900

Despesa intraorçamentária	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Despesas correntes	213.441.631	232.311.884	445.753.516	203.948.191	233.163.123	437.111.315
Pessoal e encargos sociais	191.791.511	198.725.055	390.516.566	203.780.372	227.229.700	431.010.072
Outras despesas correntes	21.650.120	33.586.829	55.236.949	167.820	5.933.423	6.101.243
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	213.441.631	232.311.884	445.753.516	203.948.191	233.163.123	437.111.315

Fonte: Sefaz.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “b” do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Receita tributária bruta mensal – Bahia – jan. 2009-jul. 2010						
R\$1.000						
Meses	ICMS		Outras		Total	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Janeiro	810.970	1.022.833	34.657	28.914	845.627	1.051.747
Fevereiro	801.240	878.417	52.661	68.300	853.902	946.717
Março	713.872	861.232	50.502	63.356	764.374	924.588
Abril	776.584	1.019.653	55.207	68.415	831.791	1.088.068
Mai	836.838	1.217.826	78.041	87.615	914.879	1.305.441
Junho	775.248	935.344	90.239	101.402	865.487	1.036.746
Julho	806.720	923.428	94.934	99.145	901.654	1.022.573
Agosto	823.385	...	84.955	...	908.340	...
Setembro	864.030	...	77.583	...	941.613	...
Outubro	901.385	...	48.331	...	949.716	...
Novembro	902.751	...	33.708	...	936.459	...
Dezembro	838.339	...	45.815	...	884.154	...
Total	9.851.361	6.858.734	746.635	517.147	10.597.997	7.375.880

Fonte: Sefaz–Balancetes mensais.

Elaboração: SEI.

(...) Dado indisponível até 10/09/2010.

Arrecadação mensal do ICMS, por unidades da Federação
Brasil – jan.-abr. 2009/2010

R\$1.000,00

Unidade da Federação	2010					2009				
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Acumulado Jan.-abr.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Acumulado Jan.-abr.
Norte	1.148.444	1.020.758	1.071.449	1.285.246	4.525.897	1.078.528	923.943	893.020	921.449	3.816.940
Acre	36.394	42.921	42.921	45.819	168.055	34.597	41.066	39.692	40.394	155.749
Amazonas	397.269	398.974	368.269	494.482	1.658.994	343.474	315.410	279.705	323.044	1.261.633
Pará	425.393	356.789	380.768	417.557	1.580.507	409.677	316.597	324.176	307.041	1.357.491
Rondônia	160.193	141.937	135.183	165.690	603.003	147.020	127.459	126.131	119.458	520.068
Amapá	40.688	0	63.625	38.404	142.717	37.665	28.112	31.205	31.081	128.063
Roraima	0	0	0	34.170	34.170	29.946	26.149	25.290	28.701	110.086
Tocantins	88.507	80.136	80.682	89.125	338.450	76.148	69.149	66.820	71.730	283.847
Nordeste	3.400.265	3.037.763*	2.980.506	3.339.482	9.720.253	2.838.114	2.633.128	2.466.247	2.578.050	10.515.539
Maranhão	242.934	212.775	215.953	220.641	892.303	216.691	195.452	186.530	186.878	785.551
Piauí	161.733	154.646*	139.051	141.235	442.019	126.844	133.219	111.637	118.688	490.388
Ceará	504.015	452.163	453.743	494.496	1.904.417	428.874	373.102	376.289	372.400	1.550.665
Rio Grande do Norte	246.070	212.792	206.511	237.950	903.323	207.861	183.673	179.982	186.931	758.447
Paraíba	213.516	194.584	189.241	205.935	803.276	175.841	166.273	160.712	153.035	655.861
Pernambuco	691.127	614.845	606.695	689.083	2.601.750	584.951	508.477	483.826	503.815	2.081.069
Alagoas	170.552	163.162	163.560	157.866	655.140	149.905	137.607	127.779	137.580	552.871
Sergipe	136.250	126.437*	122.427	145.210	403.887	122.043	114.202	107.366	121.927	465.538
Bahia	1.034.068	906.359	883.327	1.047.066	3.870.820	825.104	821.123	732.126	796.796	3.175.149
Sudeste	11.338.416	11.263.893	11.654.101	12.362.699	46.619.109	9.315.973	10.141.304	9.676.612	10.112.711	39.246.600
Minas Gerais	2.056.652	1.902.185	1.957.225	2.164.947	8.081.009	1.751.720	1.649.325	1.640.353	1.743.818	6.785.216
Espírito Santo	584.483	559.227	566.365	594.098	2.304.173	621.235	581.036	490.115	578.135	2.270.521
Rio de Janeiro	1.964.384	1.707.862	1.776.963	1.858.658	7.307.867	1.664.125	1.493.785	1.511.606	1.833.699	6.503.215
São Paulo	6.732.896	7.094.619	7.353.547	7.744.996	28.926.058	5.278.894	6.417.158	6.034.538	5.957.060	23.687.650
Sul	3.592.714	2.931.756	3.354.418	3.543.599	13.422.487	3.099.325	2.679.976	2.707.729	2.993.388	11.480.418
Paraná	1.186.849	1.045.314	1.161.594	1.133.998	4.527.755	1.020.193	907.680	926.315	1.005.823	3.860.011
Santa Catarina	864.836	741.594	771.223	875.353	3.253.006	736.353	661.225	665.176	705.108	2.767.862
Rio Grande do Sul	1.541.029	1.144.848	1.421.601	1.534.248	5.641.726	1.342.779	1.111.070	1.116.238	1.282.456	4.852.543
Centro-Oeste	1.812.450	1.676.445	1.806.041	1.953.246	7.248.182	1.619.333	1.485.042	1.527.083*	1.592.569	6.224.027
Mato Grosso	446.445	397.395	436.812	467.285	1.747.937	387.332	371.644	379.359	384.067	1.522.402
Mato Grosso do Sul	323.337	356.481	367.208	404.043	1.451.069	386.053	346.054	356.689	358.165	1.446.961
Goiás	643.980	574.198	672.333	682.745	2.573.256	505.641	485.254	479.414*	533.181	2.003.490
Distrito Federal	398.688	348.371	329.689	399.173	1.475.921	340.307	282.089	311.620	317.156	1.251.172
Brasil	21.292.289	19.930.615*	20.866.516	22.484.272	64.643.077	17.951.274	17.863.392	17.270.691*	18.198.167	71.283.524

Fonte: Confaz/Cotepe-ICMS.

Elaboração: SEI/Coref.

Última atualização: 09/08/2010.

MUNICÍPIO

Balanço orçamentário

(Continua)

Balanço Orçamentário – Receita Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2009/2010						
R\$ 1,00						
Receita realizada	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado Jan.-abr.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	521.292.878	488.163.299	1.009.456.177	419.204.624	401.142.454	820.347.078
Receitas correntes	526.600.164	513.478.967	1.040.079.131	435.954.922	427.102.441	863.057.363
Receita tributária	222.221.623	167.421.524	389.643.147	190.148.127	136.001.507	326.149.634
Impostos	185.514.144	134.202.293	319.716.437	159.137.763	115.427.189	274.564.952
Taxas	36.487.595	32.951.379	69.438.974	30.771.787	20.341.801	51.113.588
Outras receitas tributárias	219.884	267.852	487.736	238.577	232.517	471.094
Receita de contribuições	15.480.567	19.228.793	34.709.361	13.089.286	16.034.478	29.123.764
Contribuições sociais	6.322.468	9.117.872	15.440.340	6.503.152	7.095.369	13.598.521
Contribuições econômicas	9.158.099	10.110.922	19.269.020	6.586.134	8.939.109	15.525.243
Receita patrimonial	4.540.876	6.220.865	10.761.740	7.460.493	6.372.663	13.833.156
Receitas imobiliárias	81.000	276.774	357.773	251.929	217.160	469.089
Receitas de valores mobiliários	3.226.737	4.139.421	7.366.158	4.822.952	4.629.703	9.452.655
Receitas de concessões e permissões	1.133.559	1.804.670	2.938.229	2.385.612	1.525.800	3.911.412
Outras receitas patrimoniais	99.580	-	99.580	-	-	-
Receita industrial	474.147	-46.411	427.736	316.791	323.322	640.113
Receita da indústria de construção	474.147	-46.411	427.736	316.791	323.322	640.113
Receita de serviços	669.681	581.907	1.251.588	170.162	748.430	918.592
Transferências correntes	268.907.496	304.023.295	572.930.791	211.254.074	252.342.285	463.596.359
Transferências intergovernamentais	260.991.509	300.099.839	561.091.348	205.855.428	249.640.917	455.496.345
Transferências de instituições privadas	5.795.400	1.120.400	6.915.800	3.533.200	400	3.533.600
Transferências de pessoas	820	950	1.770	930	24	954
Transferências de convênios	2.119.768	2.802.105	4.921.873	1.864.516	2.700.944	4.565.460
Outras receitas correntes	14.305.775	16.048.993	30.354.768	13.515.989	15.279.756	28.795.745
Multas e juros de mora	7.627.661	8.535.340	16.163.001	7.062.039	8.140.330	15.202.369
Indenizações e restituições	169.252	443.368	612.620	204.607	181.322	385.929
Receita da dívida ativa	3.964.079	5.534.910	9.498.989	4.619.668	5.926.632	10.546.300
Receitas diversas	2.544.782	1.535.374	4.080.156	1.629.675	1.031.472	2.661.147
Receitas de capital	22.545.987	4.930.175	27.476.162	3.907.457	-	3.907.457
Operações de crédito	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	-
Alienação de bens	200.580	106.419	306.999	-	-	-
Alienação de bens móveis	200.580	106.419	306.999	-	-	-
Transferências de capital	22.345.407	4.823.756	27.169.163	3.907.457	-	3.907.457
Transferências intergovernamentais	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	22.345.407	4.823.756	27.169.163	3.907.457	-	3.907.457
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-
Receitas diversas	-	-	-	-	-	-
Dedução da receita corrente	-27.853.273	-30.245.843	-58.099.116	-20.657.755	-25.959.987	-46.617.742
Receitas (intraorçamentárias) (II)	10.229.804	8.833.364	19.063.168	8.331.722	6.150.955	14.482.677
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	531.522.682	496.996.663	1.028.519.345	427.536.346	407.293.409	834.829.755
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	531.522.682	496.996.663	1.028.519.345	427.536.346	407.293.409	834.829.755

(Conclusão)

Balanco Orçamentário – Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2009/2010

R\$ 1,00

Receita intraorçamentária	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-Abr.	Acumulado Jan.-abr.
Receitas correntes	10.229.804	8.833.364	19.063.168	8.331.722	6.150.955	14.482.677
Receita de contribuições	9.626.167	8.301.687	17.927.854	8.254.073	5.876.240	14.130.313
Receita de serviços	603.637	531.667	1.135.304	77.649	274.715	352.364
Receita de capital	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital intraorçamentária	-	-	-	-	-	-
Total	10.229.804	8.833.364	19.063.168	8.331.722	6.150.955	14.482.677

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

Balanço Orçamentário – Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social – Salvador – jan.-abr. 2009/2010

R\$ 1,00

Despesa executada	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-mar.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	372.838.795	514.147.363	886.986.158	315.049.142	489.042.277	804.091.419
Despesas correntes	349.875.490	452.167.819	802.043.309	293.943.464	426.802.251	720.745.715
Pessoal e encargos sociais	159.953.448	166.124.390	326.077.838	142.196.881	146.215.381	288.412.262
Juros e encargos da dívida	11.149.838	11.300.099	22.449.937	11.743.197	11.654.926	23.398.123
Outras despesas correntes	178.772.204	274.743.329	453.515.533	140.003.386	268.931.944	408.935.330
Despesas de capital	22.963.305	61.979.544	84.942.849	21.105.678	62.240.026	83.345.704
Investimentos	1.726.020	36.941.059	38.667.079	1.973.800	44.963.964	46.937.764
Inversões financeiras	3.293.806	893.805	4.187.611	-	-	-
Amortização da dívida	17.943.480	24.144.679	42.088.159	19.131.878	17.276.062	36.407.940
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	8.977.446	8.596.805	17.574.251	7.394.491	7.663.955	15.058.446
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	381.816.241	522.744.169	904.560.410	322.443.633	496.706.232	819.149.865
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	381.816.241	522.744.169	904.560.410	322.443.633	496.706.232	834.829.752

Despesa intraorçamentária	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-mar.
Despesas correntes	8.977.446	8.596.805	8.977.446	7.394.491	7.663.955	15.058.446
Pessoal e encargos sociais	8.445.769	8.223.998	8.445.769	7.387.039	7.663.955	15.050.994
Outras despesas correntes	531.677	372.807	531.677	7.452	-	7.452
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	8.977.446	8.596.805	8.977.446	7.394.491	7.663.955	15.058.446

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “b” do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Compartilhe seu conhecimento

divulgando artigos na revista
Conjuntura & Planejamento (C&P)

A publicação tem como foco principal o comportamento da economia nacional e regional, bem como o desenvolvimento do planejamento na Bahia. Com um diversificado leque de artigos e informações estatísticas, a revista busca refletir a realidade contemporânea.

Envie seu artigo para o
c&p@sei.ba.gov.br

C&P
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Bahia
TERRA DE TODOS NÓS
Secretaria do Planejamento